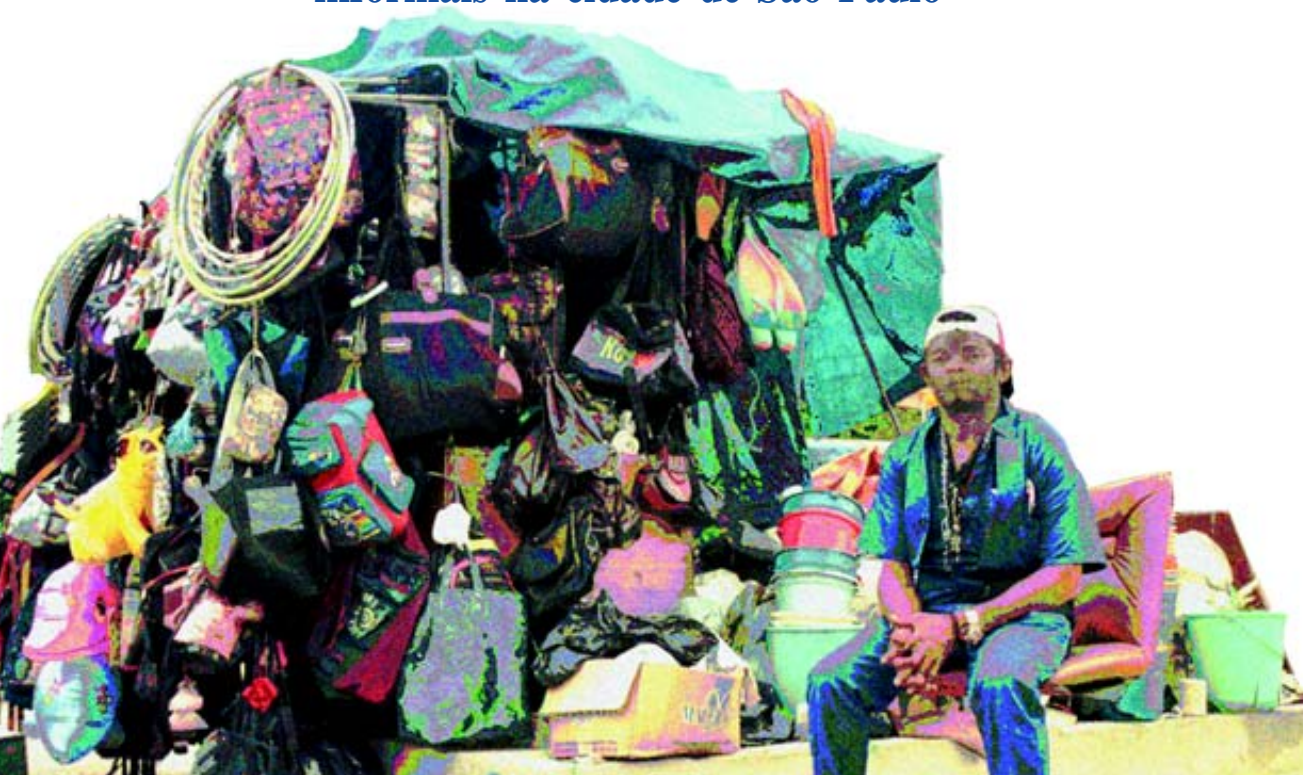


Kjeld Jakobsen, Renato Martins e Osmir Dombrowski (orgs.)
Paul Singer e Márcio Pochmann

MAPA DO TRABALHO INFORMAL

Perfil socioeconômico dos trabalhadores
informais na cidade de São Paulo

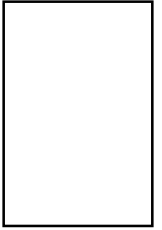


Quais as origens e as causas do trabalho informal?

Mulheres, negros, crianças e idosos: a face da informalidade

Trabalho informal ou desemprego camuflado?

Como melhorar a situação dos trabalhadores informais?



QUEM MORA nas grandes cidades acompanha o aumento contínuo da presença do trabalho informal. As calçadas estão repletas de vendedores ambulantes e camelôs. As ruas ocupadas por pessoas vendendo todo tipo de produto.

Famílias inteiras trabalham nas ruas da cidade. Homens, mulheres e crianças vivem nos sinais de trânsito, revirando depósitos de lixo ou puxando carroças com material reciclável. Perueiros e motoqueiros encontram-se por toda a cidade. Trabalhadores sem registro em carteira, empregadas domésticas, faxineiras... é o setor informal que não para de crescer.

Quem são esses trabalhadores? O que os levou a procurar esse meio de sobrevivência? Quais as origens do trabalho informal? O que pode ser feito para melhorar a situação desses trabalhadores? Ajudar a entender e a buscar soluções para essas questões é o objetivo do *Mapa do Trabalho Informal*.

O imenso contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo o chamado setor informal, ocupa uma parte significativa da economia brasileira e latino-americana.

A Organização Internacional do Trabalho avalia que entre 1986 e 1996, para cada cem novas ocupações criadas na América Latina, 80 eram informais. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, realizada nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, mostra que metade da população ocupada nessas regiões encontra-se na informalidade, quadro que se repete na cidade de São Paulo.

O *Mapa do Trabalho Informal* é um retrato da evolução do trabalho informal na cidade de São Paulo. Sua meta é encontrar soluções solidárias para os problemas enfrentados pelos trabalhadores informais, sensibilizando os sindicatos, as organizações da sociedade civil e o poder público para a precariedade da situação desses trabalhadores.

Nas grandes cidades brasileiras, metade da população ocupada encontra-se na informalidade, segundo o IBGE. Enfrentar esta questão de modo democrático e socialmente justo é um dos grandes desafios do país.

Coleção Brasil Urgente

Kjeld Jakobsen – Renato Martins – Osmir Dombrowski
(organizadores)

Paul Singer – Márcio Pochmann

Mapa do trabalho informal

Perfil socioeconômico dos trabalhadores
informais na cidade de São Paulo



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci (presidente)
Zilah Abramo (vice-presidente)
Hamilton Pereira (diretor)
Ricardo de Azevedo (diretor)

Diretoria Executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Presidente: João Antonio Felício
Vice-Presidente: Mônica Valente
Secretário Geral: Carlos Alberto Grana
Primeiro Secretário: Remígio Todeschini
Tesoureiro: João Vaccari Neto
Secretário de Relações Internacionais: Kjeld Aagaard Jakobsen
Secretária de Política Sindical: Gilda Almeida de Souza
Secretário de Formação: Altemir Antonio Tortelli
Secretária de Comunicação: Sandra Rodrigues Cabral
Secretário de Políticas Sociais: Pascoal Carneiro
Secretário de Organização: Rafael Freire Neto
Diretor Executivo: José Jairo Ferreira Cabral
Diretora Executiva: Maria Ednalva Bezerra de Lima
Diretora Executiva: Elisangela dos Santos Araújo
Diretora Executiva: Luzia de Oliveira Fati
Diretora Executiva: Rita de Cássia Evaristo
Diretora Executiva: Lúcia Regina dos Santos Reis
Diretor Executivo: Jorge Luis Martins
Diretora Executiva: Lujan Maria Bacelar de Miranda
Diretor Executiva: Temístocles Marcelos Neto
Diretor Executivo: José Maria de Almeida
Diretora Executiva: Júnia da Silva Gouvêa
Diretor Executivo: Wagner Gomes
Diretor Executivo: Gilson Luis Reis
Diretor Executivo: Júlio Turra
Suplente: José Gerônimo Brumatti
Suplente: Francisco Alano
Suplente: Aldanir Carlos dos Santos
Suplente: Wanderley Antunes Bezerra
Suplente: Rosane da Silva
Suplente: Dirceu Travesso
Suplente: Mônica Cristina da S. Custódio

Sumário

APRESENTAÇÃO

| | |
|--------------------------------|---|
| <i>Kjeld A. Jakobsen</i> | 5 |
|--------------------------------|---|

INTRODUÇÃO

| | |
|---|---|
| O trabalho informal no município de São Paulo <i>Kjeld A. Jakobsen, Renato Martins, Osmir Dombrowski</i> | 7 |
|---|---|

PARTE 1 – TRABALHO INFORMAL: ORIGENS E EVOLUÇÃO

| | |
|---|----|
| O trabalho informal e a luta da classe operária <i>Paul Singer</i> | 11 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil <i>Kjeld A. Jakobsen</i> | 13 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo <i>Márcio Pochmann</i> | 18 |
|--|----|

PARTE 2 - MAPA DO TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

| | |
|--|----|
| <i>Renato Martins e Osmir Dombrowski</i> | 24 |
|--|----|

PARTE 3 – ESTUDO DE CASOS

| | |
|--|----|
| <i>Renato Martins e Osmir Dombrowski</i> | 40 |
|--|----|

| | |
|---------------|----|
| TABELAS | 52 |
|---------------|----|

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Flamarion Maués

Revisão

Candice Quinelato Baptista – Maurício Balthazar Leal – Márcio Guimarães de Araújo

Capa, ilustrações e projeto gráfico

Gilberto Maringoni

Foto de capa

Agência Estado

Editoração eletrônica

Augusto Gomes

Impressão

Gráfica OESP

Equipe do Projeto Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo

Coordenador geral

Kjeld Jakobsen

Coordenador técnico

Renato Martins

Equipe técnica

Osmir Dombrowski – Jorge Artur – Rita Maria Pinheiro
Selma Amaral Silveira – Maria Izabel Bezerra de Sá – Ricardo Dragão

Colaboradores

Equipe da vereadora Aldaíza Sposati
Anderson Kasuo – Marcos Toledo Barreto – Magdalena Alves – Francisco Macena

Equipe do deputado Paulo Teixeira

Altemir Antônio de Almeida

Parceria/Consultoria: SEADE/DIEESE

Marise Hoffmann – Sinésio Pires Ferreira

Agradecimentos

Museu da Pessoa – Arquivo fotográfico *Notícias Populares*
Fundação SEADE – DIEESE – CESIT/UNICAMP

Apoio

O Projeto Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo conta com o apoio do Centro de Solidariedade da American Federation of Labor – Confederation of Industrial Organizations (AFL – CIO) dos EUA

1ª edição: novembro de 2000

1ª reimpressão: julho de 2001

Tiragem: 1.500 exemplares

Todos os direitos reservados à Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5573-3338

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Editora Fundação Perseu Abramo

ISBN 85-86469-37-8

Apresentação

São Paulo abriga um imenso contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo o chamado setor informal. Atualmente, os trabalhadores informais representam quase a metade da população ocupada que trabalha e/ou mora no município de São Paulo. Embora o crescimento do desemprego seja um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da informalidade, ele não é o único. Nos últimos anos, a cidade de São Paulo vem passando por mudanças em seu perfil produtivo, tendo diminuída sua capacidade industrial e convertendo-se numa cidade prestadora de serviços. A essa mudança estrutural correspondem alterações no mercado de trabalho – e o aumento da informalidade é uma de suas conseqüências mais visíveis.

O Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo é um projeto de pesquisa coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e apoiado pelo Centro de Solidariedade da American Federation of Labor – Confederation of Industrial Organizations (AFL – CIO) dos Estados Unidos, que tem o objetivo de acompanhar a evolução do trabalho infor-

mal na cidade de São Paulo. Nossa meta é encontrar soluções solidárias para os problemas enfrentados pelos trabalhadores informais, sensibilizando os sindicatos, as organizações da sociedade civil e o poder público para a gravidade da situação desses trabalhadores.

Este projeto nasceu, originalmente, de uma preocupação de ordem política e está baseado na idéia de que a consolidação do regime democrático não prescinde da igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. O que pode parecer uma obviedade para os países com tradição democrática consolidada não o é para o Brasil, um país marcado por imensas desigualdades econômicas e sociais. Em nosso país, a condição de cidadania não é universal e está associada ao modo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de “cidadãos de segunda classe”, perdendo inclusive o acesso a direitos garantidos pela Constituição brasileira.

A presente pesquisa é um primeiro passo no sentido de desvendar a complexidade do setor informal. De fato, o desconhecimento

acerca da realidade dos trabalhadores informais é evidente, tanto por parte do poder público, responsável por encontrar soluções para o problema, como por parte dos sindicatos, que vêm sua base social escoar-se, dia após dia, para ocupações informais. Com essa pesquisa procuramos iniciar uma reflexão sistemática sobre o setor informal no município de São Paulo e, a partir das informações coletadas, subsidiar a ação sindical e a elaboração de propostas para políticas públicas que visem transformar a situação desses trabalhadores. Esperamos que a metodologia desenvolvida também possa ser útil para aplicação em outros municípios que se defrontam com o mesmo problema.

A equipe responsável pela pesquisa teve acesso aos dados da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), a registros do Museu da Pessoa e ao Arquivo Fotográfico do jornal *Notícias Populares*. Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a Pedro Paulo M. Branco, diretor da Fundação Seade à época da realização da pesquisa. Também foi de extrema importância a consultoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) por meio da participação da professora Marise Hoffmann. O professor Márcio Pochmann, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/UNICAMP), e o professor Paul Singer, da Universidade de São Paulo (USP), contribuíram com a elaboração de artigos sobre a evolução do mercado de trabalho no município de São Paulo, incorporados a esta publicação. Também contribuiu com valiosos comentários o

professor Gilberto Dupas, da USP. Sugestões igualmente valiosas foram feitas por Sinézio Pires Ferreira, Anderson Kazuo Nakano, Paula Montagner, Leila Blass, Antonio Prado, Lauro Ibañes, Suzana Sochaczwski, Solange Sanches, pela vereadora Aldaiza Sposatti e pelo deputado estadual Paulo Teixeira, ambos do Partido dos Trabalhadores de São Paulo. Finalmente, gostaríamos de registrar a contribuição das valentes Josefa Laurindo e Gabriela Leite, bem como o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de São Paulo, da Federação Nacional dos Urbanitários, do Sindicato dos Bancários de São Paulo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Agradecemos sinceramente a todos.

O Projeto Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo não se encerra com a publicação dos resultados da presente pesquisa. Ao contrário: este é apenas o primeiro passo. Há ainda muitos aspectos relevantes a serem estudados, como o peso do setor informal na economia, sua conexão com as cadeias produtivas dos diversos ramos econômicos e o aprofundamento da análise sobre o perfil socioeconômico das categorias de trabalhadores informais. O monitoramento do comportamento e da evolução dessas categorias e a apresentação de propostas para enfrentar essa situação também fazem parte dos objetivos futuros deste projeto. Com esta pesquisa, esperamos ter contribuído para dar início ao trabalho.

Kjeld Aagaard Jakobsen
Secretário de Relações
Internacionais da CUT



O trabalho informal no município de São Paulo

Este livro reúne um conjunto de informações sobre uma das dimensões pouco estudadas da precarização do trabalho. Embora não desconheça nem a controvérsia em torno da conceitualização do trabalho informal nem seus desdobramentos políticos, o estudo apresentado a seguir possui natureza empírica, visando traçar o perfil socioeconômico do trabalhador informal e comparar as condições de vida das famílias com pelo menos um membro na informalidade às das famílias sem nenhum membro na ocupação informal.

A primeira parte – “Trabalho informal: origens e evolução” – apresenta três textos que permitem uma abrangente visão sobre como é constituído o trabalho informal, suas causas estruturais e os motivos de seu crescimento nos últimos anos na cidade de São Paulo, no Brasil e na América Latina. Os textos de Paul Singer, Márcio Pochmann e Kjeld Jakobsen proporcionam uma breve, porém profunda, introdução ao tema que é objeto do *Mapa do Trabalho Informal*.

A segunda parte é constituída pelo Mapa propriamente dito e subdivide-se em duas seções. A primeira, sobre a dimensão e as características do setor informal, contém uma análise da evolução do mercado de trabalho no município de São Paulo nos anos 90. É também analisada a situação do mercado informal a partir

Introdução

Kjeld A. Jakobsen

Secretário de Relações Internacionais da Cut

Renato Martins

Pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e doutorando em ciência política na USP

Osmir Dombrowski

Professor da Universidade do Oeste do Paraná e doutorando em ciência política na USP

dos atributos pessoais dos trabalhadores informais e do perfil das principais categorias de trabalhadores informais.

A segunda seção se ocupa das condições de vida dos trabalhadores informais e contém uma análise comparativa entre as famílias que residem no município de São Paulo com pelo menos um membro na informalidade e as famílias sem nenhum membro no setor informal. São avaliadas as condições de vida destes dois tipos de família com relação a moradia, acesso a serviços de saúde, nível de instrução, frequência à escola, exposição à violência, rendimentos e participação no mercado de trabalho.

A terceira parte do livro contém o “Estudo de Casos” realizado entre vendedores ambulantes, catadores de material reciclável e perueiros. Embora não tenham significância estatística, estes estudos colheram depoimentos pessoais sobre o cotidiano dos trabalhadores informais, enriquecendo e ilustrando os dados quantitativos.

A mensuração do trabalho informal

Os estudos que compõem este livro se baseiam em critérios internacionais de definição do setor informal. Para medir o trabalho informal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) toma a unidade econômica como ponto de partida. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente sepa-

ração entre capital e trabalho. Este critério também embasa os estudos realizados pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT. Em ambos, parte-se do pressuposto de que todos os trabalhadores ocupados nas unidades econômicas com estas características são informais, sem entrar no mérito de possíveis exceções.

A definição operacional de setor informal utilizada para a construção dos indicadores estatísticos deste estudo obedece aos critérios da OIT contidos na Recomendação aprovada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 1993, além de acrescentar o segmento “assalariados sem carteira de trabalho assinada”. Este estudo compreende as seguintes categorias:

- Assalariados em empresas com até cinco empregados:
 - a) com carteira assinada
 - b) sem carteira assinada
- Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados
- Empregadores em empresas com até cinco empregados
- Donos de negócio familiar
- Autônomos:
 - a) que trabalham para o público
 - b) que trabalham para empresas
- Empregados domésticos
- Trabalhadores familiares

Estas categorias obedecem às seguintes definições:

- Assalariado: é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa, sob forma de salário, ordenado ou soldo, podendo incluir adicionais por tempo de serviço, cargos de chefia, insalubridade e periculosidade. Em alguns casos, a remuneração pode estar composta por duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho, e outra variável, sob a forma de comissão que pode ser paga pelo empregador, pelo cliente ou por ambos. Inclui também o indivíduo que presta serviço religioso, assistencial ou militar obrigatório com alguma remuneração.
- Autônomo ou por conta própria: pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e presta

seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). Esta categoria se subdivide em:

- Autônomo para empresa: é o indivíduo que trabalha por conta própria exclusivamente para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente, nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar e ter ou não ajudantes). Essa categoria inclui também o trabalhador vinculado a uma empresa que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo é expressamente formalizado em contrato de autônomo.
- Autônomo para o público: é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa.
- Empregador: é identificado como a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão ou ofício e tem normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado(s) de forma permanente.
- Dono de negócio familiar: é o indivíduo dono de um negócio ou de uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes e que nunca trabalha sozinho. Normalmente, neste tipo de negócio, só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, podendo, porém, haver situações nas quais trabalham um ou dois empregados de forma permanente e remunerada.
- Empregado doméstico: é o indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos. Pode ser mensalista ou diarista. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal e o segundo à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia.
- Trabalhador familiar: é a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

As pesquisas utilizadas

Os dados utilizados nessa pesquisa foram extraídos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) relativas a 1998. Também foram utilizadas as informações qualitativas provenientes do Estudo de Casos. A PED, produzida pela Fundação Seade em convênio com o Dieese, constitui um levantamento mensal, por amostra de domicílios, que cobre a Região Metropolitana de São Paulo. Seu escopo centraliza-se em vários aspectos do mercado de trabalho, inclusive o desemprego oculto pelo trabalho precário. A abrangência de seu questionário, aliada às características da construção de sua amostra, possibilitam um grande detalhamento das distintas formas de inserção ocupacional, que permitiram a utilização da definição de setor informal adotada neste trabalho.

A PCV é também uma pesquisa domiciliar realizada periodicamente pela Fundação Seade, mas com escopo bem mais amplo que o da PED. Esta pesquisa utiliza-se de um instrumento de coleta de dados com múltiplos propósitos, abrangendo temas como caracterização sociodemográfica das famílias, educação, acesso a serviços de saúde, condições habitacionais, inserção no mercado de trabalho, composição da renda e do patrimônio familiar, entre outros. Suas informações permitiram caracterizar as famílias em que pelo menos um de seus membros trabalha no setor informal, buscando particularidades que auxiliem na compreensão desse fenômeno e na definição de formas de atuação sobre ele.

O Estudo de Casos foi feito a partir de entrevistas com trabalhadores informais, aplicadas pela equipe do Mapa do Trabalho Informal, sobre as características pessoais, familiares e do trabalho exercido; avaliação do negócio e perspectivas; exposição à violência e conflitos no uso do espaço urbano; relações com o poder público e participação nas decisões sobre a regulamentação das atividades informais; experiência anterior como assalariado e experiência de trabalho imediatamente anterior; acesso à seguridade social e, por último, seus vínculos familiares e associativos. As entrevistas foram aplicadas aos trabalhadores das

categorias escolhidas em seus próprios locais de trabalho.

Optamos por desenvolver o presente estudo no município de São Paulo considerando, em primeiro lugar, a dimensão e a vitalidade do seu mercado de trabalho, apesar de todos os problemas conhecidos nesta área, como o desemprego, a desindustrialização e outros. Tal escolha permitiu a desagregação de dados da PED e da PCV, mostrando de modo mais detalhado a diversidade do setor informal. Também pesou nesta escolha o desejo de elaborar um trabalho que pudesse fortalecer iniciativas já existentes de lidar com o problema, a exemplo do recente acordo feito com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) para regulamentar o comércio informal nas estações de trens ou, ainda, as diversas incubadoras de cooperativas de produção existentes em São Paulo.

Algumas características do trabalho informal

Os resultados alcançados mostram que o trabalho informal no município de São Paulo tem origem nas causas apontadas pela OIT. Embora alguns apreciem a “autonomia” do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade.

A pesquisa mostrou que os trabalhadores informais têm um lugar na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produtos de todo tipo, realizado pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo, seja na apropriação e na reciclagem dos restos advindos da produção, por meio de catadores de papel, papelão, metais, lixo, ou ainda na prestação de serviços diversos para o público ou para empresas. Isto não significa, porém, que esta inserção seja importante na geração de renda. Pelo contrário, ela é extremamente precária e, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, para a maioria dos trabalhadores informais ela se caracteriza por uma renda muito baixa.

A pesquisa constatou que o crescimento da informalidade é acompanhado pelo declínio do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e pelo crescimento dos que tra-

balham sem registro, tanto nas pequenas empresas como nas empresas com mais de cinco empregados. Mas isto é insuficiente para explicar o fenômeno da informalidade. Embora o município de São Paulo ainda seja o maior mercado de trabalho urbano do país, seu nível de desindustrialização vem crescendo. Há muitos trabalhadores informais em São Paulo que estão inseridos na chamada economia moderna, como a produção de vestuário e outros trabalhos descentralizados em domicílio ou diferentes esquemas terceirizados.

Os sindicatos e os trabalhadores informais

É necessário mencionar também o caráter estratégico dessa discussão para os sindicatos. Fala-se muito sobre a necessidade de organizar estes trabalhadores, sob pena de os sindicatos perderem cada vez mais seu espaço de atuação e poder político, tendo em vista a diminuição do número de trabalhadores formais que formam sua base de representação. No entanto, apesar de algumas tentativas de organizar os trabalhadores informais – como o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de São Paulo e seus similares em outras cidades – e da criação recente da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, na verdade não se constituiu ainda uma verdadeira estratégia de organização, nem uma política para o setor informal.

Este dilema não é novo para o movimento sindical. No início do século, com o surgimento das grandes fábricas com linhas de produção, os artesãos foram aos poucos perdendo espaço no mercado de trabalho para os trabalhadores industriais, que ninguém sabia como organizar no início, mas que acabaram por gerar o modelo de organização sindical atual, adotado posteriormente pelos trabalhadores na agricultura e no serviço público. O dilema vivido atualmente é semelhante. Além do desconhecimento de como organizar um trabalhador por conta própria que não tem uma relação de trabalho direta com um empregador, os dirigentes sindicais se perguntam se investir em

sua organização não seria reconhecer e perpetuar uma situação indesejável.

A presente pesquisa foi motivada pela convicção de que estes trabalhadores podem ser organizados. Internacionalmente, existem iniciativas e instrumentos para combater o trabalho informal ou, no mínimo, para garantir a estes trabalhadores mecanismos de proteção social, qualificação e renda – seja a partir de resoluções como as da Conferência Social de Copenhague, seja a partir de algumas Convenções e Recomendações da OIT, como, por exemplo, a Convenção 177, a Recomendação 184 sobre “Trabalho em Domicílio” e a Recomendação 189 sobre “Emprego nas Pequenas e Médias Empresas”. Propostas de certificações de produtos, como a SA 8000, também são válidas, pois o simples respeito a pelo menos um de seus critérios, como o direito à negociação coletiva, significa a manutenção de relações formais de trabalho. Iniciativas como a criação da SEWA (Self Employed Women Assosiation) da Índia, reunindo e organizando milhares de mulheres que trabalham por conta própria, lhes garantem crédito e melhores condições de comercialização de seus produtos, principalmente têxteis e vestuário. O mesmo acontece com a SEWU (Self Employed Women Union), da África do Sul, uma grande cooperativa de artesãs.

Parece ser este o caminho que devemos seguir e aprofundar, mas que não pode ser um fim em si mesmo. Resgatar o papel do Estado, ainda mais num país como o Brasil, onde os direitos mínimos de cidadania sempre estiveram historicamente associados à inserção formal no mercado de trabalho, é fundamental, bem como a retomada do crescimento econômico sustentável. Estamos convencidos de que, na cidade de São Paulo, as forças políticas capazes de levar esta concepção adiante estão presentes, como sindicatos, partidos políticos comprometidos com a cidadania, intelectuais e universidades, além de organizações sociais diversas. Oferecemos os resultados desta pesquisa aos que acreditam e estão dispostos a atuar em favor da transformação do setor informal.

Parte 1

Trabalho informal: origens e evolução



O trabalho informal e a luta da classe operária

Paul Singer

Professor titular de economia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares dessa universidade.

No debate sobre trabalho informal, convém lembrar que ele – como quer que o chamemos: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência – é algo relativamente antigo, datando dos primórdios da Revolução Industrial. Marx, n’ *O Capital* (vol.1), denominou a quarta seção do capítulo 23 de “Diversas formas de existência da população relativamente excedente”. Por que relativamente excedente? Porque ela excede momentaneamente as necessidades do capital, ou seja, a procura por mão-de-obra das empresas. Mas ela de modo algum é excedente, no sentido de redundante, desnecessária à economia como um todo, inclusive ao modo de produção capitalista. Este, para poder pagar salários compatíveis com a valorização do capital, precisa poder dispor de uma massa de trabalhadores que esteja sendo demitida por algumas empresas e admitida por outras. É uma reserva móvel de trabalho, sempre disponível às empresas quando estas querem expandir rapidamente o número de empregados. Marx chamou esta parte da população excedente de “líquida”.

Uma segunda parte da população excedente, segundo Marx, é a “latente”, formada pelos moradores do campo que estão em vias de ser expulsos da agricultura e só esperam uma conjuntura favorável para se dirigir às cidades em busca de trabalho. Mas é a terceira parte que aqui mais nos interessa. “A terceira categoria da população relativamente excedente, a *estagnada*, forma parte do exército *ativo* do trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular. Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital. Caracterizam-na o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (Abril Cultural, São Paulo, 1982, p. 677).

Seria difícil resumir melhor os resultados da pesquisa Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo, realizada pela CUT e publicada neste livro. O “trabalho informal” corresponde ao segmento estagnado da população excedente que Marx tinha diante dos olhos,

em Londres, em 1865-66, quando redigia o primeiro volume d' *O Capital*. Em primeiro lugar, trata-se do exército industrial ativo e não de reserva, este formado pelos sem-trabalho, pelos desempregados no sentido estrito do termo. Os desempregados vivem do seguro-desemprego (enquanto dura) ou são sustentados por economias ou pelo que ganham outros membros da família, enquanto ficam em tempo integral procurando emprego. Os trabalhadores informais já desistiram de procurar emprego, como reiteram os entrevistados no Estudo de Casos desta pesquisa (ver p. 40). Eles saem à luta, tentando ganhar a vida de qualquer jeito.

Em segundo lugar, trabalham longas jornadas para ganhar um mínimo. Mostra a pesquisa que “normalmente os vendedores em ponto fixo trabalham de segunda a sábado, descansando aos domingos, mas em muitos casos trabalham sem folga, de segunda a domingo. A jornada de trabalho média entre os entrevistados é de 76 horas por semana”. A jornada semanal média de trabalho dos vendedores em trens é de 62 horas e a dos catadores de material reciclável é de 44 horas. Os ganhos são incertos e muito variáveis nestas profissões. Os vendedores em ponto fixo, certamente uma das maiores categorias de trabalhadores informais, ganham em média R\$ 927 por mês, mas “com uma grande distância entre o menor ganho, que é de R\$ 150,00 e o maior, de R\$ 4.000,00”. A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos.

Uma das características do trabalho informal é que ele se restringe a poucos ramos de atividade. Convém lembrar que em 1998, conforme a pesquisa, 48,2% dos ocupados na Grande São Paulo estavam neste setor. A grande maioria deles se dedica ao pequeno comércio e a serviços de baixa qualificação, inclusive o doméstico. Estes serviços muitas vezes exigem experiência e conhecimentos, mas não escolaridade elevada. Os mercados do trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo. Por isso em todos eles há *excesso de oferta*. Sendo quase a metade da força de tra-

balho ocupada, os trabalhadores informais têm acesso a muito menos que a metade da economia metropolitana, a maior parte da qual é dominada pelo grande capital, sendo constituída por mercados oligopolizados, ou seja, em que a oferta está concentrada em um pequeno número de empresas, que por isso têm meios de evitar que ela se torne excessiva.

Para resgatar o trabalho informal da pobreza é necessário organizá-lo. Mas a forma de organização não pode ser o sindicato clássico, porque os trabalhadores informais não têm emprego regular, não são explorados por empresas em termos permanentes, sendo antes vítimas da espoliação de intermediários, usurários, fiscais e policiais corruptos. Uma forma que se mostrou eficaz é a cooperativa, à qual pertence parte dos catadores de material reciclável. A cooperativa tem por base a solidariedade entre os trabalhadores, que impede a concorrência entre eles. No caso dos catadores, por exemplo, ela lhes permite barganhar de igual para igual com os recicladores e eventualmente até substituí-los pela própria cooperativa. Uma cooperativa que reunisse todos ou a maioria dos vendedores ambulantes poderia distribuí-los de forma racional pelos espaços da cidade, sem impedir a circulação dos clientes potenciais, organizar em parceria com o poder público shoppings populares e até desenvolver novas atividades para ocupar os excedentes.

A organização em cooperativa permite transformar o trabalho informal em formal e a pequena produção, fragilizada pelo tamanho reduzido das unidades, em produção em escala média e grande. Isso, porém, exige capital, que pode vir de fonte pública (programas de geração de trabalho e renda) ou, melhor ainda, da poupança da própria classe operária, depositada em cooperativas de crédito que se organizem em bancos cooperativos. Se for possível organizar em cooperativas uma grande parte do trabalho informal, ele deixará de fazer parte da população relativamente excedente e seus integrantes deixarão de estar condenados a trabalhar jornadas máximas para ganhar um mínimo.

É do maior interesse dos trabalhadores formais e de seus sindicatos que os trabalhadores informais se organizem. Embora não concorram diretamente com os formais, os trabalhado-

res informais em grande parte anseiam por empregos regulares (como deixa claro o Estudo de Casos da pesquisa) e sua presença latente no mercado de trabalho debilita o poder de barganha e a capacidade de luta das organizações sindicais. Quanto mais eles se organizarem, tanto mais reforçarão a luta dos assalariados formais por melhores salários e condições de trabalho. Convém lembrar que as cooperativas competem com as empresas capitalistas e, se estas pagam melhor seus trabalhadores, o ganho dos cooperadores sobe na mesma proporção, pois o preço no mercado é sempre regulado pelo custo médio do trabalho.

É, no entanto, difícil reunir trabalhadores que atuam isoladamente e em competição entre si em cooperativas, pois estas requerem profundos laços de confiança mútua e solidariedade entre os companheiros. A cooperativa de trabalhadores é uma organização autogestionária, em que cada sócio é proprietário de uma cota igual do capital e tem direito a um voto na assembleia, em que todas as decisões importantes são tomadas e na qual são eleitos os diretores e demais encarregados da administração.

A dificuldade provavelmente reside no receio do trabalhador de abrir mão de sua autonomia para compartilhar o destino de outros, de cujo caráter e integridade ele não tem

provas. Este receio é superado, no entanto, se alguma cooperativa puder ser formada e o seu êxito demonstrar que trabalhadores informais são capazes de criar empreendimentos competitivos no mercado e que remuneram o trabalho melhor e de modo mais sistemático do que a atividade individual. A experiência nacional e internacional indica que a organização cooperativa requer apoio constante, ao menos em sua fase inicial, para ajudar os novos cooperadores a ganhar cultura solidária e capacitação gerencial.

É aqui que a solidariedade dos sindicatos com os trabalhadores informais tem um vasto campo prático de aplicação. Hoje em dia já há várias organizações que se dedicam a apoiar cooperativas de trabalhadores, como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares e a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. Seria importante os sindicatos se engajarem nesta luta – vários já o fizeram –, estreitando os laços entre o trabalho formal e o informal e forjando assim uma frente unida contra a hegemonia exploradora do grande capital.

A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil

Kjeld A. Jakobsen

Secretário de Relações Internacionais da CUT
kjeld@cut.org.br

O termo “setor informal” foi cunhado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, em 1972. Uma das principais conclusões alcançadas nestes relatórios foi que o problema social mais importante naqueles países não era o desemprego, mas sim a existência de um grande número de “trabalhadores pobres”, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas.

Posteriormente, outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como “setor não-estruturado”, “setor não-organizado” ou “setor não-protetido”, revelando a existência de divergências conceituais para a definição dessas ocupações. Da mesma forma que há nuances na tentativa de definição do setor informal, também existem visões diferenciadas sobre a origem e o papel do setor informal na economia.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que

se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza.

América Latina

A origem do trabalho informal na América Latina e no Caribe estaria relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos atrasados meios de produção agrícolas, que dispensaram mão-de-obra neste setor, somadas à busca de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana. No entanto, esta não foi capaz, em nenhum momento, de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Isto levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a “inventar” seu próprio trabalho – principalmente no comércio e no setor de serviços – como meio de sobrevivência.

A análise do PREALC/OIT colide com a visão dos economistas liberais, que afirmam que a economia informal não é um setor definido com precisão, pois inclui todas as atividades

econômicas extralegais, inclusive a produção e o comércio orientados pelo mercado ou para a subsistência direta. A origem da informalidade é atribuída à excessiva regulamentação da economia pelo Estado. Sob esse ponto de vista, o trabalho informal seria a resposta popular às restrições legais, derrubando com sucesso a barreira estatal legal, implantando a desregulamentação de fato e representando a irrupção das forças do mercado contra a economia engessada pela regulamentação. Neste caso, o empreendedor informal não seria um produtor marginal de baixa produtividade, como afirma o PREALC/OIT, mas um herói econômico que logra sobreviver e mesmo prosperar, apesar da perseguição estatal contra suas atividades.

Uma terceira perspectiva, também chamada “estruturalista”, define o setor informal como o conjunto de atividades geradoras de renda desregulamentadas pelo Estado em ambientes sociais em que atividades similares são regulamentadas. A origem do trabalho informal estaria, em parte, nas formas alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como o trabalho em tempo parcial ou casual, os contratos de prestação de serviços e a subcontratação para pequenas e desregulamentadas empresas terceiras de produção de bens e serviços. Isto significa que muitos empreendedores e trabalhadores informais são considerados integrantes da economia formal moderna, mas não contabilizados dessa forma, para burlar a fiscalização contábil e escapar da regulamentação do Estado.

Quadro 1
Estrutura do emprego não-agrícola na América Latina

| ANO | SETOR INFORMAL | | | SETOR FORMAL | | | |
|------|----------------|------|-----|--------------|---------------|---------------|------|
| | TOTAL | (1) | (2) | TOTAL | Setor Público | Setor Privado | |
| | | | | | | (3) | (4) |
| 1980 | 25,6 | 19,2 | 6,4 | 74,4 | 15,7 | 44,1 | 14,6 |
| 1985 | 30,4 | 22,6 | 7,8 | 69,6 | 16,5 | 36,5 | 16,6 |
| 1990 | 30,8 | 23,9 | 6,9 | 69,2 | 15,5 | 31,6 | 22,1 |

Fonte: Estimativas PREALC (%). Elaboração própria.

(1) Trabalhadores por conta própria, já subtraídos os técnicos e profissionais liberais

(2) Trabalhadores em serviços domésticos

(3) Trabalhadores em grandes empresas

(4) Trabalhadores em pequenas empresas com mais de cinco ou dez empregados, conforme o país

Quadro 2

Participação média dos empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria na ocupação total das regiões metropolitanas

| ANO | 1991 | 1995 | 1999 |
|--------------------|-------|-------|-------|
| Empr. sem carteira | 20,81 | 24,08 | 26,39 |
| Por conta própria | 20,10 | 21,95 | 23,53 |
| TOTAL | 40,91 | 46,03 | 49,92 |

Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

De acordo com esta interpretação, o trabalho informal não seria uma irrupção advinda dos de baixo, como defendem os liberais, mas corresponderia à estratégia de acumulação de capital das empresas formais modernas. As dinâmicas sociais da utilização do trabalho, no contexto da divisão entre o protegido e o não-protegido, ajudariam a explicar a persistência e mesmo o crescimento do emprego informal latino-americano durante os anos relativamente prósperos do período de industrialização do pós-guerra, criando até mesmo situações em que alguns proprietários de atividades informais recebiam uma renda superior, em média, à dos trabalhadores do setor formal.

Mais recentemente, economistas neoliberais como Rudiger Dornbusch atribuíram a expansão do trabalho informal ao longo período de altas taxas inflacionárias e aos descompassos das economias dos países latino-americanos. Paul Krügmann chegou a afirmar que os países em vias de desenvolvimento teriam necessariamente de passar pela fase da desregulamentação e da superexploração de mão-de-obra que caracterizou o início da Revolução Industrial, como hoje ocorre nas “maquiladoras” da Ásia e da América Central, como uma via para acumulação de capitais e avanço tecnológico indispensáveis ao desenvolvimento.

Independentemente da polêmica sobre a origem do trabalho informal, o quadro que temos aponta para seu crescimento. A OIT avalia que entre 1986 e 1996, para cada 100 novas ocupações criadas na América Latina, 80 eram informais.

Brasil

O Brasil não é muito diferente dos demais países da América Latina no que tange ao fenô-

meno do trabalho informal, embora apresente índices inferiores aos deles, resultado de um esquema de industrialização mais vigoroso. Ainda assim, a migração do campo para as cidades entre 1950 e 1980 envolveu mais de 35 milhões de pessoas: além de ser considerado um dos maiores movimentos populacionais do mundo, contribuiu sobremaneira para a formação de nosso excedente de mão-de-obra urbana.

No Brasil, há vários indicadores que permitem avaliar minimamente a dimensão e algumas características do trabalho informal, embora geralmente seus resultados variem devido à aplicação de metodologias diferentes.

Segundo o PREALC, o percentual de trabalhadores informais no Brasil em 1980 era de 24% da População Economicamente Ativa (PEA), contra 28,8% em 1990. Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1981, o número absoluto de trabalhadores formais atingiu o montante de 22,2 milhões de trabalhadores, equivalente a 49% da PEA daquele ano, aproximando-se do número absoluto de 1998 (22,3 milhões, projeção sobre a RAIS de 1996), porém, nesse caso, equivalente a apenas 29% da PEA.

Estes dados confirmam a contínua substituição do trabalho formal pelo informal no Brasil, sem falar no crescimento do desemprego aberto que, em 1998, atingia cerca de 7 milhões de pessoas contra menos de 2 milhões no início da década. Os dados do CAGED/MTE (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego), por exemplo, confirmam esta tendência ao revelar que a variação de emprego entre 1997 e 1999 provocou a extinção de 813.485 postos de trabalho formais.

A PME/IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística) realizada em seis regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador) permite medir a participação dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria no total de ocupados, bem como comparar seus rendimentos com os dos trabalhadores registrados.

Pela PME verifica-se que o trabalho informal cresceu 22% ao longo da década de 1990, alcançando hoje a metade dos ocupados das seis regiões metropolitanas, sendo que o número de empregados sem carteira assinada aumentou 27% enquanto os trabalhadores por conta própria cresceram apenas 17%. Considerando que, no mesmo período, o desemprego aumentou 56%, a diferença entre a evolução das duas categorias provavelmente se deve ao fato de que, além da eliminação de postos de trabalho, há também uma destruição deliberada dos empregos formais, e o trabalho por conta própria não tem sido capaz de oferecer uma alternativa para o conjunto dos desempregados. Em todos os anos da década, o rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada foi mais elevado que o das duas outras categorias, desmentindo que a desregulamentação do mercado de trabalho seja uma boa opção para o desenvolvimento econômico e para os trabalhadores, principalmente em anos de recessão, como foi o caso de 1992.

O próprio governo federal reconheceu a relevância do setor informal no Brasil, implementando uma pesquisa nacional, denominada Economia Informal Urbana – Ecinf, realizada pelo IBGE. Ela parte de amostras em domicílio com base nas pequenas unidades produtivas, porém não considera os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada em empresas com mais de cinco empregados e os trabalhadores domésticos. A primeira

ECINF foi realizada em 1997 e a pesquisa deverá se repetir a cada cinco anos. Esta pesquisa também apresenta muitos indicadores sobre as características e a dimensão da economia e do trabalho informal. Trataremos de alguns deles.

Comparando os dados do Quadro 4 com o total de ocupados nacionalmente e por região medidos pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1997, verificamos a distribuição percentual dos trabalhadores informais no Quadro 5.

Os percentuais de trabalhadores informais nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste são superiores à média nacional, seguramente devido à economia menos estruturada destas regiões, comparados aos percentuais das regiões Sudeste e Sul, onde o nível de industrialização e de estruturação do comércio e dos serviços é mais consolidado.

A Ecinf também mostra que, em outubro de 1997, estes trabalhadores estavam ocupados em 9.477.973 empresas informais, sendo que 86% destas pertenciam a trabalhadores por conta própria e 14% a pequenos empregadores. Destas, 80% ocupavam apenas uma pessoa. A atividade produtiva era desenvolvida fora do domicílio em 67% dos casos, o que demonstra o peso das atividades de comércio e serviços para o público e as empresas. No que tange aos empregados, verifica-se que seu rendimento médio mensal foi de R\$ 240,00, sendo que os homens receberam em média R\$ 253,00, contra R\$ 218,00 pagos às mulheres.

Cidade de São Paulo

A informalidade no município de São Paulo tende a se expandir. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, o percentual de tra-

Quadro 3

Diferencial médio dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada (1) e dos com carteira assinada e trabalhadores por conta própria (2) (%)

| ANO | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| (1) | 38,01 | 52,39 | 54,05 | 47,33 | 33,28 | 34,90 | 32,78 | 32,26 | 27,38 |
| (2) | 41,15 | 58,02 | 55,93 | 38,34 | 15,84 | 16,36 | 16,86 | 22,43 | 26,26 |

Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

Quadro 4
Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por região e posição na ocupação

| REGIÃO | TOTAL | POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | | | | |
|--------|------------|---------------------|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|----------------|
| | | Conta Própria | Empregador | Empregado c/ carteira assi-nada | Empregado s/ carteira assi-nada | Não remunerado |
| NO | 661.698 | 468.689 | 66.911 | 18.308 | 77.386 | 30.404 |
| NE | 3.249.376 | 2.261.360 | 316.807 | 99.604 | 349.873 | 221.732 |
| SE | 5.944.577 | 3.921.640 | 780.695 | 471.424 | 596.292 | 174.526 |
| SUL | 2.048.474 | 1.343.875 | 266.239 | 220.540 | 157.630 | 60.190 |
| CO | 966.298 | 594.025 | 138.303 | 64.166 | 139.503 | 30.301 |
| BRASIL | 12.870.420 | 8.589.589 | 1.568.955 | 874.042 | 1.320.684 | 517.153 |

Fonte: IBGE – Economia Informal Urbana (Ecinf) – 1997. Elaboração própria.

balhadores informais que moravam e/ou trabalhavam no município de São Paulo em 1990 era de 36,3%, índice que em 1998 saltou para 48,2%, equivalente a aproximadamente 2,6 milhões de indivíduos maiores de 10 anos. Os paulistanos, há muito tempo, se acostumaram com os comerciantes informais – sorveteiros, pipoqueiros, pamonheiros, vendedores de bilhetes de loteria e de tantos outros produtos. Da mesma forma, habituaram-se com pequenas oficinas mecânicas, funilarias, marcenarias e empresas familiares – bares, mercearias e lojas, geralmente localizadas nos bairros. Também faziam parte deste cenário as pequenas indústrias com poucos empregados como as de confecções, de vestuário e de peças em geral, além de prestadores de serviços diversos como motoristas de táxi, afiadores de tesouras e facas, esteticistas, eletricitas, pedreiros, encanadores etc. A atividade de catador de papel e outros materiais recicláveis também é antiga,

assim como a de serviços domésticos de produção de alimentos como salgadinhos, doces e marmitas. Por último, citamos a empregada doméstica, que, embora tenha sua profissão regulamentada e protegida por lei desde a Constituição de 1988, ainda sofre com a desregulamentação de sua atividade na prática, e com freqüentes violações de seus direitos.

É muito grave a dimensão e a contínua expansão desse tipo de atividade, envolvendo hoje quase metade dos ocupados que trabalham e/ou moram em São Paulo. A situação é visível pela quantidade de vendedores – ambulantes e de pontos fixos, que em muitas ruas ocupam a maior parte das calçadas –, pela quantidade de pessoas revirando os depósitos de lixo, pela grande oferta de empregadas domésticas e faxineiras e, mais recentemente, pelo advento do transporte clandestino. Este último merece uma referência especial, pois a categoria dos “perueiros”, segundo a Associação

Quadro 5
Distribuição dos trabalhadores informais em relação aos ocupados (%)

| Região | Ocupados | Informais | % |
|--------|------------|------------|------|
| NO/CO | 6.416.544 | 1.657.995 | 25,8 |
| NE | 11.847.430 | 3.249.376 | 27,4 |
| SE | 25.995.998 | 5.944.577 | 22,9 |
| SUL | 8.592.200 | 2.048.473 | 23,8 |
| BRASIL | 52.852.172 | 12.870.421 | 24,4 |

Fonte: IBGE – PNAD e Ecinf – 1997. Elaboração própria.

de Perueiros de São Paulo, já ultrapassou o número de 30.000, ocupando um espaço importante aberto pela desregulamentação proposital do transporte urbano realizada durante o mandato dos prefeitos Paulo Maluf (1993-96) e Celso Pitta (1997-2000).

O movimento sindical não pode mais fechar os olhos para esta realidade. É a sua base tradicional que se transfere em ritmo constante para o trabalho desregulamentado, perdendo

sua relação tradicional com o Estado e os sindicatos, comprometendo, em última análise, a própria força política do sindicalismo. Diferentes categorias de trabalhadores foram se expressando e se organizando em sindicatos ao longo do século XX – a saber, artesãos, trabalhadores na indústria, empregados em comércio e serviços, trabalhadores rurais e, por último, servidores públicos. Agora tem que ser a vez dos trabalhadores informais.

O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo

Márcio Pochmann

Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
pochmann@eco.unicamp.br

O presente texto pretende analisar o reforço mais recente ocorrido nas formas de manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra no município de São Paulo. O desemprego crescente, a expansão de diversas estratégias de sobrevivência e a produção renovada de ocupações precárias são aqui identificados como formas adicionais de manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra.

Apesar de constituir um dos principais traços intrínsecos do desenvolvimento capitalista brasileiro, o excedente de mão-de-obra resultou da formação de um segmento significativo da população que deixou de ser incorporado pela dinâmica macroeconômica, mesmo quando o país alcançou a fase de expansão invejável de suas forças produtivas, ocorrida durante as décadas de 1940 e 1970. Todavia, nas últimas duas décadas do século XX, que são consideradas “perdidas” devido ao baixo desempenho da economia, a manifestação do desemprego aberto crescente e de formas renovadas de ocupação, que dizem mais respeito à estratégia de sobrevivência do que à inserção produtiva da força de trabalho, terminou apontando para um novo cenário de produção e reprodução de um excedente estrutural ainda maior da mão-de-obra no município de São Paulo.

A partir dessa perspectiva, interessa compreender conceitualmente as categorias teóricas que podem melhor ajudar na identificação das diversas formas de manifestação do excedente de mão-de-obra, assim como analisar as possíveis razões que dão sustentação à produção e à reprodução de mão-de-obra redundante no processo de acumulação de capital no município de São Paulo. O esforço de compreensão desse fenômeno, contemporâneo ao desenvolvimento capitalista no Brasil – que tem sido mais recentemente aprofundado nas mais diversas formas de inserção das classes trabalhadoras –, não apenas é urgente e necessário, mas apresenta-se desafiador para todos aqueles que se encontram comprometidos com os destinos socioeconômicos da maior parte da população brasileira.

Para tratar desta temática, procurou-se dividir o texto em três partes. A primeira trata da questão conceitual relativa às formas de manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra no capitalismo, especialmente o brasileiro. A segunda parte busca resgatar sinteticamente os elementos fundadores da recente geração adicional do excedente estrutural de mão-de-obra na cidade de São Paulo, enquanto a terceira parte refere-se à evolução nas duas últimas décadas do contingente de mão-de-obra

que resulta da dinâmica econômica no espaço geográfico do maior município do Brasil.

Uma referência conceitual necessária

A força de trabalho de um determinado país pode ser compreendida como indicador das potencialidades de produção social por parte da população. Mas, na dinâmica da acumulação de capital, não são todos os que estão em condições de participar do processo de produção social envolvidos diretamente. Apenas uma parte da força de trabalho, em maior ou menor escala, tende a ser incorporada tradicionalmente pelo desenvolvimento econômico.

Com isso, pode-se identificar imediatamente uma primeira consideração: a decisão de participar na produção social por parte da força de trabalho não é autônoma, pois encontra-se condicionada pelo processo de desenvolvimento econômico. Quanto maior o ritmo de expansão das atividades econômicas, mais amplas tendem a ser as condições de produção e reprodução ocupacional (KEYNES, 1992), ainda que o desenvolvimento das forças produtivas torne, a longo prazo, parte da força de trabalho redundante. A substituição de trabalhadores por formas renovadas de produzir, mediante novas tecnologias e gestão do trabalho, e a intensificação do trabalho pelo ritmo crescente da organização capitalista da sociedade seriam formas tradicionais de restrição na participação de toda a força de trabalho no processo de produção social (MARX, 1982).

Ao mesmo tempo, cabe também ressaltar que, na história do desenvolvimento capitalista, a manifestação do pleno emprego da força de trabalho foi, na maioria das vezes, ocasional e de curto prazo. Por ser uma exceção, mais que uma regra, verificou-se que, durante quase três décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, a presença de baixas taxas de desemprego nas economias avançadas foi objeto da construção política daquelas sociedades. Ou seja, a busca do pleno emprego foi transformada em prioridade nacional, sendo tomadas todas as iniciativas com vistas à criação de um ambiente econômico e social propício ao funcionamento do mercado de trabalho de maneira favorável aos trabalhadores.

Nesses termos, foi promovido um grande movimento de distribuição de renda das classes ricas para as pobres, tendo como intermediário o Estado. Por meio de fundos públicos constituídos a partir de profunda reforma tributária, que tornou obrigatório o pagamento de impostos pelas classes proprietárias, foi possível financiar o tempo livre (inatividade) de crianças (escolas), de idosos (aposentadorias), de doentes e deficientes físicos e mentais (hospitais) e de desempregados (seguro-desemprego). Sem mais precisar recorrer ao mercado de trabalho para ter acesso à renda necessária para o atendimento das necessidades básicas, um contingente expressivo da força de trabalho deixou de ter emprego ou de ter que procurá-lo.

Paralelamente, o desenvolvimento de atividades complementares ao espaço econômico ocupado pelo setor privado, por intermédio do setor público, mostrou-se essencial para a geração de postos de trabalho em larga quantidade. Assim, os setores vinculados à saúde, à educação, aos transportes, ao lazer, às empresas estatais, entre outros, promoveram uma ampliação substancial do emprego público, absolutamente fundamental para garantir a quase plena ocupação da força de trabalho.

A partir disso, o capitalismo nas economias avançadas evoluiu para a estruturação do mercado de trabalho, contemplando a cada dez ocupados 8 a 9 assalariados. Este fato tornou possível constatar a consolidação de sociedades salariais relativamente homogêneas (CASTELS, 1998).

Disso pode-se destacar uma segunda consideração: o pleno emprego da força de trabalho no capitalismo depende de certos arranjos políticos e institucionais. Em outras palavras, é objeto de construção social, não sendo, portanto, resultado da simples evolução das forças de mercado (OFFE, 1989; KALECKI, 1943).

Deixada ao livre funcionamento das forças de mercado, a força de trabalho estaria submetida exclusivamente às vicissitudes da acumulação capitalista. Nesses termos, tende a haver, pelo menos, duas formas de inserção da força de trabalho.

A primeira diz respeito ao segmento da força de trabalho necessário e diretamente envolvido no processo de acumulação de capital, re-

presentado pelos ocupados nos postos de direção, administração e demais empregados nas atividades de produção e distribuição dos bens e serviços.

A segunda forma de inserção da força de trabalho diz respeito aos segmentos da força de trabalho que sobraram das necessidades diretas do processo de acumulação de capital. Nesse caso, existe uma subdivisão no interior do excedente de mão-de-obra em relação às necessidades do capital: o desemprego aberto (visível) e as ocupações envolvidas com a própria subsistência (desemprego invisível), em geral formas capitalistas primitivas ou até pré-capitalistas (parte não-organizada do mercado de trabalho).

Enquanto o segmento de trabalhadores na condição de desemprego aberto faz diretamente parte da concorrência no mercado de trabalho, disputando vagas e, com isso, impondo resistências maiores à elevação salarial e à melhoria das condições de trabalho, o segmento não-organizado do mercado de trabalho termina quase por não interferir direta e sistematicamente no acirramento da competição entre os trabalhadores pelo acesso a vagas. Suas estratégias de sobrevivência, ainda que rudimentares, evitam que recorrentemente este segmento tenha que depender exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

Aqui surge uma terceira consideração: o excedente de mão-de-obra é constituído por trabalhadores que sobraram das necessidades diretas do processo de acumulação de capital, sendo formado tanto pelo desemprego aberto (visível) como por trabalhadores que exercem atividades no máximo associadas ao capitalismo primitivo, mediante estratégias de sobrevivência (mercado de trabalho não-organizado).

Embora não seja possível observar grandes restrições ao funcionamento das atividades do segmento não-organizado, não é conveniente entendê-lo como uma parte independente do sistema econômico capitalista. Tem sido a dinâmica capitalista o fator que apresenta maior ou menor capacidade de determinar a existência e a dimensão das atividades no segmento não-organizado do mercado de trabalho.

Disso surge então uma quarta consideração: a parte do excedente de mão-de-obra que exerce atividades no segmento não-organizado do

mercado de trabalho é dependente da dinâmica da acumulação capitalista, assim como da capacidade de atuação do Estado. Tal capacidade repercute diretamente sobre a natureza, a qualidade e a dimensão das ocupações no segmento não-organizado do mercado de trabalho.

Mais recentemente, contudo, com a rápida e profunda transformação no capitalismo – por meio de uma nova onda de inovação no paradigma tecnológico e das modificações de produção e organização do trabalho, sobretudo na grande empresa – têm surgido condições novas de produção e reprodução de mão-de-obra excedente. Além do desemprego aberto, há novidades interessantes em relação às oportunidades ocupacionais no segmento não-organizado do mercado de trabalho.

A terceirização e a subcontratação de mão-de-obra, a organização em redes de produção, a externalização de partes do processo produtivo contribuem para a simplificação de tarefas e ocupações que anteriormente encontravam-se presentes no interior da grande empresa. Com isso, ganharam dimensão as ocupações ligadas diretamente a esse tipo de empresa, alterando um pouco as características do segmento não-organizacional.

Dessa forma, chega-se a uma quinta consideração: no interior do excedente de mão-de-obra podem ser encontradas, mais recentemente, as ocupações vinculadas diretamente ao processo capitalista de produção, especialmente à grande empresa. Com isso, o segmento não-organizado poderia estar produzindo e reproduzindo não apenas formas ocupacionais do capitalismo primitivo, mas também vagas acionadas pelas grandes empresas.

Em relação às economias periféricas ao desenvolvimento do centro do capitalismo mundial – que, em geral, jamais tiveram a experiência de consolidação das chamadas sociedades salariais –, prevaleceu a existência de mercados de trabalho pouco ou quase nada organizados. Ou seja, a presença do assalariamento, mesmo quando chegou a ser majoritária, jamais apresentou força suficiente para levar à homogeneização das remunerações e condições de trabalho, conforme as nações avançadas.

A recente geração do excedente estrutural de mão-de-obra

No último quartel do século XX, a dinâmica econômica do município de São Paulo passou por, pelo menos, duas alterações substanciais. A primeira encontra-se associada ao processo de desconcentração da produção, sobretudo industrial, que ganhou vigor a partir da segunda metade dos anos 70, revertendo o que até então se conhecia como padrão de industrialização nacional concentrado nas regiões Sul e Sudeste. Inicialmente, com o fortalecimento de novos centros industriais nas diversas regiões metropolitanas brasileiras, o município de São Paulo foi, lenta e gradualmente, perdendo suas características de cidade industrial. Posteriormente, com a interiorização da produção manufaturada para algumas regiões administrativas do estado de São Paulo, o município paulista teve sua condição de hegemonia industrial esvaziada ainda mais.

A segunda alteração decorre da implementação do novo modelo econômico desde 1990, que terminou por impor um conjunto de restrições à produção e ao emprego nacional. De um lado ocorreu, primeiramente, a combinação entre a recessão de 1989-92 e a abertura comercial abrupta e desorganizada que provocou a ruptura parcial em várias cadeias produtivas, diante da maior exposição dos setores econômicos à competição externa sem a presença de condições isonômicas de competitividade.

A partir de 1993, com o início da recuperação econômica, aconteceu a introdução de dois novos ingredientes que iriam provocar a diminuição do grau de integração e diversificação da produção nacional. Em outras palavras, a adoção de um regime cambial de valorização da moeda nacional e a condução da política monetária restritiva (juros reais elevados) terminaram por levar, simultaneamente, o setor produtivo aos caminhos da reestruturação e da desestruturação. A continuidade na redução das barreiras alfandegárias, já sob o ritmo de Mercado Comum do Sul (Mercosul), somente fez avançar o rumo da especialização produtiva no país.

De outro lado, o desmonte do setor público, mediante a revisão do papel do Estado, a reforma administrativa, a contenção das políti-

cas públicas e a privatização, culminou com o acirramento da competição entre as interfaces subnacionais. Ou seja, o abandono das políticas de desenvolvimento regional levou vários governos estaduais e municipais a praticarem ações competitivas como a guerra fiscal (políticas de favorecimentos à atração de empresas), assim como o programa de ajustes nas áreas fiscal, financeira e de endividamento público para os governos estaduais e municipais, implementado pelo governo federal, retirou graus de autonomia na tentativa de defesa da produção e do emprego no âmbito subnacional.

O município de São Paulo concentrou os principais efeitos negativos na produção e no emprego decorrentes do novo modelo econômico. Como seus principais vetores direcionavam-se em maior dimensão e profundidade para o setor industrial, foi justamente o maior centro industrial do país o foco de absorção de quase todas as conseqüências nefastas da política macroeconômica nacional. A geração do maior excedente de mão-de-obra de toda a sua história não deixou de ser o produto dos elementos fundadores das alterações na dinâmica econômica e social da cidade de São Paulo.

É importante ressaltar que as modificações dinâmicas ocorridas no principal município brasileiro transcorreram num contexto socioeconômico marcado pelo pior desempenho das forças produtivas durante o século XX. Depois de ter abandonado seu projeto de industrialização nacional, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil, do ponto de vista econômico, passou a marcar passo no mesmo lugar.

No Brasil, a tendência de crescimento econômico medíocre, principalmente se comparada à evolução da população brasileira (com taxas anuais decrescentes), resulta no estacionamento do Produto Interno Bruto *per capita* em torno dos mesmos valores de 1980. Com a queda da produção em 1998 e a previsão de sua inalteração no ano de 1999, por exemplo, o PIB (Produto Interno Bruto) por habitante atual pode ter voltado a ser muito próximo ao de 1980, com estimativa de 3.140 dólares em 1999 contra 3.079 dólares em 1980.

Essa situação de certa paralisia na evolução do PIB *per capita* tende a ser uma marca ne-

gativa e importante da economia brasileira no período recente, que termina por repercutir de maneira combinada e desigual entre as diversas regiões geográficas nacionais. Entre 1950 e 1980, por exemplo, a renda por habitante chegou a crescer cerca de 4% ao ano, o que permitiu a quintuplicação, em apenas três décadas, da renda por habitante.

Evolução do excedente estrutural de mão-de-obra

Desde 1981, assiste-se no município de São Paulo ao aprofundamento do movimento de desestruturação do mercado de trabalho, ainda que não registre piora tão acentuada como a verificada no Brasil como um todo. O movimento de desestruturação tem ocorrido por força da ampliação do desemprego aberto, do desassalariamento (redução relativa do contingente de assalariados em relação ao total dos ocupados) e da geração de postos de trabalho precários, em sua maior parte.

Em 1998, por exemplo, a taxa estimada de desemprego aberto em São Paulo era de 14,9%, enquanto em 1979 era de apenas 3,4% da População Economicamente Ativa. Ao mesmo tempo, a taxa de assalariamento (relação entre o total de assalariados e o contingente de ocupados) regrediu 11,5%, sendo o emprego assalariado formal, em 1998, apenas 25,6% maior do que era em 1979. Comparando-se com o ano de 1989, o volume de emprego assalariado formal caiu 17,8% em 1998.

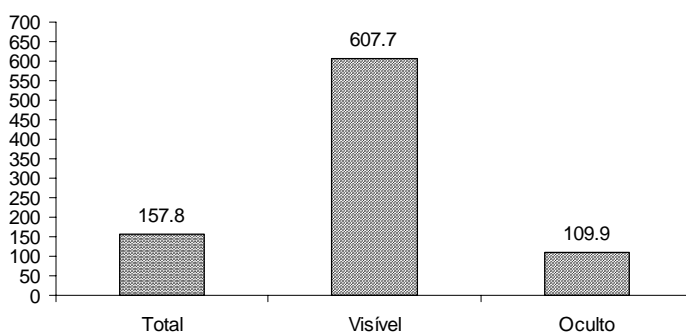
Já em relação à geração de postos de trabalho precários, em grande medida vinculados à estratégia de sobrevivência, pode-se observar a sua rápida expansão. Entre 1979 e 1998, a quantidade de trabalhadores ocupados foi mais do que duplicada, pois aumentou em quase 110%.

Com isso, pode-se concluir que a evolução mais recente do excedente de mão-de-obra ocorreu muito mais estimulada pelo desemprego aberto do que pelas formas de ocupação vinculadas às estratégias de sobrevivência. Isto é, foi a parte visível, mais do que a oculta, do excedente de mão-de-obra que se destacou no período recente no município de São Paulo.

Em 1998, por exemplo, o excedente de mão-de-obra representava algo em torno de 39% da força de trabalho, enquanto em 1979 significava cerca de 18%. Essa ampliação do excedente de mão-de-obra em 158% nas duas últimas décadas revela o processo mais amplo de regressão socioeconômica a que está submetida a classe trabalhadora no Brasil.

Tomando-se como referência o perfil socioeconômico dos trabalhadores identificados como excedente de mão-de-obra, percebe-se que a sua dinâmica de produção e reprodução no espaço econômico paulista ocorre forçada pela maior seletividade patronal na contratação e no uso da força de trabalho. Assim, com base nas informações apresentadas especialmente pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese e da Fundação Seade para o ano de 1998, percebe-se que o excedente de mão-

Grafico 1
Brasil: evolução do excedente de mão-de-obra no município de São Paulo
1978-1998 (em %)



Fonte: IBGE. Censo demográfico e PNAD ajustadas. Elaboração própria.

de-obra pesa relativamente mais entre as mulheres, o trabalhador de cor não-branca, com menos de 17 anos e com mais de 40 anos de idade, de menor escolaridade (abaixo do 1º grau) e nas atividades do comércio e da prestação de serviços, como ocupação de trabalho doméstico.

Por tudo isso, considera-se que o excedente de mão-de-obra, que não era uma novidade no passado no principal município brasileiro, assume, na atualidade das duas últimas décadas, proporções significativas. À margem das formas modernas de proteção trabalhista e de inclusão social, o contingente excedente de mão-de-obra segue sem perspectiva de reversão, considerando que a continuidade do atual modelo econômico e a permanência de baixas taxas de expansão do produto potencializam ainda mais a capacidade do município de São Paulo de produzir e reproduzir força de trabalho redundante.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P. 1996. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade* (6), Campinas, IE/UNICAMP.
- CACCIAMALI, M. 1983. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo, IPE/USP.
- CACCIAMALI, M. 1992. A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, FEE.
- CASTELS, R. 1998. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes.
- DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo, DIEESE.
- KALECKI, M. 1943. Political aspects of full employment. In: FEIWEL, G. 1981. *Michael Kalecki: contribuciones a la teoría de la política económica*. México, Fondo de Cultura.
- KEYNES, J. A. 1992. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Atlas.
- KOVARICK, L. 1995. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, K. 1982. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural.
- MATTOSO, J. 1999. *O Brasil desempregado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- OFFE, K. 1989. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.
- PEREIRA, L. 1978. *Populações "marginais"*. São Paulo, Duas Cidades.
- POCHMANN, M. 1999. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto.
- SINGER, P. 1991. Força de trabalho e emprego no Brasil. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, nº 3.
- SOUZA, P. 1979. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo, Hucitec/Funcamp.
- TOKMAN, V. 1987. El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, México, Fondo de Cultura Económica, LIV (3).
- TURNHAM, D. et alii. 1990. *The informal sector revisited*. Paris, OECD.



Parte 2

Mapa do Trabalho Informal na Cidade de São Paulo

Renato Martins e Osmir Dombrowski

Renato Martins é pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)
jrvmart@usp.br

Osmir Dombrowski é professor na Universidade do Oeste do Paraná. Ambos são doutorandos em ciência política na Universidade de São Paulo
dombrows@usp.br

Dimensão do mercado de trabalho (Tabelas 1 a 4, p. 51 e 52)

A Região Metropolitana de São Paulo é formada por mais de 30 municípios conurbados e constitui uma das cinco maiores aglomerações populacionais do mundo. Apesar das mudanças observadas em seu perfil produtivo ao longo das duas últimas décadas, essa região ainda é o principal pólo industrial do Brasil. Nela encontra-se um complexo mercado de trabalho, que tem sofrido o impacto da crise econômica que o país atravessa desde o princípio dos anos 80.

Em 1998, a População Economicamente Ativa (PEA) da Região Metropolitana de São Paulo correspondia a aproximadamente 8,7 milhões de pessoas, sendo 81,8% ocupados e 18,2% desempregados. A grande maioria da população ocupada (66%) residia na cidade de São Paulo. O número de desempregados era de pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, a maior parte das quais (60,7%) residia no município de São Paulo.

Do conjunto dos ocupados na Região Metropolitana, 62,5% residiam e trabalhavam na cidade de São Paulo e 24,4% residiam e trabalhavam em outros municípios. É significativo o número de pessoas que residem fora do município de São Paulo e trabalham nessa cidade: em 1998, elas correspondiam a 9,6% do total dos ocupados na Região Metropolitana, isto é, aproximadamente 684 mil pessoas. Este fato confirma a integração do mercado de trabalho metropolitano, bem como o poder de atração de mão-de-obra exercido pela cidade de São Paulo em relação aos demais municípios da região. Um percentual menor, embora não desprezível, era constituído por pessoas que residiam no município de São Paulo e trabalhavam em outras cidades da Região Metropolitana: 3,5% do total dos ocupados. Em 1998, encontravam-se trabalhando no município de São Paulo 72,1% dos ocupados da Região Metropolitana, correspondendo, aproximadamente, a 5,13 milhões de pessoas.

Dos ocupados na Região Metropolitana que residem ou trabalham no município de São Pau-

lo, grande parte encontra-se em atividades consideradas informais. Na Tabela 3, pode-se ver que 48,2% dos trabalhadores ocupados em 1998, ou seja, cerca de 2,5 milhões de pessoas, estavam nessa situação. No mais importante mercado de trabalho do país, portanto, quase a metade dos ocupados estão inseridos precariamente.

Evolução do setor informal

Como se observa na Tabela 3, nos anos 90 verificou-se um aumento contínuo do percentual de ocupados em atividades informais entre as pessoas que moram ou trabalham no município de São Paulo. Em 1990, o setor informal respondia por 36,3% do total de ocupados e passou a responder por 48,8% em 1999, experimentando um crescimento de 34,4% durante a década.

Essa tendência de crescimento do setor informal foi acompanhada por outra, em sentido oposto, de diminuição do percentual de indivíduos ocupados em atividades formais, que, em 1990, representavam 63,7% do total de ocupados e caíram para 51,2% em 1999, apresentando uma redução de 19,6%.

A expansão do setor informal nos anos 90 foi determinada pelo crescimento dos percentuais de assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados, que cresceu 64,7%, passando de 5,1% para 8,4% da população ocupada; de donos de negócio familiar, cujo aumento atingiu 62,5%, passando de 1,6% para 2,6%; de empregados domésticos, que passou de 6,1% para 9,1%, crescendo 49,2%; de assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira assinada, que representavam 2,8% dos ocupados, em 1990, e passaram a representar 3,9%, em 1999, com um aumento de 39,2%; e de autônomos, cujo percentual passou de 14,2% para 17,9% dos ocupados, acumulando um crescimento de 26%.

Nesses anos, também se verificaram alterações na composição do setor informal. Os autônomos se mantiveram à frente dos demais grupos, constituindo o segmento mais numeroso do setor. Apesar dessa supremacia, trata-se de um segmento em declínio relativo. Em 1990, representava 39,1% do total de ocupados no setor infor-

mal, contra 36,7%, em 1999, recuando 6,2%. O segmento dos assalariados em empresas com até cinco empregados com carteira assinada foi o que sofreu a maior redução, diminuindo em 31,2% sua participação no setor informal, ao passo que o segmento que mais cresceu foi o dos assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados.

A Tabela 4 mostra a composição do setor entre 1990 e 1999, com a respectiva variação sofrida por cada segmento.

Ao mesmo tempo que cresceu, o setor informal sofreu alterações importantes ao longo da década de 1990. Por um lado, houve um declínio da participação dos trabalhadores autônomos e uma queda acentuada do percentual de assalariados em pequenos negócios com carteira assinada e, por outro lado, ampliou-se significativamente a participação de assalariados sem carteira assinada e de empregados domésticos no mercado de trabalho no município de São Paulo.

Inserção no setor informal segundo atributos pessoais (Tabelas 5 a 8, p. 52 e 53)

A inserção nas atividades informais varia segundo as características pessoais da população estudada. Embora um número crescente de trabalhadores venha ingressando no setor informal, é expressiva a participação de negros, mulheres, pessoas acima de 40 anos de idade e com menor grau de escolaridade.

Mais da metade das mulheres ocupadas no município de São Paulo encontra-se em atividades informais (52%). Também se encontra nessa situação mais da metade da população não-branca ocupada (53%). Observa-se, portanto, que os trabalhadores não-brancos e as mulheres, que são alvo de maior discriminação e encontram mais dificuldade para conseguir emprego regular, se dirigem com maior frequência para o setor informal.

Também é expressiva a presença de trabalhadores com 40 anos ou mais nas atividades informais: 53,5% das pessoas ocupadas com essa faixa de idade encontram-se no setor informal. Isto confirma a maior dificuldade desses trabalhadores de encontrar emprego regular.

Verifica-se, ainda, que entre as crianças e os jovens de 10 a 17 anos de idade ocupados no

município de São Paulo, 75,2% estão no setor informal. Este fato revela, por um lado, a grande presença do trabalho infantil nas atividades informais e, por outro, a dificuldade do jovem de encontrar o primeiro emprego regular, recorrendo à informalidade.

Por fim, constata-se que a população ocupada no setor informal caracteriza-se por um baixo grau de escolaridade: 64,4% dos analfabetos e 62,2% das pessoas com o 1º grau incompleto ocupadas no município de São Paulo estão no setor informal. Tais dados evidenciam os vínculos entre a baixa escolaridade e a participação no setor informal.

Inserção segundo sexo e cor*

Homens e mulheres apresentam uma inserção diferenciada no setor informal. Enquanto mais da metade das mulheres ocupadas que moram ou trabalham no município de São Paulo exerce atividades informais, a maioria dos homens encontra-se em atividade regulares. Como se observa na Tabela 5, 52% das mulheres estão na informalidade, contra 48% que possuem ocupações regulares. Inversamente, 54,7% dos homens encontram-se em atividades regulares, contra 45,3% que estão no setor informal.

O maior contingente de mulheres na informalidade encontra-se no grupo dos empregados domésticos (19,8%), seguido pelos autônomos (13,3%). Uma parcela minoritária é de empregadores em empresas com até cinco empregados (1,9%). O maior contingente de homens, por sua vez, encontra-se entre os autônomos (20,9%), seguido pelos assalariados sem carteira em empresa com mais de cinco empregados (9,3%). Uma parcela minoritária é de empregados domésticos (0,5%).

Também é diferenciada a forma de inserção da população branca e não-branca no setor informal. Enquanto mais da metade dos trabalhadores não-brancos ocupados que moram ou trabalham no município de São Paulo encontra-se no setor informal, a maioria da popula-

ção branca encontra-se em atividades regulares. Como se observa na Tabela 51, 53% dos não-brancos estão no setor informal, contra 47% que estão no setor formal. Inversamente, 54,2% dos brancos encontram-se em empregos regulares, contra 45,8% que estão no setor informal.

Entre os trabalhadores brancos, os grupos mais numerosos são os dos autônomos (17,4%), o dos assalariados sem carteira em empresas com mais de cinco empregados (8%) e o dos empregadores e donos de negócio familiar (6,3%). A menor parcela é constituída pelo grupo dos trabalhadores familiares (1,8%). Entre os trabalhadores não-brancos, os grupos numericamente mais importantes são os dos autônomos (18,3%), dos empregados domésticos (14%) e dos assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados (8,2%). O grupo mais reduzido é o dos empregadores com empresas de até cinco empregados (1,7%).

Inserção segundo a idade

Entre os ocupados que moram ou trabalham no município de São Paulo e têm entre 10 e 17 anos de idade ou 40 anos ou mais, a proporção dos que se encontram na informalidade é maior do que a dos que possuem um emprego regular. Inversamente, entre os ocupados entre 18 e 24 anos ou entre 25 e 39 anos de idade, é maior a proporção dos trabalhadores que se encontram no setor formal.

Como se observa na Tabela 6, 75,2% das crianças e jovens ocupados entre 10 e 17 anos de idade encontram-se na informalidade, contra 24,8% que possuem um emprego regular. Do mesmo modo, 53,5% das pessoas com 40 anos ou mais exercem atividade informais, contra 46,5% que estão no setor formal.

Em contraste, 52,7% dos jovens entre 18 e 24 anos exercem atividades regulares, contra 47,3% que estão no setor informal. Da mesma forma, 58,2% dos adultos entre 25 e 39 anos encontram-se no setor formal, contra 41,8% que estão no setor informal.

As crianças e adolescentes se concentram no grupo dos assalariados em empresas com até cinco empregados (20,4%); os jovens entre 18 e 24 anos estão principalmente entre os assa-

*. Nesse trabalho foram utilizados os conceitos "cor" e população "branca" ou "não-branca" em razão da classificação usada pela Fundação Seade na elaboração da PED.

lariados sem carteira assinada em empresas com até cinco empregados (13,8%); os adultos entre 25 e 39 anos e com 40 anos ou mais concentram-se entre os autônomos: 15,6% e 25,1%, respectivamente.

A média de idade da população ocupada é mais elevada entre os trabalhadores do setor informal (36 anos) do que entre os trabalhadores do setor formal (34 anos). Mais da metade, porém, dos trabalhadores ocupados que exercem atividades informais possui até 34 anos de idade. Trata-se, por conseguinte, de uma população relativamente jovem.

A expressiva presença de crianças e adolescentes revela a disseminação da exploração do trabalho infantil, também presente no setor informal. O contrato sem registro em carteira é a forma mais freqüente como se dá a inserção dos trabalhadores entre 10 a 17 anos no mercado de trabalho.

Inserção segundo o grau de instrução

A proporção de ocupados na informalidade é tanto maior quanto menor é o grau de instrução. Como se observa na Tabela 7, encontram-se nas atividades informais 64,4% dos analfabetos ocupados; 62,6% dos que têm o 1º grau incompleto; 50,2% dos que têm o 1º grau completo ou 2º grau incompleto; 37,7% dos que têm o 2º grau completo ou o 3º grau incompleto; e 23,2% dos que têm o 3º grau completo. Os trabalhadores informais possuem em média sete anos de escolaridade, contra nove anos dos trabalhadores com empregos regulares. Enquanto a metade dos trabalhadores ocupados no setor formal tem 11 anos de escolaridade, a metade dos trabalhadores informais tem apenas sete anos.

Os analfabetos e os trabalhadores com 1º grau incompleto encontram-se distribuídos de forma semelhante: 25,9% dos primeiros e 23% dos segundos são autônomos. Ao mesmo tempo, 23,4% dos analfabetos e 16,5% dos trabalhadores com 1º grau incompleto são empregados domésticos. Estas são as principais ocupações dos dois segmentos. Na faixa dos ocupados com 1º grau incompleto é mais expressiva a presença dos assalariados sem carteira assinada (13,6% soma dos assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira com os assalaria-

dos sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados).

Os ocupados com 1º grau completo ou 2º grau incompleto estão divididos quase que igualmente entre informais e formais: 50,2% e 49,8%, respectivamente. Na informalidade, eles estão presentes em todas as atividades, com destaque para o grupo dos autônomos, que reúne 18%, e para os assalariados sem carteira assinada, que reúne 14,7%. Os ocupados com 2º grau completo estão inseridos, majoritariamente, no setor formal: 62,3%, contra 37,7% que estão em atividades informais, assim como os que concluíram o 3º grau: 76,8% no setor formal contra 23,2% no informal.

Apesar da vinculação entre escolaridade e informalidade evidenciada pelos dados, observa-se que a instrução não é uma garantia absoluta contra o ingresso no setor informal, uma vez que mesmo entre a população que concluiu o 3º grau encontra-se um percentual expressivo de 23,2% ocupados em atividades informais, dos quais 5,4% são assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados.

Inserção segundo posição na família

A proporção de chefes de família ocupados no setor formal é maior que a de chefes de família ocupados no setor informal: 54,8% dos primeiros, contra 45,2% dos segundos. Como se observa na Tabela 8, dos chefes de família ocupados em atividades informais destacam-se os grupos dos autônomos (22%), seguido dos assalariados sem carteira assinada com 9,1%.

Ao contrário do que se observa com o chefe de família, entre os cônjuges ocupados no município de São Paulo, 54,8% encontram-se no setor informal, contra 45,2% no formal. Entre os cônjuges ocupados na informalidade, 18,5% são empregados domésticos e 17,1% são autônomos. Já os filhos estão, em sua maioria, ocupados no setor formal: 55,7%, contra 44,3% ocupados no informal. Entre estes destaca-se a grande presença de assalariados sem carteira assinada (19,8%). Com relação aos outros membros da família, vê-se a maior presença de empregados domésticos (25,1%), seguida pelos assalariados sem carteira assinada (16,5%).

Em suma, a distribuição dos ocupados segundo a posição na família revela a expressiva presença de chefes de família em ocupações informais. Por outro lado, supondo-se que a maioria de cônjuges seja formada principalmente por mulheres, este fato reafirma a discriminação por gênero no mercado de trabalho, expondo as mulheres de maneira mais intensa à informalidade. Também se observa o alto percentual de filhos ocupados em atividades informais, o que mais uma vez demonstra que os jovens têm encontrado problemas em sua inserção no mercado de trabalho.

Características do trabalho informal (Tabelas 9 a 14, p. 53 a 55)

O trabalho informal no município de São Paulo está presente em todos os setores da atividade econômica. O maior número de trabalhadores informais encontra-se ocupado no setor de serviços, especialmente nas atividades ligadas ao comércio.

O rendimento médio do trabalho informal é baixo. Ainda que ostente uma grande diferenciação interna, a maioria dos trabalhadores possui um rendimento mensal médio igual ou inferior a três salários mínimos (base 1998), em jornadas semanais médias de 43 horas.

O setor informal é caracterizado, ainda, pelo baixo tempo de permanência no trabalho por parte dos trabalhadores, indicando que a incerteza é uma das marcas mais fortes do setor. Esta incerteza é agravada pelo fato de que a grande maioria dos trabalhadores informais não contribui com a Previdência Social.

Rendimento médio

Como se observa na Tabela 9, a média do rendimento dos trabalhadores que exercem atividades consideradas informais é de R\$ 705,00 contra uma média de R\$ 1.188,00 obtida pelos trabalhadores formais. No setor informal, os empregados domésticos constituem o segmento com menor rendimento médio, R\$ 347,00; seguido dos assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira assinada, R\$ 397,00. O grupo de empregador de empresas com até cinco empregados pos-

sui a maior média de renda entre os ocupados no setor, R\$ 2.134,00.

O cálculo da mediana, contudo, indica que a metade dos trabalhadores informais tem uma renda igual ou inferior a R\$ 417,00, isto é, de três salários mínimos, enquanto apenas alguns segmentos apresentam renda superior a 15 salários mínimos, o que indica a desigualdade de rendimento no interior do próprio setor informal.

Esta desigualdade é maior no caso dos empregadores de empresas com até cinco empregados, que recebem três vezes mais que a média do setor, e dos empregados domésticos e assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira assinada, cuja renda equivale, respectivamente, a 49,3% e 56,3% do rendimento médio obtido no setor informal.

O caso extremo de desigualdade é o dos empregados domésticos, cujo rendimento equivale a 36,15% da média do total dos ocupados.

A Tabela 10 mostra que, excluindo-se o segmento dos empregadores, que constituem o grupo com maior rendimento, a renda média dos trabalhadores ocupados no setor informal cai para R\$ 609,00 contra uma renda média de R\$ 1.188,00 no setor formal. Ou seja, os trabalhadores informais recebem a metade da renda média recebida no setor formal.

Jornada de trabalho

Como se verifica na Tabela 11, a média de horas semanais trabalhadas, considerando o conjunto dos ocupados em atividades informais, é de 43 horas, a mesma encontrada entre os trabalhadores do mercado formal.

A menor jornada é a empreendida pelos trabalhadores familiares, 37 horas semanais em média, e a maior é a dos donos de negócio familiar, com uma média de 56 horas semanais trabalhadas.

Excetuando-se o total de empregadores com até cinco empregados e os donos de negócio familiar, que apresentam uma média de 54,5 horas semanais, as médias de todas as outras categorias estão muito próximas. As medianas também se aproximam das médias, o que indica uma certa homogeneidade dentro do setor informal com relação à jornada de trabalho. Como se verá no Estudo de Casos, a jornada

efetiva de trabalho pode ser em vários casos muito mais extensa do que os que aparecem nos dados da PED, que correspondem ao número de horas efetivamente trabalhando na semana anterior.

Permanência no atual trabalho

O tempo médio de permanência no atual trabalho das pessoas em ocupações informais é de 47 meses e a mediana é de 18 meses, ou seja, metade da população estudada está a menos de 18 meses no atual trabalho. Este é um forte indicativo da descontinuidade que caracteriza a informalidade. Entre os trabalhadores no setor formal, a média de permanência no atual trabalho é de 72 meses, com mediana em 36 meses, duas vezes maior que a obtida pelos trabalhadores informais.

Como se vê na Tabela 12, as menores médias são obtidas pelos assalariados sem carteira assinada: 19 meses para os assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira assinada e 21 meses para os assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados. As medianas desses segmentos são ainda mais significativas: oito e seis meses, respectivamente. Ou seja, metade dos trabalhadores sem carteira assinada tem menos de seis meses de permanência no trabalho em empresas com mais de cinco empregados e menos de oito meses em empresas com até cinco empregados.

Na categoria de autônomos que trabalham para empresas, a média de tempo de permanência no atual trabalho é de 43 meses, e a mediana é uma das mais baixas do setor informal, 12 meses. Isto significa que a metade dos autônomos que trabalham para empresas estava, em 1998, a menos de um ano no trabalho atual, ainda que a média de tempo de ocupação nessa atividade fosse de três anos e sete meses – 43 meses. Uma das razões para esse fato pode ser encontrada no recente crescimento desse tipo de contratação.

Distribuição do trabalho informal por setor de atividade

Como se observa na Tabela 13, a presença do trabalho informal encontra-se disseminada

em todos os setores da atividade econômica. Observa-se, contudo, uma variação importante segundo o setor de atividade.

Os trabalhadores informais constituem 100% dos trabalhadores ocupados nos serviços domésticos e 61,3% dos trabalhadores ocupados no comércio. Nestes setores, o predomínio da informalidade é a regra geral e o emprego regular é a exceção.

No setor de serviços, a presença da informalidade também é expressiva. Dos trabalhadores ocupados nos serviços, 42% são constituídos por trabalhadores informais contra 58% de trabalhadores regulares.

Nos setores da indústria de transformação e da construção civil também se verifica a participação dos trabalhadores informais. Embora em menor número, os trabalhadores informais estão presentes nestes setores e representam aproximadamente um terço dos trabalhadores ocupados, dos quais 30,9% encontram-se na indústria de transformação e 34,4% na construção civil.

Contribuição à Previdência Social

Como se observa na Tabela 14, os trabalhadores informais constituem a imensa maioria dos ocupados que não contribuem com a Previdência Social (96,1%). Os autônomos são os que menos contribuem (39,2%), seguidos dos assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados (20,3%) e dos empregados domésticos (14,5%).

Entre os ocupados que contribuem com a Previdência Social, os trabalhadores informais constituem uma minoria. Apenas 21,4% desses trabalhadores pagam a Previdência. Dos trabalhadores informais que contribuem com a Previdência, os autônomos constituem o grupo percentual mais expressivo (5,8%), seguido dos empregados domésticos (5,3%) e dos empregadores e donos de negócio familiar (4,5%).

Perfil das categorias informais (Tabelas 3, 9, 11, 12 e 15 a 22, p. 51 a 58)

*Assalariados em empresas com
até cinco empregados*

A) Com carteira assinada

Os assalariados em empresas com até cinco empregados com carteira assinada formam um segmento que está diminuindo: em 1990, representava 2,8% da população ocupada no município de São Paulo, contra 2,6% em 1999.

Trata-se de um segmento constituído majoritariamente por homens (57,1%), embora seja expressiva a participação feminina (42,9%). A maioria desses trabalhadores é branca (68,3%) e tem entre 18 e 39 anos de idade (73,8%). De modo geral, apresentam um baixo grau de escolaridade: 38,4% não concluíram o 1º grau, 24,9% têm o 2º grau incompleto e 28,9% completaram o 2º grau ou possuem o 3º grau incompleto.

Estes assalariados têm um rendimento médio de 4,3 salários mínimos, sendo que a metade ganha até R\$ 426,00, em jornadas médias de trabalho de 44 horas semanais. O rendimento desses trabalhadores é inferior ao rendimento médio dos assalariados sem carteira nas empresas com mais de cinco empregados.

O tempo de permanência no emprego (média de 45 meses) é 2,5 vezes superior ao dos trabalhadores sem carteira. Apesar disso, a metade dos assalariados com carteira assinada em empresas com até cinco empregados troca de emprego a cada dois anos. A maioria deles encontra-se no setor de Serviços (55,9%), seguido pelo Comércio (31,2%) e pela Indústria de Transformação (12,1%), em funções de execução, (46,6%) ou de apoio, (38,1%).

Considerando o registro em carteira e o desconto automático, 100% dos trabalhadores desse grupo são contribuintes da Previdência Social.

A maior parte desses assalariados não ocupa a posição de chefe da família: 58,2% são constituídos por cônjuges, filhos ou outros membros das famílias.

B) Sem carteira assinada

Constituem um segmento em crescimento: em 1990, representava 2,8% dos ocupados no município de São Paulo contra 3,9% em 1999, correspondendo a um aumento de 39,2%.

Trata-se de um segmento constituído majoritariamente por homens (63,3%), brancos (62,8%), com idade entre 18 e 39 anos (62,9%).

São indivíduos com um grau muito baixo de instrução: 50,8% deles não concluíram o 1º grau, percentual superior ao dos demais indivíduos ocupados em atividades informais que também não concluíram o 1º grau. Estes trabalhadores têm um rendimento médio de 2,9 salários mínimos, sendo que a metade ganha até R\$ 315,00, em jornadas médias de trabalho de 44 horas semanais.

Os assalariados sem carteira assinada em empresas com até cinco empregados apresentam o menor tempo de permanência no emprego entre as demais categorias da população estudada. Enquanto o total dos indivíduos ocupados nas atividades informais têm um tempo médio de permanência de 47 meses na atual ocupação, os assalariados sem carteira têm apenas 19 meses. Metade desses trabalhadores trocam de emprego a cada oito meses.

A maior parte desses trabalhadores encontra-se no setor de Serviços: 52,1%, vindo a seguir o Comércio, (31,5%) e a Indústria de Transformação (14,6%) e exercem funções de execução (60,3%), apoio (19,8%) ou funções mal definidas (17,1%).

Um dos traços mais evidentes dessa categoria é o fato de não contribuir com a Previdência Social: 96,4% desses trabalhadores não são contribuintes. Quase um terço deles (32,5%) são chefes de famílias, sendo que a maioria, entretanto, é constituída por filhos (42,4%).

Em suma, os assalariados em empresas com até cinco empregados sem carteira assinada encontram-se nos níveis mais baixos da escala social e econômica dos indivíduos ocupados nas atividades informais. Eles se caracterizam por um grau muito baixo de instrução, baixos salários, alta rotatividade no emprego, insegurança no trabalho e desproteção previdenciária no futuro.

Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados

Formam um dos segmentos de maior crescimento relativo na década passada. Em 1990, eles representavam 5,1% dos ocupados que moram ou trabalham no município de São Paulo, contra 8,4% em 1999, o que corresponde a um crescimento de 64,7%.

Trata-se de um contingente formado majoritariamente por homens (66,4%), brancos (66,6%), com idade entre 18 e 39 anos (69,8%). A participação feminina e de trabalhadores não-brancos é da ordem de um terço: 33,6% e 33,4%, respectivamente.

Estes trabalhadores não apresentam um perfil homogêneo quanto ao grau de instrução. Se, por um lado, a maior parte se caracteriza pelo grau muito baixo de instrução – 39,4% não concluíram o 1º grau –, por outro, uma parcela minoritária, mas não desprezível (10,4%), possui o 3º grau completo, percentual superior aos demais trabalhadores ocupados nas atividades consideradas informais, que é de 7,5%.

Os assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados têm um rendimento médio de 5,3 salários mínimos, sendo que a metade ganha até R\$ 420,00 em jornadas médias de trabalho de 43 horas semanais. O rendimento médio desses trabalhadores é ligeiramente superior à média do rendimento dos demais trabalhadores ocupados nas atividades consideradas informais: R\$ 723,00 dos primeiros contra R\$ 705,00 dos segundos.

A rotatividade no emprego é uma das principais características desses trabalhadores. Mais da metade deles troca de emprego a cada seis meses. A maior parte está ocupada no setor de Serviços: 51,6%; 52% deles em funções de execução, 19% em funções de apoio e 18,4% em funções mal definidas. Cumpre ressaltar, ainda, o expressivo percentual de trabalhadores ocupados na Indústria (25,3%), superior ao do Comércio (15,5%) e ao da Construção Civil (6,6%).

A maior parte desses trabalhadores, 61,5% não ocupa a posição de chefe de família e apenas uma minoria, (10,1%), contribui com a Previdência Social.

Empregador de empresas com até cinco empregados

Este não é um segmento numeroso, mas apresenta crescimento durante os anos 90. Em 1999, representava 2,8% dos ocupados que moram ou trabalham no município de São Paulo, contra uma participação de 2,5% em 1990.

Trata-se de um grupo constituído majoritariamente por homens (74%), brancos (81,4%),

com mais de 40 anos de idade (54,3%). A participação feminina nessa atividade, (26%), é a menor entre as ocupações consideradas informais. O mesmo ocorre com a presença de não-brancos, que é de apenas 18,6%.

Os empregadores de empresas com até cinco empregados são bastante heterogêneos quanto ao nível de instrução. A maior parte apresenta alto grau de escolaridade, 11 anos em média; 32,6% possuem o 2º grau completo ou o 3º incompleto e 31,1% têm o 3º grau completo. Em contrapartida, uma minoria relevante de 20,8% é constituída por empregadores com o 1º grau incompleto.

Este é o segmento de maior rendimento médio entre as atividades informais (15,6 salários mínimos), sendo que a metade dos empregadores de empresas com até cinco empregados recebe até R\$ 1.584,00, isto é, três vezes mais que a metade dos indivíduos ocupados nas atividades informais. A jornada média de trabalho desses empregadores é de 53 horas semanais e o tempo de permanência na ocupação é bastante dilatado: 100 meses em média.

A maior parte encontra-se ocupada nos Serviços (56,9%) – seguido pelo Comércio (28,9%) e pela Indústria (13%) –, em funções de direção e planejamento (76,6%).

A maioria dos empregadores ocupa a posição de chefe de família (69,2%) e é contribuinte da Previdência (63,7%).

Dono de negócio familiar

Apesar de também não constituir um segmento muito numeroso, os donos de negócio familiar formam um grupo que se ampliou consideravelmente nos anos 90. Eles representavam 1,6% dos ocupados no município de São Paulo em 1990, aumentando para 2,6% em 1999, um crescimento de 62,5% na década.

Os donos de negócio familiar são em sua maioria homens (65%) – mas é significativa a presença das mulheres nessa atividade (35%) – e majoritariamente de cor branca (71,2%). Constituem o grupo com a maior idade entre a população estudada, apresentando uma média de idade de 42 anos; 57,6% deles têm 40 anos ou mais.

São indivíduos com um baixo grau de instrução, possuindo em média oito anos de per-

manência escolar. Embora a maioria (43%) possua apenas o 1º grau incompleto, é significativo o percentual dos que completaram o 2º grau ou têm o 3º grau incompleto: 23,4%. Apesar de minoritários, também se destacam os donos de negócio familiar que completaram o 3º grau: 10,8%.

Comparativamente aos demais ocupados em atividades informais, é um grupo com rendimento alto, 6,8 salários mínimos, sendo que a metade recebe até R\$ 532,00 mensais.

Um dos traços marcantes desse segmento é a extensão das horas trabalhadas: em média, 56 horas semanais. Trata-se da jornada mais extensa verificada entre as ocupações informais. Também é expressivo o tempo de permanência na atual ocupação: 87 meses em média.

Os donos de negócio familiar encontram-se ocupados principalmente no Comércio (48,8%) e nos Serviços (40,9%), e desempenham funções de direção e planejamento (48,6%) e de execução (36%).

A maioria assume a posição de chefe de família, (59,8%), respondendo os cônjuges por 28,5% do total de ocupados nessa atividade. Uma expressiva quantidade deles, (60,4%), não contribui com a Previdência Social.

Autônomos

A) Que trabalham para o público

Formam o segmento mais numeroso da população estudada. Também em crescimento, esse segmento representava 8,7% dos ocupados em São Paulo em 1990 e passou a representar 9,6% em 1999.

Trata-se também de um segmento constituído majoritariamente por homens (68,2%), brancos (64,2%), com mais de 40 anos de idade (53,9%). A participação feminina de 31,8% é relevante, como também é significativa a presença de 35,8% de população não-branca nessa atividade.

Os autônomos para o público apresentam um baixo grau de instrução: possuem em média seis anos de escolaridade. A maioria deles (48,8%), não concluiu o 1º grau e o percentual de analfabetos (6,7%), é o segundo entre as ocupações informais, só perdendo para os

empregados domésticos. Apenas 4,4% dos trabalhadores que se encontram na categoria de autônomos para o público concluíram o 3º grau.

Eles têm um rendimento médio de 4,6 salários mínimos, e a metade ganha até R\$ 422,00, em jornadas médias de trabalho de 44 horas semanais. O rendimento médio desses trabalhadores é inferior à média geral de rendimento dos trabalhadores do setor informal, que, por sua vez, é bastante inferior à média de rendimento daqueles que estão ocupados no setor formal.

O tempo de permanência na atual ocupação é de cinco anos em média, sendo que a metade troca de ocupação a cada dois anos. Diferentemente do que normalmente se imagina, a maioria desses trabalhadores encontra-se no setor de Serviços, (69,8%), seguido pelo Comércio, (24%), e pela Indústria de Transformação, (4,3%). Em geral, os autônomos para o Público exercem funções de execução (65,4%), embora um percentual expressivo (24%) se encontre em ocupações mal definidas.

A maioria dos autônomos para o público (63,7%) ocupa a posição de chefe de família e a maior parte deles (81,9%) não contribui com a Previdência Social.

B) Que trabalham para empresas

Este segmento experimentou um importante crescimento em relação ao conjunto de ocupados. Em 1990, representava 5,5% da população estudada contra 8,3 % em 1999 – crescimento de 50,9 %.

Estes trabalhadores formam um grupo constituído majoritariamente por homens (68,5%), brancos (68,1%), com idade entre 25 a 39 anos (39,6%) ou mais de 40 anos (38%), sendo que metade deles possui até 36 anos de idade. A participação feminina nessa atividade é significativa (31,5%), como também é importante a presença de não-brancos (31,9%).

Os autônomos para as empresas possuem em média oito anos de escolaridade e grande parte deles não concluiu o 1º grau: 39,4%. A maioria desses trabalhadores é formada por indivíduos que iniciaram mas não concluíram o 2º e o 3º graus (46,8%). Um percentual de 10,4% completou o 3º grau, quantidade superior ao índice encontrado entre o total da população no setor informal, que é de 7,5%.

Estes trabalhadores têm um rendimento médio de 6,5 salários mínimos, sendo que a metade ganha até R\$ 515,00, em jornadas médias de trabalho de 40 horas semanais. Desconsiderando os empregadores, trata-se da categoria com o maior rendimento entre a população estudada.

O tempo médio de permanência dos autônomos para empresas na atual ocupação é de 43 meses. É importante, contudo, ressaltar que a metade desses trabalhadores tem um ano de permanência na atual ocupação; esse dado pode indicar um crescimento acentuado do número de pessoas nessa atividade no último ano.

A maioria dos autônomos que trabalha para empresas encontra-se no setor de Serviços (56,8%), seguida pelos que trabalham no Comércio (21,2%) e na Indústria de Transformação, (18,3%). Um percentual expressivo deles (24%) desempenha funções mal definidas, mas a maior parte (65,4%) exerce atividades de execução e uma minoria (9,5%) é responsável por atividades de direção e planejamento.

A maioria dos trabalhadores incluídos nessa categoria (53,5%) é constituída por chefes de família, e um percentual expressivo (75,7%), não contribui com a Previdência Social.

Empregados domésticos

Constituem um segmento que também viveu um crescimento contínuo na última década: em 1990, representavam 6,1% dos ocupados e passaram a 9,1% em 1999, acumulando um crescimento de 49,2%.

Estes trabalhadores formam um grupo constituído quase que exclusivamente por mulheres (96,7%), na sua maioria não-brancas (53,8%), com idade entre 25 a 39 anos (42,9%) ou com mais de 40 anos (33,9%), sendo que a metade delas tem até 34 anos.

Os empregados domésticos possuem o mais baixo grau de instrução entre a população estudada. Eles apresentam, em média, quatro anos de escolaridade. A maior parte não concluiu o 1º grau (72,3%), e entre eles verifica-se um alto índice de analfabetismo (9,8%).

Esse segmento apresenta um rendimento médio de 2,5 salários mínimos, e a metade ganha até R\$ 315,00, em jornadas médias de trabalho de 39 horas semanais. Trata-se do

menor rendimento entre a população estudada.

O tempo médio de permanência dos empregados domésticos na atual ocupação é de 43 meses, sendo que metade deles tem até 21 meses de permanência na atual ocupação.

É grande o número de chefes de família entre os empregados domésticos (22,3%), embora a maioria seja constituída por cônjuges (77,7%). A maioria deles (60,4%) não contribui com a Previdência Social, embora um percentual relevante de (39,6%) o faça.

Trabalhadores familiares

Formam o segmento menos numeroso no setor informal. Em 1999, representavam apenas 1,6% da população ocupada, o que equivale a 3,2% do setor informal no município de São Paulo.

Estes trabalhadores formam um grupo constituído majoritariamente por mulheres (58,5%), brancas (67,1%), com idade entre 10 e 17 anos (32,5%), embora também seja significativa a participação de adultos entre 25 e 39 anos (21,8%) e de pessoas com mais de 40 anos (27,2%). A metade deles tem até 24 anos.

Os trabalhadores familiares possuem em média sete anos de escolaridade. A maior parte (46,4%) não concluiu o 1º grau e um percentual expressivo (26,5%) chegou a ingressar no 2º grau, embora não o tenha concluído.

Estes trabalhadores não têm remuneração mensal definida, embora realizem jornadas médias de 37 horas semanais de trabalho. A maior parte deles encontra-se no Comércio (48,5%) e nos Serviços (40,6%), exercendo funções de execução (36,6%) ou mal definidas (45,2%).

Na maioria dos casos, os trabalhadores familiares são filhos (48,8%) ou cônjuges (40,8%); a imensa maioria deles (92,3%) não contribui com a Previdência Social.

Condições de vida

Esta parte da pesquisa contém uma análise comparativa das condições de vida das famílias com pelo menos um membro no setor informal e das famílias sem nenhum membro no setor informal. Foram analisados, entre outros

aspectos, caracterização das famílias, condições habitacionais, acesso a serviços de saúde, situação educacional, inserção no mercado de trabalho, renda, condição física e exposição à violência. O contraste entre esses dois tipos de famílias revelou a existência de forte relação entre informalidade e condições de vida mais precárias.

De fato, observou-se que a qualidade de vida das famílias com pelo menos um membro no setor informal é inferior, em todos os aspectos, às condições de vida das famílias em que ninguém trabalha no setor informal. As primeiras são freqüentemente maiores que as segundas e entre elas existe uma maior proporção de famílias monoparentais. Também se verificou que, embora mais numerosas, as famílias com pelo menos um membro na informalidade apresentam uma renda familiar total inferior às das famílias em que ninguém trabalha no setor informal. O rendimento *per capita* dessas famílias também é comparativamente menor.

Em relação às condições de moradia, de saúde e ao nível de instrução, verificou-se a mesma desigualdade. As famílias com pelo menos um membro no setor informal encontram-se em moradias mais precárias, como barracos e favelas, ou habitações mais insalubres; têm menos acesso aos serviços de saúde e aos convênios médicos e apresentam média de anos de escolaridade inferior, além de um número maior de analfabetos e de membros com nível fundamental incompleto. Finalmente, observou-se que entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal encontra-se maior número de indivíduos que foram vítimas de roubos, furtos ou agressões, como também a maior incidência de indivíduos portadores de deficiência ou dificuldades físicas.

Em síntese, as famílias com pelo menos um membro na informalidade se encontram, de maneira geral, em piores condições de vida.

Distribuição das famílias (Tabelas 23 a 25, p. 58)

Mais da metade das famílias residentes no município de São Paulo possui algum membro no setor informal. As unidades familiares com algum membro trabalhando informalmen-

te correspondem a 51,7% das famílias estudadas, contra 48,3% das famílias em que ninguém trabalha neste setor.

Das famílias com algum membro no setor informal, 34,2% possuem um membro na informalidade, 13,8% possuem dois membros e 2,7% possuem três membros em ocupações informais. Há famílias com até quatro membros na informalidade, embora esse percentual não seja significativo.

Caracterização e tamanho das famílias

As famílias com pelo menos um membro no setor informal têm, em média, 3,77 pessoas. A maioria delas (60,7%) é composta por casais com filhos e/ou parentes e têm homens na condição de chefes de família (79%).

As famílias em que ninguém trabalha no setor informal têm em média 2,96 pessoas, sendo que 46,3% são compostas por casal com filhos e/ou parentes e 71,6% têm homens como chefes.

Entre famílias com pelo menos um membro no setor informal, 16,4% são compostas por cinco em que ninguém trabalha no setor informal, há um grande número de famílias constituídas por apenas uma pessoa (17,4%).

Tipos de família

As famílias estudadas são constituídas, em sua maioria, por núcleos familiares formados pelo casal com filhos e/ou parentes: 46,3% das famílias em que ninguém trabalha no setor informal e 60,7% das famílias com pelo menos um membro no setor informal apresentam esta conformação.

É elevado o percentual das famílias com pelo menos um membro no setor informal formadas por chefes com filhos ou parentes, isto é, famílias monoparentais (17,4%).

Sexo do chefe de família

De modo geral, os homens ocupam a posição de chefe nas famílias estudadas: 75,4% contra 24,6% de mulheres nessa condição. Esse percentual é maior entre as famílias em que existe pelo menos um membro no setor infor-

mal. Entre estas famílias, 79% têm homens na condição de chefe, enquanto naquelas em que ninguém trabalha no setor informal o percentual é de 71,6%. Inversamente, é menor o número de mulheres na condição de chefe em famílias em que pelo menos um membro trabalha no setor informal: 21% contra 28,4% das famílias em que ninguém trabalha no setor informal.

Condições habitacionais (Tabelas 26 a 29, p. 59)

Entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal preponderam as moradias de tipo casa de alvenaria isolada e casa de alvenaria frente-fundos: 31,3%, no primeiro caso, e 33,2%, no segundo. Em famílias em que ninguém trabalha no setor informal, também verifica-se o predomínio de moradia do tipo casa de alvenaria frente-fundos: 30,7% dos casos. Observa-se, entretanto, que o percentual de famílias morando em apartamentos (29,1%) supera o percentual de famílias morando em casa de alvenaria isolada (28,9%) nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal.

A moradia própria é ocupada por 59,8% das famílias em que ninguém trabalha informalmente e por 51,7% das famílias com pelo menos um membro no setor informal. Um percentual relativamente elevado dessas famílias (11,4%) habita moradias invadidas, contra 6,9% das famílias sem nenhum membro trabalhando no setor informal que vivem nesse mesmo tipo de moradia.

Com relação à forma de obtenção, prepondera, para ambos os tipos de famílias, a moradia comprada. A autoconstrução, entretanto, é a forma de obtenção da moradia de 27,6% das famílias com pelo menos um membro no setor informal, contra 17,8% daquelas em que ninguém trabalha nesse setor.

As moradias com grau de salubridade satisfatório também estão mais presentes entre as famílias em que ninguém trabalha no setor informal do que entre as famílias com pelo menos um membro trabalhando informalmente: 77,7% das primeiras, contra 76,4% das segundas.

Tipo de edificação

A maior parte das famílias estudadas mora em casas de alvenaria frente-fundos (32%), seguida das famílias que moram em casas de alvenaria isolada (30,1%) e apartamentos (24,6%). O percentual das famílias com pelo menos um membro na informalidade que mora em barraco isolado e favela (10,9%) é maior do que o das famílias em que ninguém trabalha nesse setor e vive nas mesmas condições (6,8%). É maior o percentual das famílias em que ninguém trabalha no setor informal que vive em apartamentos: 29,1%, contra 20,2%.

Grau de salubridade da moradia

A maior parte das famílias estudadas (77%) vive de modo satisfatório quanto ao grau de salubridade da moradia, ao passo que 23% vivem em condições insatisfatórias. O percentual das famílias com pelo menos um membro na informalidade que vive em moradias com grau de salubridade insatisfatório (23,6%) é ligeiramente superior ao percentual das famílias em que ninguém trabalha no setor informal (22,3%).

Forma de apropriação da moradia

A maioria das famílias estudadas vive em casa própria (55,6%), seguida das famílias que residem em moradia alugada (24%), cedida (11,2%) e invadida (9,2%).

Forma de obtenção das moradias próprias

Das famílias proprietárias de moradia, 57,8% compraram o imóvel em que vivem. Esta forma de obtenção da moradia é mais frequente entre as famílias em que ninguém trabalha no setor informal (63,2%) do que nas famílias com pelo menos um membro na informalidade (52%).

Acesso a serviços de saúde (Tabelas 30 a 32, p. 59 e 60)

A grande maioria (65,7%) das famílias em que ninguém trabalha no setor informal possui convênio ou plano de saúde, enquanto 34,3%

não possuem. O mesmo não acontece entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal: destas, apenas 49,8% possuem convênio ou plano de saúde, ao passo que 50,2% não possuem.

Talvez por isso a procura de atendimento médico nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa tenha sido maior entre as famílias em que ninguém trabalha no setor informal: 29,5%, contra 25,4% das famílias com pelo menos um membro no setor informal. Entre estes últimos, 51,1% tiveram atendimento gratuito no sistema de seguridade social, percentual que cai para 34,2% entre os primeiros.

Posse de convênio ou plano de saúde

Mais da metade das famílias estudadas possui algum tipo de convênio ou plano de saúde (57,4%). É muito alto, no entanto, o percentual das que não possuem nenhum plano de saúde: 42,6% das famílias estudadas encontram-se nessa situação. Esse percentual é mais elevado ainda entre as famílias com pelo menos um membro na informalidade, em que mais da metade (50,2%) não possui nenhum convênio ou plano de saúde.

Procura de atendimento

O percentual dos que procuraram atendimento médico nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa é mais elevado entre os indivíduos de famílias em que ninguém trabalha no setor informal do que entre os indivíduos de famílias com pelo menos um membro nesse setor: 29,5%, entre os primeiros, contra 25,4% entre os segundos.

Tipos de serviços de saúde utilizados

Dos indivíduos que utilizaram serviços de saúde nos últimos 30 dias anterior à pesquisa, mais da metade (50,5%) utilizou o tipo pré-pago (medicina de grupo), seguido pelos serviços gratuitos (seguridade social, 43,3%) e pago (medicina privada, 6,2%).

Nota-se que a maioria dos indivíduos de famílias com pelo menos um membro no setor informal utilizou o serviço gratuito da seguridade social (51,1%) e que a maioria dos indi-

víduos de famílias em que ninguém trabalha no setor informal (59,3%) utilizou os serviços pré-pagos de medicina de grupo.

Situação educacional (Tabelas 33 e 34, p. 60)

Entre os indivíduos com 15 anos ou mais pertencentes às famílias com pelo menos um membro no setor informal, 5,2% são analfabetos e 43,2% apresentam o nível fundamental (antigo 1^a grau) incompleto, contra 4,6% e 34,8%, respectivamente, entre os indivíduos de famílias em que ninguém trabalha no setor informal. Da mesma forma, 23,6% destes últimos possuem o nível superior, contra 14,9% dos primeiros.

Com relação ao tempo de escolaridade, vê-se que os indivíduos de famílias com pelo menos um membro no setor informal têm uma média de 7,1 anos de escolaridade, enquanto os indivíduos de famílias em que ninguém trabalha no setor informal apresentam em média 8 anos de escolaridade.

Nível de instrução

É baixo o nível de instrução dos indivíduos de 15 anos ou mais das famílias estudadas. Eles possuem em média 7,4 anos de escolaridade, sendo que uma parcela significativa (39,6%) não concluiu o nível fundamental.

São marcantes as diferenças de instrução entre as famílias em que ninguém trabalha no setor informal e as que têm pelo menos um membro na informalidade. As primeiras possuem em média 8 anos de escolaridade, contra 7,1 das segundas; o percentual dos que não completaram o ensino fundamental também é maior nas segundas: 43,2% contra 34,8% das primeiras.

Ao mesmo tempo, enquanto 23,6% dos indivíduos de 15 anos ou mais em famílias em que ninguém trabalha no setor informal concluíram o 3^o grau, apenas 14,9% dos das famílias com pelo menos um membro na informalidade o fizeram.

Frequência à escola

A maioria dos indivíduos entre 7 a 24 anos das famílias estudadas frequenta a escola (67,3%). É expressivo, no entanto, o percen-

tual dos indivíduos que não freqüentam (32,7%), ou seja, cerca de um terço das pessoas em idade escolar no município de São Paulo não freqüenta a escola.

Nas famílias com pelo menos um membro no setor informal, o percentual dos indivíduos que não freqüentam a escola (33,9%) é maior do nas famílias em que ninguém trabalha na informalidade (30,8%).

Dos indivíduos que freqüentam a escola, 47,4% encontram-se no Ensino Fundamental, 14,1% no Ensino Médio (antigo 2^o grau) e 5,8% no Ensino Superior. Esses percentuais relativos não são muito diferentes entre os dois tipos de famílias estudadas, exceto pelo percentual de indivíduos no Ensino Superior, que é maior nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal.

Inserção no mercado de trabalho (Tabelas 35 a 37, p. 61)

Os indivíduos de famílias com pelo menos um membro no setor informal apresentam uma taxa de participação no mercado de trabalho – como ocupados ou desempregados – de 70,2%. Esta taxa é bem menor nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal (51,8%).

Em contrapartida, nestas famílias existe uma maior proporção de desempregados (23,5% contra 12,4%), o que confirma a suposição de que o trabalho informal é uma forma camuflada de desemprego.

A grande maioria dos indivíduos membros de famílias em que ninguém trabalha no setor informal é constituída por assalariados (90,1%). Entre os indivíduos pertencentes à famílias com pelo menos um membro na informalidade, apenas 52,1% são assalariados, dos quais 22,9% são assalariados sem carteira assinada.

Taxa de participação

A proporção dos indivíduos em idade ativa que participam do mercado de trabalho é bem maior nas famílias com pelo menos um membro no setor informal do que nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal: 70,2% entre os primeiros e 51,8% entre os segundos.

Taxa de desemprego

As taxas de desemprego são maiores nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal do que nas famílias com pelo menos um membro nesse setor. Os dados da PCV indicam 15% de desemprego aberto e 8,6% de desemprego oculto nas primeiras, enquanto as segundas apresentam índices de 7,8% e 4,6%, respectivamente. Observa-se que o setor informal camufla uma parcela importante de desempregados.

Estrutura do emprego por posição ocupacional

Dos indivíduos ocupados entre as famílias estudadas, 64,5% são assalariados, 17,1% são autônomos, 10,8% são empregadores e 7,6% são empregados domésticos.

Os assalariados constituem a imensa maioria dos ocupados nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal (90,1%). Em contraste, eles representam apenas um pouco mais da metade dos ocupados nas famílias com pelo menos um membro no setor informal (52,1%). Entre esses indivíduos, é significativa a participação dos autônomos (25,5%) e dos assalariados do setor privado sem carteira (22,9%), seguida da dos empregadores e da dos empregados domésticos (11,2% cada categoria).

Renda familiar (Tabelas 38 a 42, p. 61 e 62)

As famílias em que ninguém trabalha no setor informal possuem renda familiar total maior do que a das famílias com pelo menos um membro no setor informal: R\$ 2.153,00 contra R\$ 1.978,00. O mesmo ocorre com a renda familiar *per capita*: R\$ 854,00 nas primeiras e R\$ 629,00 nas segundas. Entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal, a participação dos indivíduos que trabalham nesse setor na renda familiar é de 88,8%.

As famílias com pelo menos um membro na informalidade apresentam uma concentração de renda um pouco menor que a das famílias em que ninguém trabalha no setor informal: índice de Gini de 0,56 para as primeiras e 0,60 para as segundas. O mesmo ocorre com a distância entre ricos e pobres: ela é menor nas

famílias com pelo menos um membro no setor informal.

Renda familiar total e per capita

A renda familiar total e a renda familiar *per capita* das famílias estudadas são de R\$ 2.066,00 e R\$ 741,00, respectivamente.

As famílias sem nenhum membro no setor informal possuem renda total e *per capita* superiores às das famílias com pelo menos um membro no setor informal: R\$ 2.153,00 e R\$ 854,00, nas primeiras, contra R\$ 1.978,00 e R\$ 629,00, nas segundas.

Classes de renda familiar total e per capita

A classificação por classe de renda familiar total revela que a maioria das famílias estudadas (25,3%) situa-se na faixa de mais de 5 a 10 salários mínimos, seguido pelas famílias com mais de 20 salários mínimos (21,9%) e pelas famílias com mais de 10 a 20 salários mínimos (19,6%).

Por sua vez, a classificação por classe de renda familiar *per capita* mostra que a maioria das famílias estudadas (29,2%) situa-se na faixa de mais de 2 a 5 salários mínimos, seguida pelas famílias com mais de 1 a 2 salários mínimos (22,3%) e pelas famílias com mais de 5 a 10 salários mínimos (16%).

Vê-se que a maioria das famílias residentes no município de São Paulo tem um rendimento total que varia de 5 a 10 salários mínimos mensais e um rendimento *per capita* que varia 2 a 5 salários mínimos.

A maior parte das famílias em que ninguém trabalha no setor informal (24%) situa-se na classe de renda familiar total com Mais de 20 salários mínimos. A maior parte das famílias com pelo menos um membro no setor informal (28%) situa-se na faixa de renda familiar total de mais de 5 a 10 salários mínimos. Isto é: estas famílias têm um rendimento total pelo menos duas vezes menor do que as outras.

Grande parte das famílias em que ninguém trabalha no setor informal (26,9%) situa-se na classe de renda familiar *per capita* de mais de 2 a 5 salários mínimos. A maior parte das famílias com pelo menos um membro no setor

informal (31,4%) situa-se nesta mesma classe. Em contrapartida, é menor o percentual das famílias com pelo menos um membro no setor informal situado na classe de mais de 10 salários mínimos: 10,5% contra 18,9%.

Contribuição dos membros na renda familiar

Dos indivíduos que contribuem com a renda familiar total nas famílias com pelo menos um membro no setor informal, a grande maioria (88,8%) trabalha informalmente; apenas uma minoria (11,2%) não se encontra nessa condição.

Rendimento familiar total e per capita

A renda familiar total dos 25% de famílias mais ricas é 4,4 vezes maior do que a renda familiar total dos 25% de famílias mais pobres: R\$ 2.390,00 das primeiras, contra R\$ 536,00 das segundas.

Nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal a distância entre as rendas das famílias mais ricas e as das mais pobres é de 5,6 vezes. A desigualdade é menor entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal, onde a diferença é de 3,7 vezes.

Os 25% mais ricos responsáveis pela renda familiar *per capita* ganham acima de R\$ 865,00, contra R\$ 171,00 dos 25% mais pobres: a desigualdade da renda *per capita* das famílias estudadas é de cinco vezes.

Desigualdade da distribuição da renda familiar

As famílias mais ricas têm uma renda *per capita* cinco vezes maior do que as famílias mais pobres. Essa diferença é maior nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal (seis vezes) do que nas famílias com pelo menos um membro na informalidade (4,4 vezes).

A renda média dos 25% das famílias mais ricas nas quais ninguém trabalha no setor informal é 27,2 vezes maior do que a renda média dos 25% das famílias mais pobres em que ninguém trabalha no setor informal e 22,8 vezes

maior do que a renda média dos 25% das famílias mais pobres com pelo menos um membro nesse setor.

O Índice de Gini, por sua vez, revela que a renda é mais concentrada nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal (0,60) do que nas famílias com pelo menos um membro trabalhando informalmente (0,56).

Portadores de deficiência (Tabelas 43 e 44, p. 63)

Não há diferença significativa entre o percentual de indivíduos portadores de deficiência nas famílias em que ninguém trabalha no setor informal e nas famílias que possuem ao menos um membro na informalidade: 4,3% contra 3,8%. Estes dados relativizam uma possível associação entre deficiência e informalidade.

Portadores de dificuldades

A porcentagem média das famílias com pelo menos um membro portador de dificuldade é de 14,1%. Nas famílias com pelo menos um membro no setor informal esse percentual é de 15%, superior, portanto, à média.

Vítimas de crimes (Tabelas 45 e 46, p. 63)

Os dados revelam que as famílias com pelo menos um membro no setor informal estão mais expostas à violência. Elas apresentam maior percentagem de vítimas de roubos ou furtos e também de agressões físicas.

Vítimas de roubo ou furto

É alto o percentual de vítimas de roubo ou furto: 21,4% das famílias estudadas tiveram pelo menos um de seus membros vítima dessa violência. As famílias com pelo menos um membro no setor informal estão mais expostas a esse tipo de ocorrência: 22,9% delas tiveram pelo menos uma vítima, contra 19,7% das famílias em que ninguém trabalha informalmente.

Vítimas de agressão física

Não é expressivo o percentual de vítimas de agressão física entre as famílias estudadas: apenas 5% das famílias possuem indivíduos nessa situação. Também nesse caso, é maior o percentual de vítimas de agressão física entre as famílias com pelo menos um membro no setor informal.



Parte 3

Estudo de Casos

Renato Martins e Osmir Dombrowski

Renato Martins é pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec); Osmir Dombrowski é professor na Universidade do Oeste do Paraná. Ambos são doutorandos em ciência política na Universidade de São Paulo

Introdução

O estudo a seguir foi elaborado a partir de entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras do setor informal realizadas no município de São Paulo entre novembro e dezembro de 1999. Ao todo, foram feitas 58 entrevistas em diversas regiões da cidade. A escolha dos entrevistados foi realizada de forma aleatória, mas a opção pelas atividades analisadas levou em consideração a sua visibilidade no espaço urbano, o grau de conflito gerado pelo exercício da atividade – seja com o poder público, seja com a comunidade local – e o número estimado de pessoas envolvidas. Foram selecionados para estudo os seguintes casos:

- Vendedores ambulantes ou camelôs – Divididos em três grupos distintos: vendedores em ponto fixo, vendedores em trens e vendedores em sinal de trânsito. O primeiro grupo é o mais numeroso e é constituído por trabalhadores instalados em bancas ou barracas localizadas em praças e logradouros públicos. Trata-se de ati-

vidades exercidas muitas vezes por crianças e adolescentes.

- Catadores de material reciclável – Grupo constituído por trabalhadores que realizam a coleta e a seleção de lixo reciclável nas ruas da cidade, utilizando-se para isso de caminhões, kombis ou carroças. Um grande número desses trabalhadores encontra-se organizado em cooperativas que os apóiam na coleta, na seleção e na venda do produto para as indústrias de reciclagem.

- Perueiros e cobradores em perua – Segmento formado por trabalhadores que fazem o transporte urbano coletivo em veículos particulares, normalmente uma perua Van ou perua Kombi, derivando daí sua denominação. Os cobradores são trabalhadores, geralmente menores de idade, que auxiliam os perueiros e têm como tarefa chamar o passageiro, informar o destino, realizar a cobrança da passagem e fornecer o troco.

O presente estudo não possui significância estatística, isto é, não é representativo do conjunto de trabalhadores ocupados nas ativida-

des consideradas informais. O que se segue é um estudo das condições de vida e de trabalho das pessoas ocupadas em algumas atividades informais. O objetivo que orientou este estudo foi o de complementar os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego e da Pesquisa de Condições de Vida analisados anteriormente. Por meio de depoimentos dos próprios trabalhadores, procurou-se compreender como vivem e trabalham as pessoas que se encontram na informalidade, especialmente em relação aos motivos que as levaram a esse tipo de atividade, às razões da perda do último emprego, à perspectiva de retorno ao setor formal e também a respeito de suas relações e expectativas no que tange aos poderes públicos, à Previdência Social e à violência a que estão expostos.

Embora todos os trabalhadores façam parte do chamado setor informal, o estudo mostrou a grande heterogeneidade socioeconômica existente no interior de cada grupo e entre os grupos de trabalhadores entrevistados. O estudo revelou ainda que o trabalho informal é, em grande parte dos casos, uma forma camuflada de desemprego. Vários entrevistados declararam que desejam ter novamente um emprego regular e reingressar no mercado formal de trabalho.

Considerações gerais (Tabelas 47 a 51)

Na Tabela 47, vê-se a distribuição dos trabalhadores entrevistados segundo o tipo de atividade e a região da cidade em que atuam.

O desemprego é uma das principais causas da informalidade. A maior parte dos entrevistados alegaram estar trabalhando no setor informal em razão da ruptura do vínculo empregatício anterior, seja por terem sido demitidos ou porque optaram por este caminho, abandonando o emprego regular. A Tabela 48 mostra o motivo que levou os trabalhadores entrevistados a deixar o último emprego.

Como se observa, grande parte dos entrevistados deixou voluntariamente o último emprego, tendo declarado que se demitiu. Pode-se supor que, além do desemprego e das dificuldades para encontrar emprego no setor formal, a baixa qualidade dos empregos regulares, os baixos salários, a rotatividade e a eliminação de benefícios legais estão empurrando os trabalhadores para o setor informal, movidos pela expectativa de melhores condições de trabalho. Este é um aspecto que merece um maior aprofundamento em estudos posteriores.

De modo geral, os entrevistados se caracterizam por um perfil de baixa qualificação pro-

Tabela 47
Quantidade de entrevistas por Tipo de Atividade e Região

| Tipo de Conta Própria | Total | Centro | Leste | Norte | Oeste | Sul |
|-------------------------------|-------|--------|-------|-------|-------|-----|
| Catador | 7 | 6 | 1 | – | – | – |
| Cobrador de perua | 4 | – | 2 | 1 | 1 | – |
| Perueiro | 11 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 |
| Seletora | 3 | 3 | – | – | – | – |
| Vendedor em sinal de trânsito | 4 | – | 2 | – | 2 | – |
| Vendedor em ponto fixo | 22 | 3 | 5 | 5 | 3 | 6 |
| Vendedor em trem | 7 | – | 4 | – | 3 | – |
| Total | 58 | 14 | 16 | 9 | 11 | 8 |

Tabela 48
Motivo de saída do último emprego

| Motivo citado | citações |
|--|----------|
| Demitiu-se | 21 |
| Foi demitido | 17 |
| Empregador faliu/mudou-se | 6 |
| Contrato alterado p/ prest. de serviço | 2 |
| Não informou | 1 |
| Total | 47 |

fissional, anterior ao ingresso no setor informal. Como se verifica na Tabela 49, grande parte dos entrevistados trabalhava em ocupações que não exigem conhecimentos específicos ou escolaridade, como vigia, servente de pedreiro, copeira, empregada doméstica, balconista etc.

Trata-se, de modo geral, de trabalhadores que vêem suas chances de emprego reduzidas em função da baixa qualificação profissional, agravada em muitos casos pelo avanço da idade. Muitos disseram que “depois dos 40 anos” é impossível obter alguma colocação. Por isso, a informalidade representa uma situação irreversível para grande parte desses trabalhadores, o que é comprovado pelo fato de muitos se encontrarem há mais de dez anos no setor informal.

De fato, os entrevistados que se encontram há muitos anos na informalidade já não alimen-

Tabela 49
Último emprego/cargo

| Emprego/cargo citado | qde. |
|--------------------------------------|------|
| Ajudante geral | 1 |
| Ascensorista | 1 |
| Aux. de almoxarifado | 1 |
| Balconista | 2 |
| Bordadeira | 1 |
| Chefe de seção | 1 |
| Copeira | 2 |
| Costureira | 2 |
| Eletricista de manutenção | 1 |
| Empregada doméstica | 3 |
| Empregada doméstico | 1 |
| Gerente de vendas | 1 |
| Gerente financeiro | 1 |
| Inspetor de qualidade em metalúrgica | 1 |
| Mensageiro | 1 |
| Motorista | 6 |
| Office-boy | 1 |
| Operador de máquina | 1 |
| Operador de som | 1 |
| Prensista | 1 |
| Sapateiro | 1 |
| Servente | 2 |
| Servente de pedreiro | 2 |
| Taxista | 1 |
| Técnico de manutenção de máquinas | 1 |
| Vendedor de automóvel | 1 |
| Vendedor de calçados | 2 |
| Vigia em empresa | 1 |
| Vigilante | 1 |
| Total de citações | 42 |

tam expectativas de reingressar no mercado formal de trabalho. Para esses trabalhadores, há que se buscar alternativas que não impliquem, necessariamente, o restabelecimento do vínculo empregatício, mas que possam garantir uma renda mínima e propiciar alguma segurança no futuro. A organização em cooperativas que lhes permitam, por exemplo, o acesso a algum sistema de crédito e condições mais favoráveis de negociação com fornecedores pode ser uma alternativa. A existência de várias cooperativas de catadores de material reciclável mostra a viabilidade desse tipo de organização.

Nenhum dos entrevistados formulou qualquer demanda relacionada a saúde, educação, transporte ou outros direitos sociais. Eles apontam a regulamentação da atividade como sendo a principal – na maior parte das vezes, a única – ação esperada do poder público. A falta de regulamentação afeta efetivamente quase todas as categorias estudadas e tem se revelado um fator de corrupção, violência e insegurança. Os trabalhadores informais, mesmo quando podem, deixam de fazer investimentos para melhorar seus negócios e aumentar seus ganhos, pois vivem em conflito com os agentes fiscalizadores e temem ser impedidos de trabalhar ou ter seus equipamentos e mercadorias apreendidos. Frequentemente, esses conflitos evoluem da apreensão da mercadoria para a agressão física e o confronto com a polícia.

A não-contribuição para a Previdência Social é uma característica marcante dos trabalhadores informais. Entre os entrevistados, apenas os perueiros, um dos grupos mais capitalizados e com maior escolaridade, contribuem com a Previdência. Para a grande maioria, entretanto, não sobra dinheiro para isso. Além de constituir um problema atual para a Previdência Social, a não-contribuição representa uma verdadeira “bomba-relógio”, armada para explodir em poucos anos, já que o número de pessoas ocupadas nas atividades informais tem aumentado continuamente.

A família representa, para a maior parte dos entrevistados, a única possibilidade de apoio. É dela que vem a ajuda nas horas de necessidade, em caso de doença ou de problemas financeiros. A ocupação de um número cada vez

maior de chefes de família em atividades informais é preocupante, pois é uma fonte de insegurança para todos os membros da família. Esta dimensão da vida do trabalhador informal merece estudos mais aprofundados.

Finalmente, a fraca presença de vínculos associativos é outra característica dos trabalhadores informais: apenas uma minoria dos entrevistados participa de algum tipo de associação. Embora numericamente pequena, a presença de entrevistados que declararam participar de sindicatos ou cooperativas mostra que a organização desses trabalhadores, além de necessária, é possível.

Vendedores ambulantes ou camelôs

Vendedores em ponto fixo

Também conhecidos como ambulantes ou camelôs, são trabalhadores que exercem sua atividade em bancas ou barracas instaladas em diversos pontos da cidade, sobretudo nos locais de grande trânsito de pessoas, como estações de metrô ou trens (ou seus arredores), terminais rodoviários ou regiões centrais da cidade por onde passa, diariamente, um grande contingente de pessoas.

Estes trabalhadores comercializam uma imensa variedade de produtos, como artigos importados do Paraguai (cigarros, relógios, brinquedos, produtos eletroeletrônicos etc.); artigos de confecção adquiridos principalmente no bairro do Brás e imediações; doces e salgadinhos comprados em atacadistas e distribuidores na região da Luz; e refrigerantes, cervejas ou água, que compram em supermercados e distribuidoras.

Os vendedores em ponto fixo costumam mudar o artigo com o qual trabalham, tendendo, entretanto, a buscar um artigo semelhante, de forma a manter o vínculo com seus clientes e,

também, o contato com seus fornecedores. De certa forma, eles se especializam no comércio de uma linha de produtos.

Entre os vendedores em ponto fixo foram entrevistados nove mulheres e oito homens, entre 23 e 83 anos; dois são solteiros, um separado e os demais são casados ou moram com outra pessoa. Entre eles, cinco são naturais da Grande São Paulo e 12 são migrantes que moram na cidade de São Paulo há 24 anos, em média. A grande maioria sabe ler e escrever, porém, a escolaridade média é baixa: apenas quatro entrevistados concluíram o 1º grau e dois são analfabetos.

Verificou-se uma disparidade de renda familiar bastante acentuada entre os entrevistados: três declararam ter renda familiar de menos de R\$ 500,00, oito entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00; três entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00; três entre R\$ 2.001,00 e R\$ 4.000,00; e três não souberam informar a renda familiar.

Normalmente, os vendedores em ponto fixo trabalham de segunda a sábado, descansando aos domingos, mas em muitos casos trabalham, sem folga, de segunda a domingo. A jornada de trabalho média entre os entrevistados é de 76 horas por semana. Doze dos 17 entrevistados recebem a ajuda de parentes no trabalho, principalmente do cônjuge e dos filhos, ocorrendo também a presença de sobrinhos, irmãos e tios.

A grande maioria dos vendedores em ponto fixo é composta por revendedores (compram seus produtos para revender). Apenas dois entrevistados produzem parte dos produtos que vendiam. A maioria dos vendedores entrevistados faz suas compras diariamente ou de duas a três vezes por semana; os outros as fazem quinzenalmente ou mensalmente. De qualquer modo, o capital de giro do vendedor em ponto fixo é relativamente pequeno. Apenas um entrevistado disse que costuma gastar, em média, R\$ 1.500,00 em cada compra. A maioria

Tabela 50

Tempo como trabalhador informal

| Quantidade de anos | nº de citações |
|--------------------|----------------|
| Até 1 ano | 9 |
| De 2 a 4 anos | 11 |
| De 5 a 10 anos | 12 |
| Acima de 10 anos | 15 |
| Total | 47 |

Exclui crianças e adolescentes

Tabela 51

Contribuição com o INSS

| Contribui | nº de citações |
|-----------|----------------|
| Não | 36 |
| Sim | 11 |
| Total | 47 |

Exclui crianças e adolescentes

dispõe de menos de R\$ 500,00 e isso acaba implicando maior frequência nas compras. Entre os entrevistados, somente três disseram que realizam compras a prazo, todos os outros pagam à vista.

Ao fim de um mês de trabalho, o ganho médio entre os vendedores em ponto fixo é de R\$ 927,00, mas com uma grande distância entre o menor rendimento, que é de R\$ 150,00 e o maior, de R\$ 4.000,00.

Em média, os vendedores entrevistados estão há 11 anos nessa atividade e consideram a situação hoje pior que há um ano: “Antes as pessoas do comércio de rua conseguiam comprar carro, hoje não”, disse um entrevistado. Para muitos deles “as vendas caíram bastante”. Entre os motivos para a queda nas vendas eles apontam o desemprego como a causa principal: “Com a falta de emprego, as pessoas compram menos”, disse um deles. “Hoje existe mais concorrência e menos compradores”, disse outro entrevistado.

A grande maioria dos entrevistados afirmou que começou a trabalhar como camelô porque ficou desempregada e precisava trabalhar: “Fui mandado embora. Com 43 anos de idade, não tinha outra opção”, disse um deles. Alguns, entretanto, viram essa atividade como uma oportunidade de “ganhar mais”.

Uma trabalhadora de 83 anos de idade, que está há 42 anos trabalhando como vendedora em ponto fixo, diz que quando começou “não tinha emprego”. Outra entrevistada, com 23 anos de idade e atuando há menos de um ano nessa atividade, também afirmou que “não conseguia arrumar outro emprego”. Atuando há seis anos como camelô, um trabalhador de 42 anos de idade afirmou que, quando começou, preferia o emprego anterior, “mas agora não dá mais”. Ele foi inspetor de qualidade em uma metalúrgica durante 19 anos.

Praticamente todos os entrevistados tiveram alguma experiência como trabalhador assalariado, tendo sido mencionadas diversas profissões exercidas antes do ingresso na informalidade: vendedor, balconista, servente, vigia, empregado doméstico, costureira e bordadeira, sapateiro, eletricitista etc. Somente um entrevistado nunca passou por essa experiência. Cinco deles foram demitidos, outros cinco demitiram-se por considerar baixo o sa-

lário que recebiam. Falência e mudança de empresas também foram citados como motivos de saída do último emprego.

Apesar de existirem, entre os entrevistados, seis pessoas com mais de 15 anos de contribuição para a Previdência Social, hoje nenhum deles é contribuinte. Sete entrevistados não souberam explicar por quê; outros seis declararam que não têm condições de pagar. Um entrevistado disse que “não confia na política existente no país”; outro, que “tem coisa mais importante para pagar”; e outro, ainda, afirmou que “não vale a pena pagar”. A grande maioria dos entrevistados espera sobreviver trabalhando durante a velhice. “Espero trabalhar até quando for possível”, disse um deles. Outro afirmou que “está nas mãos de Deus, porque não tem emprego para os filhos”. Dois entrevistados esperam ainda pagar a Previdência para ter uma aposentadoria.

Quando impedidos de trabalhar por causa de doença ou acidente, os vendedores entrevistados ou recebem a ajuda de algum membro da família ou o negócio fica parado – “não monta a barraca” – e, nesse caso, o prejuízo é irreversível. Quando têm dificuldades financeiras, normalmente os entrevistados recorrem a parentes ou a amigos. Três entrevistados disseram que recorrem a Deus, dois disseram que não têm a quem recorrer, e um citou a figura do agiota.

Trabalhando na rua, sete entre os 17 entrevistados presenciaram ou foram vítimas de violências, roubo ou assalto em seus locais de trabalho. Onze deles estiveram envolvidos ou presenciaram conflitos com a fiscalização municipal e/ou com a guarda municipal, incluindo a apreensão de mercadorias e a retirada dos ambulantes da área onde trabalhavam.

Quando perguntados sobre o que esperam do poder público, a maioria dos entrevistados disse querer a “regulamentação do comércio ambulante”. Outros declararam ainda que, além da regulamentação, “os ambulantes precisam de locais decentes para trabalhar”.

Finalmente, entre os entrevistados, a grande maioria declarou que não participa de qualquer tipo de associação, embora três tenham afirmado que participam de um sindicato ou associação profissional da categoria.

Crianças e adolescentes

As crianças entrevistadas que trabalham como vendedoras em ponto fixo têm entre 7 e 16 anos de idade, sendo três do sexo masculino e duas do sexo feminino. Uma delas, com 7 anos de idade, não sabe ler nem escrever; as outras estudam: duas cursam a 6ª série, uma a 4ª série e outra a 2ª série do 1º grau.

Uma das crianças trabalha com artigos de confecção, que compra para revender. As demais vendem doces e salgados e lixas para unhas. Das cinco crianças entrevistadas, a maior delas, com 16 anos, trabalha por conta própria, comprando e revendendo artigos de confecção, e sua irmã mais velha trabalha em outra banca nas proximidades; duas trabalham ajudando pessoas da família: o cunhado e a mãe.

Duas crianças (com 7 e 10 anos) trabalham para terceiros, que são chamados “protetores”. Uma delas contou que “apanhava em casa e não tinha o que comer, quando vim para a rua o protetor me pegou para trabalhar”. A outra foi colocada no “trabalho” pela mãe: “Minha mãe disse que precisava, senão não tinha o que comer”.

Os dois mais velhos afirmaram que precisavam ajudar em casa e não conseguiram achar outro emprego por causa da idade. Como têm parentes já trabalhando como ambulantes, começaram também nessa atividade. Um dos entrevistados, com 11 anos, declarou que gosta de trabalhar “porque tenho muitos amigos aqui e porque ajudo minha mãe e minha irmã”.

Trabalhando nas ruas, apenas os dois pequenos “protegidos” foram vítimas de violência: um deles falou que “os meninos apanham do protetor” e o outro, de 7 anos, relatou o seguinte: “Apanho às vezes porque como doces, peço dinheiro, se chego atrasado ou não entrego o dinheiro das vendas”. Os outros três disseram que nunca foram vítimas ou testemunharam cenas de violência.

As duas crianças que trabalham para o “protetor” informaram que recebem aproximadamente entre R\$ 180,00 e R\$ 90,00 por mês. O garoto que trabalha por conta própria, com 16 anos, ganha por mês cerca de R\$ 400,00. A menina de 15 anos que trabalha com a irmã

retira cerca de R\$ 220,00 por mês. A menina de 11 anos que ajuda a mãe disse que ganha R\$ 60,00 por mês.

Vendedores em trens

Os vendedores em trens trabalham no interior dos trens metropolitanos que servem a Grande São Paulo ou nas estações ferroviárias. Por se tratar de uma atividade proibida pela empresa que opera o transporte ferroviário e coibida por seus agentes de segurança, os vendedores trabalham carregando seus produtos em pequenas quantidades e dentro de sacos, sacolas ou caixas de isopor ou papelão e jamais ficam parados em um local; estão permanentemente transitando. Normalmente vendem comestíveis: doces, salgados, bolachas, chocolates, balas, amendoim etc., aproveitando-se da falta de infra-estrutura do sistema de transporte ferroviário e da longa permanência nos trens a que estão sujeitos os passageiros. Embora muitos vendam também artigos de ocasião, como enfeites e cartões de Natal ou ovos de Páscoa, trata-se sempre de artigos pequenos, que podem ser transportados nas mãos e permitem o trânsito do vendedor pelos vagões dos trens e facilitam a evasão nos casos de fiscalização.

Entre os vendedores em trens foram entrevistados dois homens e duas mulheres entre 39 e 41 anos de idade. Três são migrantes, embora morem há bastante tempo na Grande São Paulo – dois há mais de 20 anos e um há oito anos. Embora saibam ler e escrever, os entrevistados têm baixa escolaridade: apenas um deles concluiu o 1º grau, enquanto dois estudaram até a 4ª série do 1º grau e um dos entrevistados estudou apenas até a 2ª série do 1º grau. Todos são casados (um “mora junto”), a maioria tem uma renda familiar de menos de R\$ 500,00 e apenas um deles disse ter renda familiar entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00.

O vendedor em trem trabalha sozinho, apenas um declarou que trabalha junto com a esposa. Eles trabalham de segunda a sábado, descansando aos domingos, e fazem uma jornada média de 62 horas de trabalho por semana.

Os artigos que vendem, a maioria doces, salgados e bebidas, são comprados diariamente nos atacadistas localizados próximos à Estação da

Luz, região central da cidade, e docerias próximas às estações do Brás e de Itaquera. Em suas compras diárias, gastam cerca de R\$ 30,00 e conseguem, ao final do mês, um ganho de aproximadamente R\$ 200,00. Apenas um entrevistado informou que ganha R\$ 400,00 por mês.

Dois deles estão nessa atividade há três anos, um há seis anos e outro há 12 anos. Todos declararam que estão trabalhando por conta própria por causa do desemprego: “Cansei de procurar emprego”, afirmou um deles. Outro disse que trabalha no trem por causa da “facilidade de começar”.

Para começar nessa atividade é preciso apenas algum dinheiro para comprar mercadorias e, se possível, uma caixa de isopor. Esse dinheiro, os vendedores entrevistados obtiveram por meio da ajuda de familiares, de empréstimo com amigos e parentes, da venda de algum bem ou do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Três dos entrevistados afirmaram que querem deixar a atividade. “Tenho vontade de trabalhar registrado, para ter direito a férias, assistência médica, além de um salário certo no final do mês”, disse um entrevistado. Outro, praticamente repetindo o primeiro, disse que deixa o trem “se conseguir um emprego, que dê direito a aposentadoria, férias, seguro saúde”. Ter um emprego “mais digno e seguro” é a esperança de outro. O entrevistado que afirmou que não deseja deixar esta atividade está há 12 anos nela, e afirmou que “não tem como arrumar emprego” por causa da idade e da falta de estudo.

Todos já trabalharam como assalariados: foram servente de pedreiro, operador de máquina, costureira e vigilante; alguns por pouco tempo, menos de um ano, outros, porém, foram assalariados por mais de 20 anos. Três dos entrevistados deixaram o último emprego por considerarem o salário baixo. Um deles disse que “recebia sempre atrasado e o valor nunca estava certo”. Um deles foi demitido porque “a empresa mudou”.

Dentro do trem ou nas estações, metade dos entrevistados já testemunhou cenas de violência, como roubos e assaltos. Um deles foi vítima de assalto. Três entrevistados relataram conflitos com os agentes de segurança da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos),

envolvendo apreensão de mercadoria, agressão verbal e espancamento. O outro entrevistado explicou que não esteve envolvido em conflito com os agentes de segurança “porque foge”.

Quando perguntados sobre que tipo de ação esperam do poder público, os entrevistados foram unânimes ao citar a regulamentação da atividade. “Se o negócio fosse regularizado daria para ganhar mais, haveria aumento na oferta de mercadoria, o que hoje não acontece pelo medo de perder a mercadoria”, afirmou um deles. Outro quer a “regulamentação e organização da atividade, com limite de vendedores por local” e também acredita que se deve “tirar as crianças, pois a maioria é explorada e obrigada a trabalhar”, disse.

Os vendedores em trem não pagam a Previdência Social porque, de acordo com os seus próprios depoimentos, não têm condições. Usam os serviços públicos de saúde e contam com a ajuda de amigos e parentes quando enfrentam problemas de saúde e dificuldades financeiras. Eles não participam de nenhuma espécie de associação e apenas um declarou que participa da igreja Assembléia de Deus.

Crianças e adolescentes

Nos trens, encontram-se trabalhando um grande número de crianças e adolescentes. Foram entrevistadas duas crianças de 10 anos, duas de 11 anos e uma adolescente de 15 anos de idade.

Nos dias de calor, vendem bebidas – água ou refrigerante – e quando está mais frio vendem amendoim, chocolates, balas, bolachas etc., artigos que compram diariamente em grandes docerias e mercados próximos às estações, principalmente Luz, Brás e Itaquera. Normalmente, fazem compras diárias no valor de R\$ 7,00 a R\$ 40,00 e seus ganhos somam cerca de R\$ 200,00 ao final de um mês trabalhando de segunda a sábado, a partir das 12 ou 13 horas até depois das 19 horas. As crianças são deixadas em seu local de trabalho pelas mães, que escolhem o local onde elas irão trabalhar.

A adolescente declarou que trabalha vendendo em trens e estações por “influência de amigos, além de não conseguir outro emprego por causa da idade”. As crianças dizem que traba-

lham para ajudar em casa. Todas, porém, pretendem ter outro emprego. “Quando crescer quero trabalhar em escritório”, disse uma delas. “Tenho vontade de trabalhar num emprego legal”, disse o outro.

A adolescente entrevistada está grávida e seu marido também é um vendedor em trens. Ela declarou que tem vontade de arranjar um emprego fixo “para poder ganhar melhor para comprar as coisas que necessito, além de poder cuidar melhor do filho que estou esperando e, acima de tudo, melhorar de vida”.

As crianças e os adolescentes encontram-se expostos à violência e todos presenciaram brigas entre os marreiros e a polícia ferroviária: “Já levei uma pedrada”, disse um deles.

Vendedores em sinais de trânsito

São trabalhadores que exercem a sua atividade nas ruas da cidade, principalmente nos cruzamentos em que há tráfego intenso de veículos. Estes trabalhadores vendem seus produtos para os motoristas: água, refrigerante, jornal, doces etc. Também vendem frutas, flores e artigos diversos que compram diariamente, em pequenas quantidades, nos mercados e armazéns. Outros vendem artigos mais caros, como caixas de ferramentas importadas, e outros, ainda, expõem na calçada ou em um canteiro público produtos tão diversos como vasos de vidro para decoração, ventiladores, bichos de pelúcia e até pequenos móveis de madeira.

Entre os vendedores em sinal de trânsito foram entrevistados quatro homens, em média com 33 anos de idade, naturais da Grande São Paulo. Todos sabem ler e escrever, sendo que o menor grau de escolaridade encontrado entre eles foi a 4ª série do 1º grau e o maior a 2ª série do 2º grau. Dois são casados, um é viúvo e outro é solteiro. Dois declararam ter uma renda familiar mensal inferior a R\$ 500,00, um declarou um rendimento familiar de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e outro informou que tem renda familiar superior a R\$ 1.001,00.

Trabalhando nos sinais de trânsito, eles ganham, em média, cerca de R\$ 500,00 por mês. Um deles trabalha de segunda a sexta e os outros três disseram que trabalham de segunda a sábado, perfazendo uma jornada de trabalho de 54 horas por semana, em média.

Todos disseram que trabalham nos sinais de trânsito por que não conseguiram outro emprego. Um disse que “estava desempregado há sete anos, sem conseguir nada”. Outro declarou: “Não sei fazer nada e fui despedido da empresa em que trabalhava”. Eles estão nessa atividade há períodos que vão de um a três anos. A maioria disse que, para começar, precisou de pouco dinheiro, entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00, apenas para comprar a mercadoria e, dependendo do caso, um isopor para as bebidas. Esse dinheiro veio de empréstimos com amigos ou da ajuda de parentes. Um dos entrevistados começou pegando mercadoria em consignação.

Todos os entrevistados afirmaram que pretendem mudar de atividade. Um deles quer “ter um emprego fixo e mais digno, isso não é vida”. Outro disse que deseja um emprego “para poder ter uma casa de verdade para criar os filhos”.

Apesar de estarem nas ruas diariamente, nenhum deles declarou ter presenciado qualquer cena de violência nos locais onde trabalham. Todos disseram, também, que nunca sofreram qualquer tipo de fiscalização. Dos poderes públicos, esperam muito pouco ou quase nada: “Só se for para mudar de atividade”, disse um deles; outro afirmou que “se vender muito, posso montar uma banca, isso pode me dar dinheiro”.

Apenas um deles, o mais jovem, com 23 anos, disse que nunca trabalhou como assalariado; os outros foram *office-boy*, motorista e auxiliar de almoxarifado. Um perdeu o emprego porque a empresa faliu, outro foi demitido e o terceiro demitiu-se porque achava que estava ganhando muito pouco.

Um dos entrevistados contribui com a Previdência: “A gente não sabe o dia de amanhã”, disse; os outros afirmaram que não têm condições de pagar. Todos, entretanto, pensam que irão enfrentar a velhice trabalhando. Todos, também, declararam usar os serviços públicos de saúde e, quando enfrentam problemas dessa ordem, ficam na dependência da ajuda de parentes ou amigos.

Nenhum dos vendedores em sinais de trânsito participa de qualquer tipo de associação.

Catadores de material reciclável

São trabalhadores que coletam material reciclável no lixo produzido pela cidade. Agências bancárias, estabelecimentos comerciais e mesmo residências colaboram com esses trabalhadores, fornecendo-lhes o lixo reciclável. Muitas vezes, reviram o lixo depositado nas calçadas. Papel e papelão são o produto principal, bem como latas de alumínio e objetos de cobre. Há os que trabalham puxando uma carroça ou empurrando um carrinho e os que utilizam um saco para realizar a coleta. Alguns possuem caminhões ou peruas. O material coletado também é chamado de sucata.

Foram entrevistados sete catadores com idade média de 39 anos. Quatro são homens e três mulheres; quatro são casados ou “moram junto” e três são solteiros. Na maior parte, são migrantes que residem na Grande São Paulo há mais de dez anos e quase todos são alfabetizados. Apenas um é analfabeto, e dois concluíram o 1º grau. Quatro entrevistados informaram ter uma renda familiar inferior a R\$ 500,00 por mês; dois declaram renda familiar entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00 e um disse que sua renda familiar é superior a R\$ 1.001,00.

Também foram entrevistadas três seletoras, isto é, pessoas que separam o material coletado. As três entrevistadas estão iniciando a atividade. Recebem por quantidade de material selecionado e ganham em torno de R\$ 200,00 por mês, cumprindo uma jornada de trabalho entre 40 e 50 horas por semana. São solteiras ou separadas, ex-assalariadas, empregadas domésticas, copeiras, que ficaram desempregadas há menos de um ano.

Normalmente, os catadores de lixo reciclável trabalham de segunda a sexta e descansam aos sábados e domingos. Grande parte trabalha nos períodos da tarde e da noite, raramente param antes das 20 horas, sendo que alguns estendem sua jornada até meia-noite ou mais. Eles dependem do lixo deixado por grandes empresas após o expediente diário. A jornada média de trabalho dos catadores é de 44 horas semanais.

A maioria dos entrevistados exerce essa atividade há mais de dez anos, outros há cinco; apenas um deles exerce a atividade há menos de um ano. Uma catadora de 64 anos de idade,

que há 30 anos realiza a coleta do lixo reciclável, declarou que tudo o que tem na vida conseguiu com esse trabalho: “Criei os filhos com papel; construí nossa casa, tudo com papel”.

Embora citem o desemprego entre os motivos que os levaram a exercer a atividade de catador, alguns entrevistados mencionam a insatisfação com a condição de empregado: “Cansei de bater cartão todo dia e chegar o fim do mês e receber mixaria”, afirma um deles. “Eu cansei desse negócio e cheguei à conclusão de que tinha que trabalhar por conta própria.”

Quase todos os catadores de papel já foram assalariados, tendo exercido as funções de balconistas, serventes de pedreiro, motoristas, prensistas, copeiras. Grande parte deles disse que, trabalhando por conta própria, consegue ganhar mais: “Trabalhando sem registro a pessoa ganha mais. Um salário mínimo está R\$ 150,00 e trabalhando por conta se ganha bem mais”, disse um deles. Apenas um dos entrevistados ficou mais de um ano no último emprego.

Para iniciar a atividade, é importante saber identificar os materiais e selecioná-los conforme a sua utilidade para a reciclagem. Normalmente, isto é aprendido com os colegas. Alguns entrevistados mencionaram a existência de cursos de reciclagem oferecidos por entidades públicas ou da sociedade civil, como o Centro Gaspar Garcia ou a Prefeitura de Santos.

Além do conhecimento, é preciso também algum dinheiro para comprar um “carrinho” ou carroça, equipamento que também pode ser “facilitado pelo patrão” (o comprador da sucata) ou por uma das cooperativas de trabalho que atuam no setor.

A maioria deles diz que não tem vontade nem pretende deixar a atividade. Alguns têm expectativa de melhorar, “comprar uma perua”; outros não vêem alternativas: “Não tenho mais idade, nem experiência, além de ser favelado...”. Outros mostraram-se resignados: “Esse serviço de reciclagem é o meu ganha-pão”. Alguns, porém, mudariam de trabalho, “se arrumar outro ganho melhor”.

Perguntados sobre o tipo de ação que esperam dos poderes públicos, a maioria se referiu à necessidade de contar com um espaço adequado para o exercício da atividade. Estes tra-

balhadores necessitam de um local onde possam acumular e selecionar o material coletado; equipamentos como “prensas e máquina para desfiar papel e papelão, lavagem de plástico e prensa para latinha e plástico” e peruas ou caminhões, já que a coleta com a carroça é extremamente cansativa.

Os catadores de lixo reciclável não pagam a Previdência Social e alegam, principalmente, que “não têm condição de pagar”. A maioria não sabe como irá sobreviver na velhice. Alguns afirmaram que não pensam “nisso”. Uma coletora de 30 anos afirmou que não quer chegar à velhice: “Só vale a pena envelhecer com muita saúde”. Outros esperam poupar algum dinheiro ou ter alguma renda, sem explicar muito bem como.

Em caso de doença, a maioria afirmou que não recebe ajuda de ninguém. “Tem que trabalhar doente mesmo...” ou “passar necessidade”. Com relação a problemas financeiros, poucos recorrem a parentes ou a amigos, alguns não têm a quem recorrer: “É triste, tem horas que bate o desespero”.

Os catadores entrevistados trabalham organizados em cooperativas; fora isso, seus vínculos associativos restringem-se à participação em alguma Igreja, evangélica ou católica, sendo que um deles declarou que participa da associação de moradores da favela onde reside.

Perueiros

São trabalhadores que realizam o transporte urbano coletivo em veículos particulares. Esse tipo de atividade, também conhecida como serviço de lotação, adquiriu nos últimos anos grande importância na Região Metropolitana de São Paulo, impulsionada pela baixa qualidade dos transportes coletivos, constituindo uma opção mais rápida e confortável que os ônibus, quase sempre demorados e superlotados.

Esses trabalhadores atuam, na maioria dos casos, em situação irregular, sem nenhuma regulamentação dos poderes públicos. Eles próprios escolhem a região onde trabalhar e decidem os itinerários que irão percorrer. Orientados por interesses particulares, os perueiros elegem para atuar, preferencialmente, as regiões que oferecem maior número de passageiros e os itinerários mais curtos, que proporcionam

maior retorno financeiro. Os passageiros estão sujeitos aos riscos decorrentes da falta de vistoria das condições gerais dos veículos. Os motoristas tampouco têm qualquer responsabilidade sobre a segurança dos passageiros. Os perueiros contam com o auxílio de cobradores – geralmente menores de idade –, que chamam os passageiros, informam o destino, realizam a cobrança e fornecem o troco.

Foram entrevistados 11 perueiros: dez homens e uma mulher, com média de idade de 39 anos, sendo quatro nascidos na Grande São Paulo e sete migrantes, que residem, em média, há 29 anos na Grande São Paulo.

Comparativamente aos demais entrevistados, os perueiros apresentam um alto nível de escolaridade: cinco completaram o 2º grau; dois possuem o 3º grau incompleto e um completou o 3º grau. Apenas três não ingressaram no 2º grau: um possui o 1º grau completo e dois não concluíram esse nível. Entre os entrevistados, seis são casados, um é separado, um é viúvo e três são solteiros.

Cinco perueiros entrevistados declararam uma renda familiar entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00; dois informaram rendas entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00; dois afirmaram ter renda familiar entre R\$ 2.001,00 e R\$ 4.000,00; e dois declaram mais de R\$ 4.000,00.

A maioria dos entrevistados é proprietária do veículo, sendo que três declararam ter sócios. Os perueiros podem ser considerados empregadores: com exceção de um dos entrevistados, os demais mantêm pelo menos um cobrador contratado e cinco deles empregam também um motorista.

Normalmente, o perueiro trabalha de segunda a sábado, descansando aos domingos, dedicando em média 72 horas por semana ao negócio. Uma perua arrecada em média R\$ 6.700,00 por mês, proporcionando uma renda média líquida de cerca de R\$ 1.800,00 para cada perueiro.

Os perueiros entrevistados encontram-se, em média, há sete anos trabalhando por conta própria. Sete exerceram outra atividade por conta própria antes de ser perueiros. Foram entregadores, motoristas ou caminhoneiros. Um deles trabalhou com ônibus clandestino e outro foi proprietário de um pequeno estabelecimento comercial.

Praticamente todos, entretanto, foram anteriormente assalariados e deixaram o emprego porque foram demitidos ou forçados a se demitir em processos de terceirização. Um deles declarou que o que ganhava “não dava para o sustento” e outro disse que deixou o último emprego “para não ter patrão”. Alguns informaram terem sido assalariados por 30 ou 32 anos, perfazendo uma média de 15,3 anos como trabalhadores assalariados. Entre eles encontram-se antigos vendedores, motoristas, mensageiros ou ajudantes gerais, técnicos e até gerentes.

Entre os entrevistados, quatro usaram o FGTS e outras verbas rescisórias para comprar o veículo, seu instrumento de trabalho, e outros quatro venderam bens. Alguns usaram poupança, fizeram empréstimos e outros, ainda, receberam ajuda da família.

Apenas um dos entrevistados declarou que pretende ou tem vontade de deixar essa profissão: “É apenas um bico”. Os outros estão satisfeitos com os resultados obtidos: “Estou trabalhando menos, ficando menos nervoso, para ganhar o mesmo ou um pouco menos do que ganhava e tenho tempo para a família”. Outros, porém, não vêem alternativa: “Na minha idade, ninguém me quer” ou “Com minha idade não arrumo nada para fazer”.

Apenas um perueiro entrevistado declarou que não contribui para a Previdência Social: “Não serve para nada”. Todos os outros, entretanto, são contribuintes. Alguns “para não perder o tempo que paguei”, “para não perder o benefício da aposentadoria” ou “porque quero de alguma forma garantir meu futuro e o de minha família”. Em média, os entrevistados têm 15,3 anos de contribuição para a Previdência. Com relação à assistência médica, sete entrevistados declararam pagar convênio particular ou plano de saúde.

A regulamentação da atividade é o que oito dos entrevistados declararam esperar do poder público. Cinco deles relataram ter sofrido a ação da fiscalização da prefeitura. Segundo eles, existe “uma guerra com a prefeitura”, com perseguição pelas ruas (em alta velocidade) e apreensão do veículo, o que representa um gasto médio de cerca de R\$ 2.000,00 entre multas e taxas.

Cobreadores em peruas

Foram entrevistados três cobreadores adultos (18, 19 e 24 anos) e três adolescentes (13, 15 e 16), cinco deles nascidos na cidade de São Paulo e um no interior. Três entrevistados concluíram a 5ª série do 1º grau, dois a 1ª série do 2º grau e um concluiu a 8ª série do 1º grau.

Os adultos recebem em média R\$ 426,00 por mês e os adolescentes R\$ 340,00, sendo que dois adultos e dois adolescentes declararam ter uma renda familiar entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00 mensais e um adulto e um adolescente informaram uma renda familiar menor que R\$ 500,00.

Entre os cobreadores adultos, dois tiveram um emprego anterior: um foi entregador e outro auxiliar “temporário” de escritório. Dois dos entrevistados disseram que foram levados a esta atividade pela falta de outro emprego e um disse gostar do serviço: gosta de “lidar com o público”. Os adolescentes não conseguiram outro emprego por causa da idade: “Porque a lei não permite que menor trabalhe e, como eu precisava trabalhar, aceitei este emprego”, disse um deles.

Todos os cobreadores adolescentes têm vontade de mudar de emprego. “Quero um emprego melhor, em que tenha mais garantias”, declarou um deles. Outro disse que “Só vou parar quando encontrar um emprego melhor, senão vou continuar, pois preciso trabalhar para ajudar minha família”. Um deles pretende continuar estudando: “Quero ser advogado”. Entre os adultos verificou-se resignação – “é o que sei fazer” – mas, ainda assim, a vontade de mudar de trabalho está presente: “Quero algo melhor. Estou nesse (emprego) para não ficar parado”, disse outro.

Considerações finais

É evidente a diferença entre os diversos tipos de trabalhadores informais. Sob o rótulo de informal ocultam-se desde trabalhadores razoavelmente capitalizados – como os perueiros, proprietários de seus veículos com acesso a financiamentos bancários – até ambulantes, vendedores em trens ou vendedores em faróis, que compram diariamente pequenas quantidades de artigos para vender durante o

dia. Para estes, a incerteza e a insegurança são constantes e a sobrevivência é conquistada a cada dia. Também há uma grande diversidade de trajetórias de vida: trabalham como informais jovens, crianças e adolescentes, ao lado de pessoas idosas; muitos estão na informalidade há mais de dez anos, outros há menos de um ano; enquanto alguns são ex-assalariados, outros jamais chegaram a ter o primeiro emprego. Esta diversidade demonstra a complexidade do chamado setor informal e coloca em questão os conceitos normalmente utilizados para estudá-lo. Em que pese essa dificuldade, algumas indicações de ordem geral podem ser feitas a partir deste Estudo de Casos.

Regulamentação das atividades

Como se pôde ver, os trabalhadores informais são quase unânimes em reivindicar a regulamentação de suas atividades. Com razão, pois a informalidade (clandestinidade) é a base da insegurança que marca profundamente o trabalhador desse setor, além de ser, como já foi dito, fonte de corrupção e origem de inúmeros conflitos. A regulamentação é uma necessidade, não apenas dos trabalhadores informais, mas também do conjunto de cidadãos que, como usuários de serviços, consumidores ou simplesmente como moradores da mesma cidade, têm suas vidas afetadas pelo trabalho informal. Essa é uma das tarefas urgentes colocadas para o poder público.

A regulamentação, entretanto, é apenas uma parte do problema da informalidade. Ela não irá impedir o crescimento da população ocupada em atividades informais, evitando o aumento contínuo da parcela da população que hoje se ocupa em trabalhos precários e incertos. Como se observou, a maior parte dos trabalhadores informais acabaram na informalidade porque não conseguiram outra ocupação; perderam seu emprego, ou não conseguiram “trabalho melhor”. Isso significa que a dinâmica do setor informal é ditada, em grande parte, pelo que ocorre no setor formal. Provavelmente, nesse ponto encontra-se a tarefa mais árdua dos poderes públicos: criar condições para a retomada do crescimento econômico; em outras palavras, acabar com o desemprego e gerar condições para a criação de novos postos de trabalho.

Organizações alternativas

A regulamentação e o crescimento econômico não são suficientes também para garantir o retorno ao mercado de trabalho regular de parte da população que hoje trabalha na informalidade. Os estudos que foram apresentados aqui indicam que o baixo nível de qualificação profissional e a baixa escolaridade, às vezes agravados pela idade avançada do trabalhador, dificultam sua recolocação. Muitos deles, inclusive, não desejam mudar de atividade, ou porque estão satisfeitos com os ganhos que obtêm na atividade atual ou porque sabem que dificilmente encontrariam trabalho com remuneração melhor ou igual. Para estes trabalhadores, é necessário o encaminhamento de ações cujo objetivo deve ser a melhoria das condições atuais de trabalho e o aumento de suas possibilidades de ganho, diminuindo a precariedade e a insegurança em que estão vivendo.

Ao lado da regulamentação, a destinação de locais apropriados para o exercício da atividade e a organização desses trabalhadores em associações e/ou cooperativas que lhes garantam uma melhor posição na negociação com fornecedores e acesso a algum sistema de crédito parecem medidas viáveis e de efeitos positivos imediatos.

Educação para crianças, jovens e adultos

Parece claro, também, que a implantação de programas de renda mínima que mantenham as crianças na escola é uma necessidade urgente. Não é novidade que as crianças são forçadas a trabalhar para “ajudar a família”, como se revelou mais uma vez nas entrevistas com os menores. O estudo dos casos mostra que, apesar de a maioria dos trabalhadores informais saberem ler e escrever, a escolaridade entre eles é, geralmente, baixa, o que vem a ser um obstáculo para a absorção desses trabalhadores pelo mercado de trabalho regular, mesmo em períodos de crescimento econômico. Essa realidade coloca em questão a educação de jovens e adultos: ela não pode ser negligenciada, pois tem um importante papel a exercer na qualificação da mão-de-obra e na formação da cidadania em São Paulo.



Tabelas

Tabela 1

Estimativa de População Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados, e Percentual que Reside no Município de São Paulo Região Metropolitana de São Paulo – 1998

| Condição de Atividade | Total da RMSP (em 1000 pessoas) | Residentes no MSP (em %) |
|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| População Economicamente Ativa | 8710 | 65,0 |
| Ocupados | 7125 | 66,0 |
| Desempregados | 1585 | 60,7 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 2

Distribuição dos Ocupados na Região Metropolitana de São Paulo segundo o Município de Residência e de Trabalho Região Metropolitana de São Paulo – 1998

| Município de Residência e de Trabalho | |
|---|-------|
| Total Residente | 100,0 |
| Reside e Trabalha no Município de São Paulo | 62,5 |
| Reside no Município de São Paulo E Trabalha em Outro Município | 3,5 |
| Reside fora do Município de São Paulo e Trabalha neste Município | 9,6 |
| Reside e Trabalha fora do Município de São Paulo | 24,4 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 3

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo – 1990-1999 (%)

| Posição na Ocupação | 1990 | 1994 | 1998 | 1999 |
|---|-------|-------|-------|-------|
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 5,6 | 6,1 | 6,4 | 6,4 |
| Com Carteira Assinada | 2,8 | 2,6 | 2,6 | 2,6 |
| Sem Carteira Assinada | 2,8 | 3,5 | 3,8 | 3,9 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 5,1 | 6,8 | 8,1 | 8,4 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 4,1 | 5,4 | 5,5 | 5,4 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 2,5 | 2,8 | 3,0 | 2,8 |
| Dono de Negócio Familiar | 1,6 | 2,7 | 2,5 | 2,6 |
| Autônomos | 14,2 | 15,8 | 17,7 | 17,9 |
| que Trabalham para o Público | 8,7 | 8,6 | 9,9 | 9,6 |
| que Trabalham para Empresas | 5,5 | 7,1 | 7,9 | 8,3 |
| Empregados Domésticos | 6,1 | 7,4 | 8,6 | 9,1 |
| Trabalhadores Familiares | 1,2 | 1,7 | 1,8 | 1,6 |
| Subtotal | 36,3 | 43,2 | 48,2 | 48,8 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 63,7 | 56,8 | 51,8 | 51,2 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 4
Evolução das Categorias de Trabalhadores Informais

| Segmentos | 1990 | 1999 | Variação 90/99 |
|--|-------|-------|----------------|
| Autônomos | 39,1% | 36,7% | -6,2% |
| Assalariados sem carteira assinada (*) | 21,8% | 25,2% | +15,6% |
| Empregados Domésticos | 16,8% | 18,6% | +10,7% |
| Empregados e donos de negócio familiar | 11,3% | 11,1% | -1,8% |
| Ass. em emp. C/ até 5 empregados – com carteira ass. | 7,7% | 5,3% | -31,2% |
| Trabalhadores familiares | 3,3% | 3,2% | -3,1% |

Fonte: SEP, convênio Seade – Dieese. Elaboração própria

(*) Soma de Assalariados em empresas com até 5 empregados sem carteira assinada + Ass. sem cart. assinada em empresas com mais de 5 empregados.

Tabela 5

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Sexo e Cor Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Sexo | | Cor | |
|---|-------|-----------|----------|--------|------------|
| | | Masculino | Feminino | Branca | Não-Branca |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | 6,7 | 6,0 | 6,2 | 6,8 |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | 2,6 | 2,7 | 2,7 | 2,5 |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | 4,1 | 3,3 | 3,5 | 4,3 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | 9,3 | 6,4 | 8,0 | 8,2 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | 6,7 | 4,0 | 6,3 | 3,9 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | 3,8 | 1,9 | 3,6 | 1,7 |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | 2,9 | 2,1 | 2,7 | 2,2 |
| Autônomos | 17,7 | 20,9 | 13,3 | 17,4 | 18,3 |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | 11,6 | 7,5 | 9,4 | 10,7 |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | 9,3 | 5,9 | 8,0 | 7,6 |
| Empregados Domésticos | 8,6 | 0,5 | 19,8 | 5,9 | 14,0 |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | 1,3 | 2,5 | 1,8 | 1,8 |
| Subtotal | 48,2 | 45,3 | 52,0 | 45,8 | 53,0 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 54,7 | 48,0 | 54,2 | 47,0 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Fonte: SEP, Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 6

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Idade Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Idade | | | | | |
|---|-------|---------|---------|---------|-----------|-------|---------|
| | | 10 a 17 | 18 a 24 | 25 a 39 | 40 e mais | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | 20,4 | 11,1 | 5,0 | 3,8 | 29 | 25 |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | (2) | 4,7 | 2,4 | 1,7 | 30 | 28 |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | 17,0 | 6,4 | 2,6 | 2,1 | 28 | 24 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | 19,0 | 13,8 | 6,8 | 5,0 | 30 | 26 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | (2) | 1,4 | 5,0 | 9,4 | 42 | 41 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | (2) | (2) | 2,9 | 4,9 | 42 | 41 |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | (2) | (2) | 2,1 | 4,4 | 42 | 42 |
| Autônomos | 17,7 | 14,1 | 10,7 | 15,6 | 25,1 | 39 | 38 |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | (2) | 3,9 | 8,4 | 16,1 | 42 | 41 |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | 9,7 | 6,9 | 7,2 | 9,0 | 36 | 35 |
| Empregados Domésticos | 8,6 | 7,2 | 8,6 | 8,6 | 8,8 | 35 | 34 |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | 13,8 | 1,7 | 0,9 | 1,5 | 30 | 24 |
| Subtotal | 48,2 | 75,2 | 47,3 | 41,8 | 53,5 | 36 | 34 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 24,8 | 52,7 | 58,2 | 46,5 | 34 | 33 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 35 | 33 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: SEP, Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 7
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de S. Paulo segundo Grau de Instrução – Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Grau de Instrução | | | | | Anos de Escolaridade | |
|---|-------|-------------------|--------------------|------------------------|-------------------------|----------------|----------------------|---------|
| | | Analfabeto | 1º Grau Incompleto | 1º G Comp. + 2º G Inc. | 2º G Compl. + 3º G Inc. | 3º Grau Compl. | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | (2) | 7,8 | 8,6 | 5,8 | (2) | 7 | 8 |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | (2) | 2,7 | 3,5 | 3,1 | (2) | 8 | 8 |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | (2) | 5,1 | 5,1 | 2,7 | (2) | 7 | 7 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | (2) | 8,5 | 9,6 | 8,2 | 5,4 | 8 | 8 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | (2) | 4,6 | 5,3 | 6,4 | 7,8 | 9 | 11 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | (2) | 1,7 | 2,4 | 4,0 | 6,0 | 11 | 11 |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | (2) | 2,9 | 2,8 | 2,4 | 1,8 | 8 | 8 |
| Autônomos | 17,7 | 25,9 | 23,0 | 18,0 | 14,3 | 8,1 | 7 | 7 |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | 18,6 | 14,8 | 9,1 | 6,1 | 2,8 | 6 | 5 |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | (2) | 8,3 | 8,9 | 8,2 | 5,3 | 8 | 8 |
| Empregados Domésticos | 8,6 | 23,4 | 16,5 | 6,3 | 1,4 | (2) | 4 | 4 |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | (2) | 2,2 | 2,5 | 1,5 | (2) | 7 | 8 |
| Subtotal | 48,2 | 64,4 | 62,6 | 50,2 | 37,7 | 23,2 | 7 | 7 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 35,6 | 37,4 | 49,8 | 62,3 | 76,8 | 9 | 11 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 8 | 8 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 8
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de S. Paulo segundo Posição na Família Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Posição na Família | | | | |
|---|-------|--------------------|----------------|---------|-------|--------|
| | | Chefe | Demais Membros | | | |
| | | | Total | Cônjuge | Filho | Outros |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | 4,9 | 7,8 | 4,3 | 10,4 | 8,6 |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | 2,3 | 2,9 | 2,0 | 3,6 | 3,0 |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | 2,6 | 4,9 | 2,3 | 6,8 | 5,5 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | 6,5 | 9,5 | 4,4 | 13,0 | 11,0 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | 7,5 | 3,7 | 6,7 | 2,3 | (2) |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | 4,3 | 1,8 | 2,9 | 1,3 | (2) |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | 3,2 | 2,0 | 3,8 | (2) | (2) |
| Autônomos | 17,7 | 22,0 | 13,8 | 17,1 | 11,6 | 12,9 |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | 13,2 | 6,9 | 10,3 | 4,5 | 5,8 |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | 8,8 | 7,0 | 6,8 | 7,1 | 7,1 |
| Empregados Domésticos | 8,6 | 4,0 | 12,8 | 18,5 | 3,3 | 25,1 |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | (2) | 3,2 | 3,8 | 3,7 | (2) |
| Subtotal | 48,2 | 45,2 | 50,9 | 54,8 | 44,3 | 59,4 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 54,8 | 49,1 | 45,2 | 55,7 | 40,6 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 9
Média e Mediana do Rendimento Real dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de S. Paulo Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (Em Reais)

| Posição na Ocupação | Rendimento | |
|---|------------|---------|
| | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 477 | 370 |
| Com Carteira Assinada | 587 | 426 |
| Sem Carteira Assinada | 397 | 315 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 723 | 420 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 1550 | 1051 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 2134 | 1584 |
| Dono de Negócio Familiar | 930 | 532 |
| Autônomos | 753 | 424 |
| que Trabalham para o Público | 635 | 422 |
| que Trabalham para Empresas | 897 | 515 |
| Empregados Domésticos | 347 | 315 |
| Trabalhadores Familiares | - | - |
| Subtotal | 705 | 417 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 1188 | 672 |
| Ocupados Total | 961 | 528 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.
Nota: Inflator utilizado – ICV do Dieese. Valores em reais de agosto de 1999. Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam em espécie ou benefício.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 10
Média e Mediana do Rendimento Real dos Ocupados que Moram ou Trabalham
no Município de São Paulo – Exclusive Empregadores
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (Em Reais)

| Posição na Ocupação | Rendimento | |
|--|------------|---------|
| | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 477 | 370 |
| Com Carteira Assinada | 587 | 426 |
| Sem Carteira Assinada | 397 | 315 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 723 | 420 |
| Autônomos | 753 | 424 |
| que Trabalham para o Público | 635 | 422 |
| que Trabalham para Empresas | 897 | 515 |
| Empregados Domésticos | 347 | 315 |
| Trabalhadores Familiares | – | – |
| Subtotal (exclusive empregadores e donos de negócio familiar) | 609 | 372 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (exclusive empreg. e dono neg. fam.) (1) | 1188 | 672 |
| Ocupados Total | 961 | 528 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Nota: Inflator utilizado – ICV do Dieese. Valores em reais de agosto de 1999. Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam em espécie ou benefício.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 11
Média e Mediana de Horas Semanais Trabalhadas dos Ocupados que
Moram ou Trabalham no Município de São Paulo
Região Metropolitana de São Paulo – 1998

| Posição na Ocupação | Horas Semanais Trabalhadas | |
|---|----------------------------|---------|
| | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 44 | 45 |
| Com Carteira Assinada | 44 | 45 |
| Sem Carteira Assinada | 44 | 45 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 43 | 42 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 55 | 53 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 53 | 51 |
| Dono de Negócio Familiar | 56 | 54 |
| Autônomos | 42 | 40 |
| que Trabalham para o Público | 44 | 42 |
| que Trabalham para Empresas | 40 | 40 |
| Empregados Domésticos | 39 | 40 |
| Trabalhadores Familiares | 37 | 36 |
| Subtotal | 43 | 42 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 43 | 40 |
| Ocupados Total | 43 | 41 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Nota: Exclusive os Ocupados que não Trabalharam na Semana.

Horas semanais trabalhadas: corresponde ao número de horas efetivamente trabalhadas na semana anterior à entrevista.

Para se obter a média, são somadas todas as horas efetivamente trabalhadas e esta soma é dividida pelo número total de ocupados.

Para se obter a mediana, são ordenados todos os ocupados de acordo com o tamanho de sua jornada. A mediana equivale ao número de horas efetivamente trabalhadas pelo ocupado que está no centro da escala, ou seja, que a divide em duas metades.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 12
Média e Mediana de Tempo de Permanência no Atual Trabalho dos Ocupados que Moram ou
Trabalham no Município de São Paulo
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (Em meses)

| Posição na Ocupação | Tempo de Permanência | |
|---|----------------------|---------|
| | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 30 | 13 |
| Com Carteira Assinada | 45 | 24 |
| Sem Carteira Assinada | 19 | 8 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 21 | 6 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 94 | 60 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100 | 60 |
| Dono de Negócio Familiar | 87 | 48 |
| Autônomos | 53 | 18 |
| que Trabalham para o Público | 62 | 24 |
| que Trabalham para Empresas | 43 | 12 |
| Empregados Domésticos | 43 | 21 |
| Trabalhadores Familiares | 46 | 24 |
| Subtotal | 47 | 18 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 72 | 36 |
| Ocupados Total | 60 | 24 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Tempo de permanência no trabalho atual: indica o período em que o trabalhador está na atual ocupação, a duração do atual vínculo de trabalho.

Para se obter a média, são somados, para todos os ocupados, a duração da atual ocupação e este resultado é dividido pelo número total de ocupados.

Para se obter a mediana, são ordenados todos os ocupados de acordo com o tempo de permanência no atual trabalho. A mediana equivale ao tempo de permanência no atual trabalho pelo ocupado que está no centro da escala, ou seja, que a divide em duas metades.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 13
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo
segundo Setor de Atividade
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Setor de Atividade | | | | | | |
|---|--------------------|----------------------------|------------------|----------|----------|---------------------|--------|
| | Total | Indústria de Transformação | Construção Civil | Comércio | Serviços | Serviços Domésticos | Outros |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | 4,8 | (2) | 12,0 | 6,4 | – | (2) |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | 1,8 | (2) | 4,9 | 2,8 | – | (2) |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | 3,0 | (2) | 7,1 | 3,7 | – | (2) |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | 11,3 | 19,6 | 7,5 | 7,8 | – | (2) |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | 3,5 | (2) | 12,6 | 5,1 | – | (2) |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | 2,2 | (2) | 5,2 | 3,2 | – | (2) |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | (2) | (2) | 7,4 | 2,0 | – | (2) |
| Autônomos | 17,7 | 10,3 | 10,8 | 24,1 | 21,3 | – | (2) |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | 2,3 | (2) | 14,1 | 12,9 | – | (2) |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | 7,9 | (2) | 9,9 | 8,4 | – | (2) |
| Empregados Domésticos | 8,6 | – | – | – | – | 100,0 | – |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | (2) | (2) | 5,2 | 1,4 | – | (2) |
| Subtotal | 48,2 | 30,9 | 34,4 | 61,3 | 42,0 | 100,0 | 76,4 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 69,1 | 65,6 | 38,7 | 58,0 | – | (2) |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo
segundo Contribuição à Previdência
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Contribuição à Previdência | |
|---|-------|----------------------------|-------|
| | | Sim | Não |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | 4,3 | 10,2 |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | 4,1 | – |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | (2) | 10,2 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | 1,3 | 20,3 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | 4,5 | 7,3 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | 1,6 | 4,3 |
| Autônomos | 17,7 | 5,8 | 39,2 |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | 2,8 | 22,6 |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | 3,0 | 16,6 |
| Empregados Domésticos | 8,6 | 5,3 | 14,5 |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | (2) | 4,6 |
| Subtotal | 48,2 | 21,4 | 96,1 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 78,6 | 3,9 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Ocupação | | | |
|---|-------|------------------------|----------|-------|---------------|
| | | Direção e Planejamento | Execução | Apoio | Mal Definidas |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 6,4 | 1,5 | 7,1 | 8,6 | 7,2 |
| Com Carteira Assinada | 2,6 | (2) | 2,5 | 5,0 | (2) |
| Sem Carteira Assinada | 3,8 | (2) | 4,6 | 3,7 | 5,3 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 8,1 | 4,8 | 8,5 | 7,6 | 12,1 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 5,5 | 19,8 | 3,1 | (2) | 3,3 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 3,0 | 12,8 | 1,2 | (2) | (2) |
| Dono de Negócio Familiar | 2,5 | 6,9 | 1,9 | (2) | 2,9 |
| Autônomos | 17,7 | 8,5 | 22,9 | 2,6 | 35,2 |
| que Trabalham para o Público | 9,9 | 5,2 | 13,0 | (2) | 19,3 |
| que Trabalham para Empresas | 7,9 | 3,3 | 9,9 | 2,1 | 15,9 |
| Empregados Domésticos | 8,6 | – | 13,9 | 6,1 | 4,0 |
| Trabalhadores Familiares | 1,8 | (2) | 1,3 | (2) | 6,6 |
| Subtotal | 48,2 | 35,1 | 56,7 | 28,6 | 68,2 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 51,8 | 64,9 | 43,3 | 73,4 | 31,8 |
| Ocupados Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Grupo Ocupacional: ocupação corresponde ao ofício, profissão, cargo ou função exercido por cada ocupado em seu atual trabalho. Não é equivalente à formação profissional, pois um advogado, por exemplo, pode ter, em uma empresa, o cargo (ocupação) de gerente.

Direção e planejamento: ocupações que envolvem tarefas de coordenação, supervisão e planejamento de todas as funções a serem executadas nas diversas atividades econômicas da empresa ou negócio;

Execução: ocupações ligadas diretamente às atividades-fim da empresa ou negócio. Dividem-se em qualificadas, semiquantificadas e não-quantificadas, de acordo com o grau de complexidade envolvido nas tarefas executadas;

Apoio: ocupações encarregadas de tarefas complementares àquelas que caracterizam a atividade principal da empresa ou negócio. Dividem-se em serviços não-operacionais (tarefas administrativas, manutenção etc.), escritório (secretária, recepção etc.) e serviços gerais (limpeza, portaria, segurança etc.).

Tabela 16

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Sexo e Cor
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Masculino | Feminino | Branca | Não-Branca |
|---|-------|-----------|----------|--------|------------|
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 60,8 | 39,2 | 65,0 | 35,0 |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | 57,1 | 42,9 | 68,3 | 31,7 |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | 63,3 | 36,7 | 62,8 | 37,2 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | 66,4 | 33,6 | 66,6 | 33,4 |
| Total de empregador c/até 5 empregados e dono de negócio familiar | 100,0 | 69,9 | 30,1 | 76,7 | 23,3 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 74,0 | 26,0 | 81,4 | 18,6 |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 65,0 | 35,0 | 71,2 | 28,8 |
| Autônomos | 100,0 | 68,3 | 31,7 | 65,9 | 34,1 |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | 68,2 | 31,8 | 64,2 | 35,8 |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | 68,5 | 31,5 | 68,1 | 31,9 |
| Empregados Domésticos | 100,0 | 3,3 | 96,7 | 46,2 | 53,8 |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | 41,2 | 58,8 | 67,1 | 32,9 |

Fonte:

Tabela 17

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Idade
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Idades | | | | | |
|---|-------|---------|---------|---------|-----------|-------|---------|
| | | 10 a 17 | 18 a 24 | 25 a 39 | 40 e mais | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 13,3 | 34,1 | 33,3 | 19,3 | 29 | 25 |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | (2) | 35,1 | 38,7 | 20,8 | 30 | 28 |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | 18,8 | 33,4 | 29,5 | 18,3 | 28 | 24 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | 9,8 | 33,8 | 36,0 | 20,4 | 30 | 26 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 100,0 | (2) | 5,2 | 38,6 | 55,8 | 42 | 41 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | (2) | (2) | 41,4 | 54,3 | 42 | 41 |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | (2) | (2) | 35,3 | 57,6 | 42 | 42 |
| Autônomos | 100,0 | 3,3 | 12,0 | 37,9 | 46,8 | 39 | 38 |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | (2) | 7,7 | 36,5 | 53,9 | 42 | 41 |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | 5,2 | 17,2 | 39,6 | 38,0 | 36 | 35 |
| Empregados Domésticos | 100,0 | 3,5 | 19,7 | 42,9 | 33,9 | 35 | 34 |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | 32,5 | 18,6 | 21,8 | 27,2 | 30 | 24 |
| Subtotal | 100,0 | 6,5 | 19,4 | 37,3 | 36,7 | 36 | 34 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 100,0 | 2,0 | 20,1 | 48,3 | 29,6 | 34 | 33 |
| Ocupados Total | 100,0 | 4,2 | 19,8 | 43,0 | 33,0 | 35 | 33 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 18

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Grau de Instrução – Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na ocupação | Total | Grau de Instrução | | | | | Anos de Escolaridade | |
|---|-------|-------------------|-------------------|-----------------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---------|
| | | Analfabeto | 1 grau incompleto | 1 grau comp. + 2º grau inc. | 2º grau compl. + 3º grau inc. | 3º grau completo | Média | Mediana |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | (2) | 45,7 | 25,2 | 22,3 | (2) | 7 | 8 |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | (2) | 38,4 | 24,9 | 28,9 | (2) | 8 | 8 |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | (2) | 50,8 | 25,3 | 17,7 | (2) | 7 | 7 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | (2) | 39,4 | 22,5 | 24,9 | 10,4 | 8 | 8 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 100,0 | (2) | 31,0 | 17,9 | 28,4 | 21,8 | 9 | 11 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | (2) | 20,8 | 15,2 | 32,6 | 31,1 | 11 | 11 |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | (2) | 43,0 | 21,1 | 23,4 | 10,8 | 8 | 8 |
| Autônomos | 100,0 | 5,2 | 48,8 | 19,1 | 19,8 | 7,1 | 7 | 7 |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | 6,7 | 56,3 | 17,4 | 15,2 | 4,4 | 6 | 5 |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | (2) | 39,4 | 21,3 | 25,5 | 10,4 | 8 | 8 |
| Empregados Domésticos | 100,0 | 9,8 | 72,3 | 13,8 | 4,1 | (2) | 4 | 4 |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | (2) | 46,4 | 26,5 | 20,7 | (2) | 7 | 8 |
| Subtotal | 100,0 | 4,8 | 48,9 | 19,7 | 19,2 | 7,5 | 7 | 7 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 100,0 | 2,5 | 27,0 | 18,1 | 29,5 | 23,0 | 9 | 11 |
| Ocupados Total | 100,0 | 3,6 | 37,5 | 18,9 | 24,5 | 15,5 | 8 | 8 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 19
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo
segundo Contribuição à Previdência
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Contribuição à Previdência | |
|---|-------|----------------------------|------|
| | | Sim | Não |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 43,2 | 56,8 |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | 100,0 | – |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | (2) | 96,4 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | 10,1 | 89,9 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 52,6 | 47,4 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 63,7 | 36,3 |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 39,6 | 60,4 |
| Autônomos | 100,0 | 20,9 | 79,1 |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | 18,1 | 81,9 |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | 24,3 | 75,7 |
| Empregados Domésticos | 100,0 | 39,6 | 60,4 |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | (2) | 92,3 |
| Subtotal | 100,0 | 28,6 | 71,4 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 100,0 | 97,3 | 2,7 |
| Ocupados Total | 100,0 | 64,2 | 35,8 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 20
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo
segundo Setor de Atividade
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Setor de Atividade | | | | | |
|---|-------|----------------------------|------------------|----------|----------|---------------------|--------|
| | | Indústria de Transformação | Construção Civil | Comércio | Serviços | Serviços Domésticos | Outros |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 13,6 | (2) | 31,3 | 53,6 | – | (2) |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | 12,1 | (2) | 31,2 | 55,9 | – | (2) |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | 14,6 | (2) | 31,5 | 52,1 | – | (2) |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | 25,3 | 6,6 | 15,5 | 51,6 | – | (2) |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 11,6 | (2) | 38,0 | 49,6 | – | (2) |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 13,0 | (2) | 28,9 | 56,9 | – | (2) |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | (2) | (2) | 48,8 | 40,9 | – | (2) |
| Autônomos | 100,0 | 10,5 | 1,7 | 22,7 | 64,1 | – | (2) |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | 4,3 | (2) | 24,0 | 69,8 | – | (2) |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | 18,3 | (2) | 21,2 | 56,8 | – | (2) |
| Empregados Domésticos | 100,0 | – | – | – | – | 100,0 | – |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | (2) | (2) | 48,5 | 40,6 | – | (2) |
| Subtotal | 100,0 | 11,6 | 1,9 | 21,3 | 46,6 | 17,9 | 0,6 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 100,0 | 24,2 | 3,5 | 12,5 | 59,7 | – | (2) |
| Ocupados Total | 100,0 | 18,1 | 2,7 | 16,7 | 53,4 | 8,6 | 0,4 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 21
Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Direção e Planejamento | Execução | Apoio | Mal Definidas |
|---|-------|------------------------|----------|-------|---------------|
| | | | | | |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | (2) | 46,6 | 38,1 | (2) |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | (2) | 60,3 | 19,8 | 17,1 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | 10,6 | 52,0 | 19,0 | 18,4 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 63,7 | 27,4 | (2) | 7,2 |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 76,6 | 20,1 | (2) | (2) |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 48,6 | 36,1 | (2) | 13,9 |
| Autônomos | 100,0 | 8,6 | 64,1 | 3,0 | 24,4 |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | 9,5 | 65,4 | (2) | 24,0 |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | 7,4 | 62,4 | 5,3 | 24,9 |
| Empregados Domésticos | 100,0 | – | 80,0 | 14,4 | 5,7 |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | (2) | 36,6 | (2) | 45,2 |
| Subtotal | 100,0 | 13,0 | 58,4 | 11,2 | 17,4 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 100,0 | 22,3 | 41,4 | 28,7 | 7,5 |
| Ocupados Total | 100,0 | 17,9 | 49,6 | 20,3 | 12,3 |

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 22

Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de São Paulo segundo Posição na Família
Região Metropolitana de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Posição na Família | | | | |
|---|-------|--------------------|----------------|---------|-------|--------|
| | | Chefe | Demais Membros | | | |
| | | | Total | Cônjuge | Filho | Outros |
| Assalariados em Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 36,3 | 63,7 | 12,9 | 38,4 | 12,4 |
| Com Carteira Assinada | 100,0 | 41,8 | 58,2 | 14,8 | 32,8 | 10,6 |
| Sem Carteira Assinada | 100,0 | 32,5 | 67,5 | 11,6 | 42,4 | 13,6 |
| Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados | 100,0 | 38,5 | 61,5 | 10,6 | 38,2 | 12,7 |
| Total de Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 64,9 | 35,1 | 23,2 | 10,0 | (2) |
| Empregador de Empresas com até 5 Empregados | 100,0 | 69,2 | 30,8 | 18,7 | 9,9 | (2) |
| Dono de Negócio Familiar | 100,0 | 59,8 | 40,2 | 28,5 | (2) | (2) |
| Autônomos | 100,0 | 59,2 | 40,8 | 18,6 | 15,5 | 6,8 |
| que Trabalham para o Público | 100,0 | 63,7 | 36,3 | 20,1 | 10,7 | 5,5 |
| que Trabalham para Empresas | 100,0 | 53,5 | 46,5 | 16,6 | 21,5 | 8,4 |
| Empregados Domésticos | 100,0 | 22,3 | 77,7 | 41,4 | 9,2 | 27,1 |
| Trabalhadores Familiares | 100,0 | (2) | 93,4 | 40,8 | 48,8 | (2) |
| Subtotal | 100,0 | 44,8 | 55,2 | 21,9 | 21,8 | 11,5 |
| Ocupados Não Relacionados Acima (1) | 100,0 | 50,5 | 49,5 | 16,8 | 25,5 | 7,3 |
| Ocupados Total | 100,0 | 47,7 | 52,3 | 19,3 | 23,7 | 9,3 |

(1) Inclusive os Assalariados e Empregados que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 23

Distribuição das Famílias segundo Número de Pessoas
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Número de Pessoas | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|----------------------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Uma | 11,5 | 17,4 | 5,9 |
| Duas | 20,6 | 25,1 | 16,5 |
| Três | 22,5 | 20,8 | 24,1 |
| Quatro | 24,1 | 23,2 | 25,0 |
| Cinco | 13,1 | 9,5 | 16,4 |
| Seis ou Mais | 8,2 | (4,0) | 12,1 |
| Tamanho Médio (em pessoas) | 3,38 | 2,96 | 3,77 |

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 24

Distribuição das Famílias segundo Tipo de Família
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Tipos de Família | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--------------------------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Casal sem Filhos e/ou Parentes | 13,6 | 15,8 | 11,6 |
| Casal com Filhos e/ou Parentes | 53,7 | 46,3 | 60,7 |
| Chefe com Filhos e/ou Parentes | 16,2 | 14,8 | 17,4 |
| Chefe e Parentes | 5,0 | 5,6 | 4,5 |
| Pessoa Sozinha | 11,5 | 17,4 | 5,9 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 25

Distribuição das Famílias segundo Sexo do Chefe
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Sexo do Chefe | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Homem | 75,4 | 71,6 | 79,0 |
| Mulher | 24,6 | 28,4 | 21,0 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 26
Distribuição das Famílias segundo Tipo de Edificação da Moradia
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Tipo de Edificação da Moradia | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---------------------------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Barraco Isolado e Favela | 8,9 | 6,8 | 10,9 |
| Cortiço | 4,4 | (4,5) | (4,4) |
| Casa de Alvenaria Isolada | 30,1 | 28,9 | 31,3 |
| Casa de Alvenaria Frente-Fundos | 32,0 | 30,7 | 33,2 |
| Apartamento | 24,6 | 29,1 | 20,2 |

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 27
Distribuição das Famílias segundo Grau de Salubridade da Moradia
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Grau de Salubridade da Moradia | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--------------------------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Satisfatório | 77,0 | 77,7 | 76,4 |
| Insatisfatório | 23,0 | 22,3 | 23,6 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 28
Distribuição das Famílias segundo Formas de Apropriação da Moradia
Município de São Paulo – 1998 (Em porcentagem)

| Formas de Apropriação da Moradia | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|----------------------------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Própria | 55,6 | 59,8 | 51,7 |
| Alugada | 24,0 | 22,1 | 25,7 |
| Cedida | 11,2 | 11,2 | 11,2 |
| Invadida | 9,2 | 6,9 | 11,4 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 29
Distribuição das Famílias Proprietárias de Moradia segundo Formas de Obtenção da Moradia
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Formas de Obtenção | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--------------------------|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Autoconstruída | 22,5 | 17,8 | 27,6 |
| Construída por Terceiros | 8,2 | 8,2 | 8,3 |
| Comprada | 57,8 | 63,2 | 52,0 |
| Herdada | 11,4 | 10,8 | 12,1 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 30
Distribuição das Famílias segundo Condição de Posse de Convênio ou Plano de Saúde (1)
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Condição de Posse de Convênio ou Plano de Saúde | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Possui | 57,4 | 65,7 | 49,8 |
| Não Possui | 42,6 | 34,3 | 50,2 |

(1) A Família é considerada possuidora de convênio ou plano de saúde se algum de seus membros for titular de convênio ou plano de saúde.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 31

Distribuição dos Indivíduos segundo Condição de Procura de Atendimento de Saúde nos últimos 30 dias
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Condição de Procura de Atendimento de Saúde nos Últimos 30 Dias | Total | Indivíduos de Famílias Em Que Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Em Que Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---|-------|--|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Procurou Atendimento | 27,2 | 29,5 | 25,4 |
| Não Procurou Atendimento | 72,8 | 70,5 | 74,6 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 32

Distribuição dos Indivíduos que Utilizaram Serviços de Saúde nos Últimos 30 Dias
segundo Tipo de Serviço Utilizado
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Tipo de Serviço Utilizado | Total | Indivíduos de Famílias Em Que Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Em Que Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|------------------------------|-------|--|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pago (medicina privada) | 6,2 | (6,5) | (5,9) |
| Pré-Pago (medicina de grupo) | 50,5 | 59,3 | 43,0 |
| Gratuito (seguridade social) | 43,3 | 34,2 | 51,1 |

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 33

Distribuição dos Indivíduos de 15 Anos ou Mais segundo Nível de Instrução
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Nível de Instrução | Total | Indivíduos de Famílias Em Que Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Em Que Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|-----------------------------|-------|--|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Analfabetos | 5,0 | 4,6 | 5,2 |
| Fundamental Incompleto | 39,6 | 34,8 | 43,2 |
| Fundamental Completo | 10,8 | 10,5 | 11,1 |
| Médio Incompleto | 7,8 | 7,5 | 8,0 |
| Médio Completo | 18,2 | 19,0 | 17,6 |
| Superior | 18,7 | 23,6 | 14,9 |
| Anos Médios de Escolaridade | 7,4 | 8,0 | 7,1 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 34

Distribuição dos Indivíduos de 7 a 24 Anos segundo Condição de Frequência à Escola e Nível de Ensino
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Condição de Frequência e Nível de Ensino | Total | Indivíduos de Famílias Em Que Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Em Que Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--|-------|--|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Não Frequenta | 32,7 | 30,8 | 33,9 |
| Frequenta | 67,3 | 69,2 | 66,1 |
| Ensino Fundamental (1) | 47,4 | 48,2 | 46,8 |
| Ensino Médio (1) | 14,1 | 14,7 | 13,7 |
| Ensino Superior | 5,8 | 6,3 | 5,6 |

(1) Inclusive Supletivo.

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 35
Taxa de Participação no Mercado de Trabalho dos Indivíduos de Dez Anos e Mais
Município de São Paulo – 1998 (%)

| | Total | Indivíduos de Famílias Em Que Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Em Que Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|-----------------------------|-------|--|---|
| Taxa de Participação | 62,4 | 51,8 | 70,2 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 36
Taxa de Desemprego dos Indivíduos de Dez Anos e Mais segundo Tipo de Desemprego
Município de São Paulo – 1998 (Em porcentagem)

| | Total | Indivíduos de Famílias Em Que Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Em Que Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--------|-------|--|---|
| Total | 16,3 | 23,5 | 12,4 |
| Aberto | 10,3 | 15,0 | 7,8 |
| Oculto | 6,0 | 8,6 | 4,6 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 37
Distribuição dos Ocupados segundo Posição na Ocupação
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Posição na Ocupação | Total | Indivíduos de Famílias Onde Ninguém Trabalha no Setor Informal | Indivíduos de Famílias Onde Pelo Menos Um Membro Trabalha no Setor Informal |
|-------------------------------|-------|--|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Assalariado (1) | 64,5 | 90,1 | 52,1 |
| Do Setor Privado com Carteira | 40,5 | 71,7 | 25,3 |
| Do Setor Privado sem Carteira | 15,4 | – | 22,9 |
| Do Setor Público | 8,5 | 18,3 | 3,8 |
| Autônomo | 17,1 | – | 25,5 |
| Empregador (2) | 10,8 | 9,9 | 11,2 |
| Empregado Doméstico | 7,6 | – | 11,2 |
| Outras | – | – | – |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

(1) Inclui assalariado que não informou o setor com vínculo institucional.

(2) Inclui dono de negócio familiar e profissional universitário autônomo.

Nota: (–) a amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 38
Renda Familiar (1) Total e *Per Capita*
Município de São Paulo – 1998

| Renda Familiar | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|----------------------------------|-------|---|---|
| Renda Familiar Total | 2066 | 2153 | 1978 |
| Renda Familiar <i>per capita</i> | 741 | 854 | 629 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

(1) Em reais de outubro de 1999, atualizado pelo ICV – Dieese.

Tabela 39
Distribuição das Famílias, segundo Classes de Renda Familiar Total e *per capita*
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Classes de Renda em Salários Mínimos (1) | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--|-------|---|---|
| Renda Familiar Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Até 2 | 10,3 | 13,9 | 6,8 |
| Mais de 2 a 3 | 6,9 | 7,1 | 6,7 |
| Mais de 3 a 5 | 15,9 | 15,6 | 16,2 |
| Mais de 5 a 10 | 25,3 | 22,6 | 28,0 |
| Mais de 10 a 20 | 19,6 | 16,8 | 22,4 |
| Mais de 20 | 21,9 | 24,0 | 19,9 |
| Renda Familiar <i>per capita</i> | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Até 0,5 | 6,8 | 8,3 | (5,4) |
| Mais de 0,5 a 1 | 11,0 | 9,4 | 12,6 |
| Mais de 1 a 2 | 22,3 | 21,0 | 23,6 |
| Mais de 2 a 5 | 29,2 | 26,9 | 31,4 |
| Mais de 5 a 10 | 16,0 | 15,5 | 16,5 |
| Mais de 10 | 14,7 | 18,9 | 10,5 |

(1) Salário mínimo de outubro de 1999.
Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 40
Participação dos Indivíduos na Renda Familiar Total, segundo Condição de Trabalho no Setor Informal (1)
Município de São Paulo – 1998

| Condição de Trabalho no Setor Informal | |
|--|------|
| Não Trabalha no Setor Informal | 11,2 |
| Trabalha no Setor Informal | 88,8 |

(1) Somente famílias com pelo menos um membro trabalhando no setor informal.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 41
Rendimento Familiar (1) Total e *per capita*
Município de São Paulo – 1998 (em reais)

| Medidas de Posição | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--------------------------------|-------|---|---|
| Renda Familiar Total | | | |
| 25% mais ricos ganham acima de | 2390 | 2677 | 2253 |
| 50% ganham até | 1089 | 1072 | 1125 |
| 25% mais pobres ganham até | 536 | 471 | 602 |
| Renda Familiar per Capita | | | |
| 25% mais ricos ganham acima de | 865 | 1041 | 750 |
| 50% ganham até | 365 | 422 | 338 |
| 25% mais pobres ganham até | 171 | 174 | 170 |

(1) Em reais de outubro de 1999, atualizado pelo ICV – Dieese.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 42
Medida de Desigualdade da Distribuição de Renda Familiar *per capita*
Município de São Paulo – 1998

| Medidas de Desigualdade da Renda Familiar | |
|---|------|
| Renda Familiar per Capita | |
| Distância entre Ricos e Pobres (1) | 5,0 |
| Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal (1) | 6,0 |
| Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal (1) | 4,4 |
| Índice de Gini (2) | 0,59 |
| Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal (2) | 0,60 |
| Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal (2) | 0,56 |
| Índice de desigualdade (3) | |
| Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | |
| 50% das famílias mais pobres | 13,2 |
| 25% das famílias mais pobres | 27,2 |
| Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal | |
| 25% das famílias mais ricas | 1,4 |
| 50% das famílias mais pobres | 13,6 |
| 25% das famílias mais pobres | 22,8 |

(1) Razão entre o valor mínimo da renda dos 25% das famílias mais ricas sobre o valor máximo da renda dos 25% das famílias mais pobres.

(2) Inclui famílias com renda familiar igual a zero.

(3) Razão entre a renda média dos 25% das famílias mais ricas onde ninguém trabalha no setor informal sobre a renda média de cada grupo de família.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 43

Distribuição das Famílias segundo Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Portador de Deficiência
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Portador de Deficiência | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pelo Menos um Portador de Deficiência | 4,1 | (3,8) | 4,3 |
| Nenhum Portador de Deficiência | 95,9 | 96,2 | 95,7 |

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 44

Distribuição das Famílias segundo Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Portador de Dificuldade
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Portador de Dificuldade | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pelo Menos um Portador de Dificuldade | 14,1 | 13,2 | 15,0 |
| Nenhum Portador de Dificuldade | 85,9 | 86,8 | 85,0 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 45

Distribuição das Famílias segundo Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Vítima de Roubo ou Furto nos Últimos Doze Meses
Município de São Paulo – 1998 (%)

| Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Vítima de Roubo ou Furto nos Últimos Doze Meses | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|---|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pelo Menos uma Vítima | 21,4 | 19,7 | 22,9 |
| Nenhuma Vítima | 78,6 | 80,3 | 77,1 |

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Tabela 46

Distribuição das Famílias segundo Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Vítima de Agressão Física nos Últimos Doze Meses
Município de São Paulo – 1998 (%)

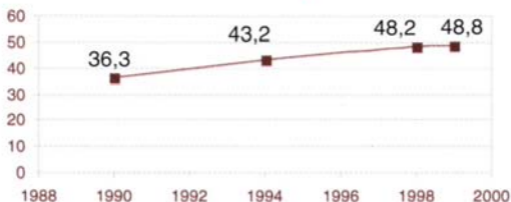
| Condição de ter pelo Menos um Indivíduo Vítima de Agressão Física nos Últimos Doze Meses | Total | Ninguém da Família Trabalha no Setor Informal | Pelo Menos um Membro Trabalha no Setor Informal |
|--|-------|---|---|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pelo Menos uma Vítima | 5,0 | (4,0) | 5,9 |
| Nenhuma Vítima | 95,0 | 96,0 | 94,1 |

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Mapa do Trabalho Informal · 2000 ·

**Evolução do setor informal
no município de São Paulo (1990/1999)**
Percentual de trabalhadores ocupados no setor informal



Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Um setor que não pára de crescer e representa aproximadamente metade dos trabalhadores ocupados no município de São Paulo.

CUT BRASIL



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Dignidade e cidadania no combate à exclusão social

Memória Social

Dados demográficos (1998 – em milhões)

| | RMSP (*) | São Paulo (**) |
|-----------------|----------|----------------|
| População ativa | 8.710 | 5.661 |
| Ocupados | 7.125 | 4.701 |
| Desempregados | 1.585 | 960 |

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(*) Região Metropolitana de São Paulo.

(**) Todos os dados utilizados neste folheto dizem respeito à cidade de São Paulo.

Evolução das principais categorias de trabalho informal

| Evolução das categorias de trabalhadores informais (%) | | | |
|---|--------|------|----------------|
| Segmentos | 1990 * | 1999 | Variação 90/99 |
| Autônomos | 39,1 | 36,7 | - 6,2 |
| Assalariados sem carteira assinada | 21,8 | 25,2 | + 15,6 |
| Empregados domésticos | 16,8 | 18,6 | + 10,7 |
| Empregadores e Donos de negócio familiar | 11,3 | 11,1 | - 1,8 |
| Assalariados em Emp. com até cinco empregados c/ carteira | 7,7 | 5,3 | - 31,2 |
| Trabalhadores familiares | 3,3 | 3,2 | - 3,1 |

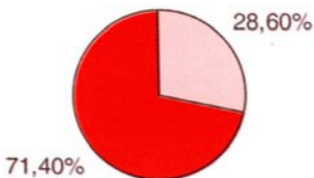
Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.



Os assalariados sem carteira assinada constituem o segmento que mais cresceu e os assalariados com carteira assinada o que mais diminuiu entre os trabalhadores informais. Isto mostra como são imprecisas as fronteiras entre ilegalidade e informalidade.



(In)Previdência Social

Apenas a minoria dos trabalhadores informais são contribuintes do INSS.



-  Trabalhadores informais que contribuem com a Previdência
-  Trabalhadores informais que não contribuem com a Previdência

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.



Ilustrações: Maringoni

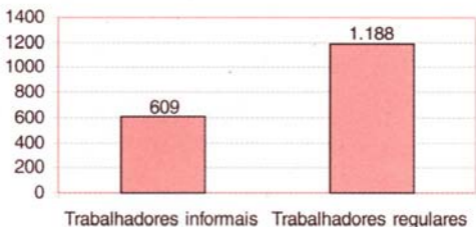
Perfil socioeconômico

Cerca de 2,5 milhões de trabalhadores exercem algum tipo de atividade informal na cidade de São Paulo. Negros, mulheres, trabalhadores não-qualificados, pessoas com mais de 40 anos, crianças e adolescentes são os segmentos majoritários da população ocupada que exercem algum tipo de atividade informal. Encontram-se neste setor:

- 52,0% das mulheres ocupadas
- 53,0% dos negros ocupados
- 75,2% das crianças e adolescentes ocupados
- 53,5% das pessoas acima de 40 anos de idade ocupadas
- 64,4% dos analfabetos ocupados
- 23,2% dos trabalhadores com 3º grau completo ocupados

O ingresso no mercado informal não representa somente a perda de direitos sociais. A renda média dos trabalhadores informais é quase a metade da renda média dos trabalhadores regulares.*

Renda média (em reais)

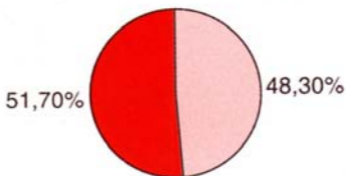


Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

*Excluindo-se empregadores e donos de negócio familiar.

Famílias

Mais da metade das famílias que residem em São Paulo possui algum membro no setor informal.



- Famílias em que ninguém trabalha no setor informal
- Famílias com pelo menos um membro no setor informal

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de condições de vida – PCV 1998.

Apesar de mais numerosas, essas famílias têm uma renda inferior às das famílias sem nenhum membro na informalidade. Elas vivem em piores condições de moradia e têm mais dificuldades de acesso à saúde e à educação.

CUT

Rua Caetano Pinto, 575 – Brás – São Paulo – SP
Tel. (0xx11) 3272-9411
Correio eletrônico: sri@cut.org.br
www.cut.org.br

Projeto Mapa do Trabalho Informal

Rua João Adolfo, 118, 6º andar, cj. 615 – Centro
São Paulo – SP
Tel. (0xx11) 3106-8482
Correio eletrônico: mapatrabalho@aol.com

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – V. Mariana – São Paulo – SP
Tel. (0xx11) 5571-4299
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br

Como virar esta página?

É hora de buscar soluções solidárias para o problema da informalidade.

Um passo importante foi dado e começam a ser criadas condições políticas para estancar a corrupção, um dos piores problemas do setor informal. Programas de requalificação profissional, acesso a crédito, organização de cooperativas e incubadoras agora podem ser implantados ou ampliados. Experiências internacionais também podem ser adaptadas à nossa cidade.

A CUT vai assumir esta luta. Na relação com o poder público, contribuindo para a construção de mecanismos democráticos de controle e regulamentação das atividades informais. Na esfera propriamente sindical, cobrando o registro em carteira, combatendo a fraude trabalhista e lutando pela extensão dos direitos sociais.

Os trabalhadores sem carteira assinada nas pequenas e microempresas constituem o segmento que mais cresceu nos anos 90. A CUT convoca seus sindicatos a participar de uma campanha pela carteira assinada na cidade de São Paulo. É preciso exigir que este direito seja garantido.

Também é necessário estimular parcerias. A erradicação do trabalho infantil hoje conta com apoio de amplos setores da sociedade, que compreendem que lugar de criança é na escola. Juntos podemos combater a exploração do trabalho infantil, tão freqüente no setor informal. Portanto, mãos a obra!

Projeto Mapa do Trabalho
Informal no Município de São Paulo

Kjeld A. Jakobsen
Coordenador Geral
Renato Martins
Coordenador Técnico